

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
HENRIQUE DANIEL LEITE BARROS PEREIRA

**EVANESCÊNCIA DE ILUSÕES: A SUPREMACIA DAS FINANÇAS
E O ESTADO-NAÇÃO.**

UBERLÂNDIA
2008

HENRIQUE DANIEL LEITE BARROS PEREIRA

**EVANESCÊNCIA DE ILUSÕES: A SUPREMACIA DAS
FINANÇAS E O ESTADO-NAÇÃO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. José Rubens Damas Garlipp.

UBERLÂNDIA – MG

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- P436e Pereira, Henrique Daniel Leite Barros, 1983-
 Evanescência de ilusões: a supremacia das finanças e o Estado-nação / Henrique Daniel Leite Barros Pereira. - 2008.
 115 f.
- Orientador: José Rubens Damas Garlipp.
 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia.
 Inclui bibliografia.
1. Desenvolvimento econômico - Teses. 2. Estado-nação - Teses. 3. Imperialismo - Teses. 4. Economia keynesiana - Teses. I. Pereira, Henrique Daniel Leite Barros. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

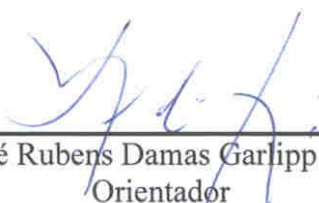
CDU: 330.34

Henrique Daniel Leite Barros Pereira

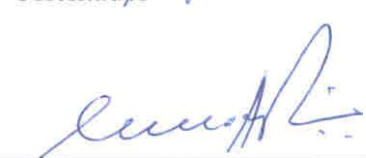
Evanescência de Ilusões: A Supremacia das Finanças e o Estado-nação

Dissertação de mestrado aprovada em 13 / 10 / 2008.

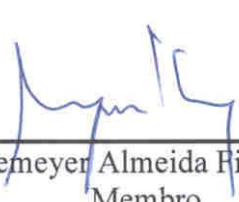
Banca Examinadora:



Prof. Dr. José Rubens Damas Garlipp (IE – UFU)
Orientador



Prof. Dr. Lineu Carlos Maffezoli (PUC-CAMP)
Membro



Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho (IE - UFU)
Membro



Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia – IE - UFU

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia

*Aos meus pais, Luiz e Maria,
pelo amor sempre presente, apesar da distância.*

AGRADECIMENTOS

O tempo desse Mestrado se mostrou uma interessante jornada. Muitas foram as dificuldades, mas grandes foram aprendizados, e muitos foram os amigos que sempre estavam a me apoiar. A vivência em Uberlândia certamente é um capítulo à parte na minha vida, e que não se encerra com essa dissertação.

Por isso, há muito o que agradecer e a quem agradecer. Ainda mais quando posso me orgulhar de ter deixado em Fortaleza família e amigos que tem um carinho indescritível por mim, e de ter conquistado amizades de muitos lugares desse enorme e belo país que sempre me enviaram boas energias. Espero não deixar ninguém fora desses agradecimentos.

Começo agradecendo aos meus pais, Luiz e Maria. Seu amor é sempre um sólido apoio em qualquer caminhada de minha vida. Obrigado por tudo.

Às minhas irmãs, Danielle e Débora, pelo afeto, brincadeiras e cumplicidades, e ao meu irmão Wanju e sua bela família, sua esposa Telva e minha sobrinha Tiffany, pela crença nas minhas possibilidades.

Aos meus tios, tias, primos e primas, que sempre deram o sentido que a palavra família deve ter. É confortante saber que meu sobrenome é garantia de apoio e consideração.

Já em terras uberlandenses tenho de aqui retribuir o carinho e a hospitalidade com que fui recebido.

Em termos gerais agradeço à Universidade Federal de Uberlândia, especialmente ao Instituto de Economia pelo abrigo e pelo potencial que me fez realizar. Seus docentes e seus técnicos administrativos permitiram uma jornada tão tranquila quanto pode ser um Mestrado.

Meus agradecimentos especiais aos mestres que aqui tive. Os professores Clésio Xavier, Marisa Botelho, Marcelo Carcanholo, Vanessa Petrelli, Niemeyer Almeida, José Rubens e Márcio Holland foram senhores de um grande aprendizado.

Desses, meus mais atenciosos agradecimentos ao Prof. José Rubens que me orientou no esforço dessa dissertação. Sua paciência, seu estímulo e seus ensinamentos foram indispensáveis a este trabalho que, mais do que marcar a conclusão de um curso, significa o início de uma longa caminhada de pensamento.

Gostaria de agradecer ainda aos professores Niemeyer Almeida e Edilson Graciolli, pelos valiosos comentários quando do processo de qualificação dessa dissertação. Ademais, agradeço ao Prof. Lineu Carlos Maffezoli, da PUCCAMP, por se juntar ao Prof. Niemeyer na banca de avaliação final desse trabalho.

Não obstante, devo mencionar a Vaine, secretária do Programa de Pós-graduação desde que iniciei o Mestrado, e o Prof. Carlos Nascimento, seu atual coordenador. Meus agradecimentos pela dedicação que conferem ao curso.

Ainda do IE, tenho de agradecer os colegas do Centro de Pesquisa Econômico-socias – CEPES que, ao me receberem nos momentos finais desse trabalho, foram gentis e compreensivos.

Devo agradecer aqui à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela bolsa que me foi concedida e sem a qual esse mestrado não teria sequer iniciado.

Adicionalmente, não poderia deixar de repetir agradecimentos aos professores Agamenon Almeida, Ana Maria Fontenele, Cristina Melo, Isabel, Jacqueline Franco e Jair Amaral, mestres que tive na graduação e cujos ensinamentos e apoio foram de grande valia o Mestrado. Repito também meus agradecimentos ao Programa de Educação Tutorial – PET, um espaço que até hoje ainda me permite o desenvolvimento

de uma consciência crítica e ativa que qualquer outro programa de formação auxiliar na graduação não seria capaz de fazê-lo. Não obstante, as amizades que foram construídas em sua vivência são das mais valiosas que tenho, tanto aqueles com quem dividi o INTERPET-Ceará como os que deixei espalhados pelo país por conta dos encontros. Apesar do nome de cada um não ser aqui citado, eles sabem do meu carinho e da minha dívida pelo aprendizado plural e pela multiplicação de sonhos.

Adicionalmente, muito da minha formação também se deve aos meus colegas de Mestrado, por conta das mais variadas discussões, livres e sinceras. Meus agradecimentos às 8ª e 9ª Turmas do Mestrado, que tão bem me receberam na cidade, especialmente André Muniz, Fernanda Vedder, Fernando, Diana, Lú Rosa, Marcelo D2, Ricardo Carioca e Marisa Amaral – da 8ª turma – e Hugo, Bianca, Michelle, Natália, Karine, Priscila e Sabrina, que me aproximei enquanto ainda estavam no curso. Outros conheci depois, quando do doutorado ou como professores e, aos que me apoiaram, também lhes deixo minha gratidão.

Meus mais sinceros agradecimentos à minha turma – a turma que comemorou dez anos do curso de Mestrado. Aos amigos Alexander Dias Siqueira, Betânea Pereira Silva, Cesar Ricardo Leite Piorski, Francisco de O’ de Lima Júnior, Júnior César Dias, Lúcio Baltazar Lopes Júnior, Samantha Ferreira e Cunha e Thiago Callado Kobayashi devo dizer que foi uma honra participar desse grupo. Sempre terão meu carinho e respeito.

Tive o prazer ainda de conhecer mais duas gerações de alunos do Mestrado: Ana Márcia, Alemão, Almir, Áureo, Elias, Guilherme, Humberto, Leonardo, Loyd, Nanda e Thales, amigos da 11ª turma, e Caio, Chayene, Débora, Francis, Isabel, Maria Claudia, Pedro Henrique e Wingphal, amigos da 12ª turma.

Já em outros espaços, distintos do universo acadêmico, tenho enorme gratidão pela família Fufigther e a família Ventos Urbanos. Com vocês divido uma filosofia de vida, multiplico amizades. O apoio que me deram nessa jornada é incomensurável. Muito obrigado.

Há outros amigos que ainda merecem nota. Anderson, Dani Alperovich, Fabiano, João Evaristo, Lêlê, Lú Todeschini, Mrs. Portnoy, e os amigos da 42ª turma de economia, sempre me disseram palavras amigas e demonstraram seu apoio. Certamente há muitos outros que deveriam ser citados, mais o tempo e o espaço não permitem tal listagem.

Por último gostaria de agradecer aos amigos que construíram uma fase única: a vida em república.

Na primeira república dividi apartamento com Natália, Priscila e Lima Jr. Dois breves meses que merecem nota de gratidão.

Na segunda, surgiu a república dos Pós-Kaleckianos, com Lima Jr., o “Limão”, e Thiago Kobayashi, o “Cabelo”. Tempo para que nossa amizade se consolidasse, para que conhecesse as maravilhosas famílias que têm, para conhecer seus projetos e sonhos, para ficar amigo de seus amigos e compartilhar noites de estudo no laboratório. Meu muito obrigado.

Depois vieram Régis, o “menino borgim”, e Amarildo, o “Didi”, que na época se preparavam para cursar o Mestrado. Pude acompanhar cada momento de esforço, aflição e alegria de suas conquistas. Foi uma época incrível de risos e de companherismo singular. Minha gratidão.

A seguir, por um breve período viveu a “República dos Henriques”, com Carlos Henrique, o “Kza”, e Pedro Henrique, o “Pedrinho”. O tempo não serve como indicador da amizade que se consolidou e de como sou grato por essa vivência.

Por fim, formou-se a república que agora moro, e que ainda não tem nome, mas que já significa muito. Com a saída do Kzen chegou o Caio, e assim os círculos de amizade se expandem e se renovam, e ampliam-se listas de agradecimentos. Obrigado.

Certamente devo ter deixado alguém fora desses agradecimentos que não merece esse lapso. De fato, acabei fazendo desse momento uma pequena memória dos meus dias de mestrado. E pequena certamente não é o adjetivo real da memória desse tempo.

*“Sufoco de ter só isto à minha volta!
Deixem-me respirar! Abram todas as
janelas!
Abram mais janelas do que todas as
janelas que há no mundo!”
(Ultimatum - Álvaro de Campos)*

RESUMO

As últimas décadas do sistema capitalista foram marcadas pela emergência de uma esfera financeira que se apresentou, desde então, como um amplo circuito de valorização, caracterizado pela livre mobilidade de capitais pelos mais diversos espaços político-econômicos da economia mundial, que produz uma crônica instabilidade sistêmica. A um só tempo, sua crescente amplitude permite aos capitais um contínuo movimento de valorização relativamente autônoma, o que acaba por subjugar o desenvolvimento da produção aos imperativos da esfera financeira, condicionando-a aos elevados padrões de valorização do capital oferecidos pela esfera financeira e produzindo uma tendência para que se amplie cada vez mais a extração de mais-valia no universo do trabalho. Ademais, já que a criação de valor só pode ser empreendida pelo esforço do trabalho, na esfera produtiva, a esfera financeira se revela um grande vórtice concentrador de renda. Assim, sua existência torna imperativa a necessidade de controlá-la. E tão logo se tem essa percepção, tão logo o Estado-nação é pensado para tal tarefa. Contudo, a esfera financeira traz em seu bojo uma série de contestações à capacidade do Estado-nação em intervir em sua realidade. De fato, para algumas interpretações contemporâneas teria se o “Fim do Estado-nação”. Por conta disso, esse trabalho confronta diretamente tal argumentação de maneira a reconhecer se há e quais os limites à ação do Estado-nação e que potencialidades pode haver com esse. Não obstante, reafirmado como fundamental para a regulação do capitalismo mundializado, busca-se entender que estratégias o Estado-nação pode dispor para apreender e intervir neste espaço.

Palavras-chave: Estado-nação; Supremacia das finanças; Fim do Estado-nação; Imperialismo; Bretton Woods; Keynes.

ABSTRACT

The last decades of capitalist system were featured by the emergence of a financial sphere that presents itself as a broad circuit of valorization, characterized by the free mobility of capital by the most several political-economic areas of the world economy, producing in its movement a chronic systemic instability. At the same time, the Capital's increasing amplitude allows a continuous (and relatively autonomous) movement of valorization, what ends for subjugate the development of production to the requirements of the financial sphere, conditioning production to the high standards of Capital valorization offered by the financial sphere and creating a tendency to the increasing extraction of plus-value in the universe of work. Moreover, since the creation of value can only be undertaken by the effort of working, in the productive sphere, the financial sphere shows itself as a great vortex for concentration of income. Therefore, the need for controlling this financial sphere becomes imperative. And as soon as this perception arises, the Nation State is thought to such task. However, the financial sphere has in its own constitution a series of obstacles to the Nation State's capacity of intervention. In fact, to a few contemporary interpretations it would mean the "End of the Nation State". Due to that, this work confronts directly such argument as a means to determine if there are limits (and which are these) to the actions of the Nation State, and which are its potentialities. Nevertheless, as it is reaffirmed as fundamental to the regulation of global capitalism, this work aims the understanding of the strategies that the Nation State can dispose to apprehend and to intervene in this space.

Keywords: Nation State; Supremacy of Finance; End of the Nation State; Imperialism; Bretton Woods; Keynes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
 CAPÍTULO I	
A EMERGÊNCIA DA ESFERA FINANCEIRA	04
I.1. DA INTRÍNSECA RELAÇÃO ENTRE CAPITAL E ESTADO-NAÇÃO	04
I.1.1. ORIGEM E NATUREZA	04
I.1.2. A SOBERANIA DE WESTPHALIA E O JOGO DE IMPERIALISMO	14
I.1.2.1. O TEMPO DO PADRÃO-OURO	21
I.2. DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: A SUPREMACIA DAS FINANÇAS SUPRANACIONAIS	26
I.2.1. ORIGENS DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL	26
I.2.2. DA EMERGÊNCIA DA ESFERA FINANCEIRA	28
I.2.2.1. CARACTERÍSTICAS DA MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA	34
I.2.2.2. CONSEQÜÊNCIAS: EFEITOS SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA, DE RENDA E SOBRE A ESTABILIDADE ECONÔMICA	37
I.3. CONSIDERAÇÕES EM SÍNTESE	40
 CAPÍTULO II	
EVANESCÊNCIA DE ILUSÕES. OU DO AINDA FUNDAMENTAL ESTADO-NAÇÃO	43
II.1. FIM DO ESTADO-NAÇÃO?	43
II.1.1. KENICH OHMAE E OS ESTADOS-REGIÃO	44
II.1.2. HARDT E NEGRI, IMPÉRIO E MULTIDÃO	50
II.1.3. ALGUNS ACESSÓRIOS	69
II.1.4. PÓS-MODERNISMO: UM PROJETO INACABADO DO CAPITALISMO	70
II.2. OS LIMITES DO IMPERIALISMO	74
II.3. UMA NOVA SÍNTESE DAS CONSIDERAÇÕES	83

CAPÍTULO III

REGULAÇÃO SUPRANACIONAL: DO APRENDIZADO HISTÓRICO	87
III.1. O PADRÃO OURO-LIBRA	87
III.2. A ERA DE OURO	94
III.3. O PADRÃO OURO-DÓLAR	97
III.4. OS APRENDIZADOS EM SÍNTESE	102
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 104
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 109

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do sistema capitalista no século XX pautou-se pelo desenvolvimento de uma economia mundial totalizante. Especialmente no último quartel deste século, quando os capitais construíram para si a possibilidade de se movimentarem livremente pelas mais importantes e diversas economias do mundo. A expansão do sistema capitalista continuou, assim, sua trajetória de apreensão de novas sociedades, alcançando tamanha absorção dos mais diversos territórios que suscitou como interpretação de sua realidade a idéia de que teria se chegado ao “fim da história”. Vivenciar-se-ia a última forma político-econômica.

Prescindindo da discussão do determinismo histórico, as características da contemporaneidade apontariam ainda uma radical transformação do sistema capitalista.

Ao reconhecer que todo o seu desenvolvimento se deu em intrínseca relação com o papel decisivo do Estado-nação, agora a realidade e seu futuro seriam o contrário de sua história, e os Estados-nação seriam velhas estruturas vazias de funcionalidade, carcaças inanimadas fadadas ao desaparecimento. O Mercado seria o último e mais eficiente mecanismo de organização social, ou, mais rigorosamente, seria “o” espaço de vivência social. Quando não, em proposições diferentes sobre o futuro, a hegemonia do mercado seria vencida por uma “Multidão” que rearranjaria a sociedade de forma bem diferente do modo como o vem fazendo o sistema capitalista.

Assim, se durante séculos desde o surgimento do sistema capitalista observou-se o desenvolvimento das economias nacionais orientadas pelas fronteiras dos Estados-nação, a um tempo consolidando-o e se fortalecendo com a presença desse, bem como anotou-se a crescente intensificação das relações político-econômicas entre esses, havendo a clara a percepção de que as relações econômicas podiam ser observadas dentro dos limites de cada economia nacional ou reduzida sua responsabilidade à uma ou algumas delas, agora a complexidade da nova estrutura de produção e valorização do capital reclama uma reorganização analítica, para que se possa ter com precisão qual a capacidade de explicação dos velhos instrumentos sobre a nova realidade, e para que, a depender da necessidade, novos arcahouços teóricos possam ser construídos. Nesse sentido, é preciso avaliar principalmente as novas teorias que descartam tão rapidamente velhos e tão importantes instrumentos, como é o caso do discurso que conta o fim do Estado-nação.

O fato é que apreender com exatidão é imperativo.

A formação de grandes empresas e oligopólios com alcance mundial, e a conseqüente transnacionalização da produção, moldou a divisão internacional do trabalho durante o século XX, possibilitando que a produção não mais esteja aprisionada ao espaço de origem do capital, podendo ir ao encontro dos mercados que mais lhe interessarem, principalmente aquele mercado de trabalho que se apresente como o menos oneroso, ou seja, aquele em que o trabalhador esteja mais desamparado por legislação que o proteja do poder do capital.

Adicionalmente, houve a exponenciação do grande capital financeiro, que agora vagueia livremente pelo mundo em busca de aplicações que lhe garanta as maiores possibilidades de valorização, o que produziu uma crescente teia de especulação financeira.

A conjugação de tais fatores acabou por produzir, então, um espaço de decisão e realização político-econômico funcionando por sobre as fronteiras dos Estados-nação. Um espaço supranacional que, à medida que sua existência começou a afetar de forma determinante as economias nacionais, trouxe em seu bojo diversos questionamentos acerca do poder do Estado-nação em transformar o espaço político-econômico de suas fronteiras, expondo-o, no limite, como uma estrutura falida, sem razão de ser. Para muitos, a emergência dessa supranacionalidade foi sua morte.

Mas por que o Estado-nação não mais teria o papel que historicamente ocupou no sistema capitalista?

De fato, as perguntas são muitas. E aqui, nesse momento da investigação, não se devem apresentar respostas, ainda que haja. É preciso mais.

É preciso que se confrontem diretamente os cânticos fúnebres do Estado-nação, expondo suas pilastras ao peso da realidade. E para tanto é preciso uma minuciosa apreensão da realidade, perscrutando seus elementos, suas relações e espaços para entender suas transformações históricas e que papel representa hoje o Estado-nação.

Um confronto em nome do presente. Afinal o que se observa hoje nas economias capitalistas são níveis inaceitáveis de desemprego e concentração de renda e instabilidade econômica. Isso apenas pra citar eventos reconhecidamente danosos e que não necessitam de uma apresentação prévia. E se o Estado-nação antes podia influenciar decididamente tais variáveis, é imprescindível que se busque entender qual o seu papel nesse processo, ou se mesmo saiu de cena, como dizem muitos.

Então, é preciso que se pergunte em que se sustentam os discursos que contam o fim do Estado-nação. Que realidade, que presente e que passado, trazem consigo e que

os levam à tal afirmação? E mais, que futuro predizem sem a existência do Estado-nação?

Logo, é preciso que se identifique que transformações político-econômicas a história do sistema capitalista nos apresenta, bem como é fundamental que se entenda a lógica de sua natureza, pois assim aquilo que se apresenta como transformação receberá o peso que lhe cabe na análise.

Como surgiu o espaço supranacional? Qual o papel do capital financeiro neste? E das empresas transnacionais? Que relações há entre estes e quais suas formas? Quais as consequências da existência desse espaço para as mais diversas sociedades? Eis algumas perguntas que nos darão o peso da realidade que qualquer teoria sobre o nosso tempo deve suportar, ou então se mostrará apenas uma ilusão.

Evidentemente, outras perguntas devem surgir no desenvolvimento desta investigação e se juntarão àquelas, sendo que todas estarão sempre acompanhadas da incógnita de qual o papel do Estado-nação.

E assim, deverá se reconhecer no presente e no passado o imperativo do futuro.

Que futuro se deve esperar? O dos que contam o fim do Estado-nação?

Ou melhor, que futuro pode ser construído?

Essa é a pergunta que deve ser feita implicitamente em cada momento da investigação, em cada resposta obtida, e que, portanto, só será totalizada ao final. O último passo da investigação.

Que seja dado então o primeiro passo; que se revise o passado.

CAPÍTULO I

A EMERGÊNCIA DA ESFERA FINANCEIRA.

“...O capital tem horror à ausência de lucro ou ao lucro muito pequeno, como a natureza tem horror ao vácuo. Com lucro adequado, o capital cria coragem. Dez por cento certos, e fica assegurado seu emprêgo em qualquer parte; com 20%, infla-se de entusiasmo; com 50%, é positivamente audacioso; com 100%, calca a seus pés tôdas as leis humanas; com 300%, não se detém diante de nenhum crime, mesmo sob o risco da fôrça.”

T.J. Dunning, citado por Karl Marx em “O Capital”.

“Êsse infinito que as coisas não atingem através da progressão, atingem elas através da rotação.”

Ferdinando Galiani, citado por Karl Marx em “O Capital.”

I.1. Da intrínseca relação entre Capital e Estado-nação.

I.1.1. Origem e natureza.

A história do sistema capitalista é uma história plural, multifacetada, resultado de sua expansão pelos mais diversos espaços do globo, tocando diferentes culturas e estruturas sociais, em momentos singulares.

Contudo, apesar da heterogeneidade de como a história se apresenta, é possível observar uma lógica.

Sob essa lógica nuclear se ramificaram os caminhos percorridos, se moldaram os que passaram por estes, e se construíram e desconstruíram os destinos e pontos de partida de cada viagem. Não existe, então, um destino histórico, um caminho inevitável – onde incluiríamos um possível “fim da história” –, para um sistema que se cria e recria absorvendo as peculiaridades do mundo através dessa lógica simples e essencial. Existe apenas a construção da História.

É evidente que, nesse processo de construção, essa lógica não é a única, posto que se relaciona com as lógicas de cada realidade que toca, utilizando-as, e transformando-as se necessário, para se realizar. Não é a única mas é, regra geral, a de mais forte influência, dentro da qual homens interpretam a realidade e constroem suas intervenções, constituindo um padrão comportamental que, a despeito das singularidades espaço-tempo, estabelece um tecido sistêmico que estrutura a sociedade capitalista.

Essa lógica, como nos aponta Marx (1980), é a lógica do capital. É a lógica da acumulação capitalista, da transformação do dinheiro em mais dinheiro, do dinheiro em

capital. Está impressa na relação social de produção que se realiza pelo encontro, no mercado, do “possuidor dos meios de produção e subsistência” com o “trabalhador livre”, e cristaliza uma relação de poder, um lugar de poder na hierarquia social.

Surge em meados do milênio passado, em tempos de declínio do feudalismo, com os burgos e a intensificação do comércio, junto à crescente especialização e divisão do trabalho. É tanto resultado como força motor desse declínio, e, desde então, constituiu-se em fonte de novos poderes, fazendo emergir uma nova classe dominante e novos meios de dominar.

Esse novo poder promove, então, uma reestruturação da ordem política, conquistando-a e remodelando-a em favor das suas novas e crescentes demandas. É um período de contestação, rupturas e alianças entre a nova e a velha estrutura de poder.

É no bojo desse processo que são formados os primeiros Estados-nação.

O Estado-nação é uma estrutura social construída em íntima relação com aquela nova classe dominante, a burguesia, trazendo no escopo de sua composição os interesses desta como forma de se constituir um instrumento capaz de realizar as transformações necessárias para o desenvolvimento do sistema capitalista.¹

Tais transformações encontravam-se, em muito, nessa fase inicial, na aceitação por parte da sociedade de convenções, padrões, ou seja, regulamentação em geral, e na manutenção de um ambiente de paz e segurança. Adicionalmente, eram necessários serviços em infra-estrutura, como estradas e portos, que o novo empreendimento capitalista não tinha condições de executar isoladamente.

Tratava-se, portanto, da construção de uma nova sociedade. Uma sociedade erigida sob essa nova lógica e novas concepções de valores, capitaneada pelos Estados-nação.²

Obviamente, a emergência desse processo que estrutura uma nova sociedade não pode ser interpretada como um evento que se dá em todos os espaços a um só tempo. Há uma especificidade espaço-tempo e uma história de expansão e transformação.

De acordo com Hobsbawm (1989), durante o feudalismo – também considerando a heterogeneidade das formas que este assumiu – podem ser identificadas forças de transição para o capitalismo em vários lugares, porém, pode ser relativamente

¹ Para uma rico arcabouço sobre Estado-nação ver Hobsbawm (1990).

² É preciso sublinhar o quão está longe dessa argumentação querer qualificar todos os valores sociais que moldaram as formas dos Estados-nação, no seu período de origem e no seu desenvolvimento, como engendrados, unicamente, pela lógica capitalista que se retratou acima. Isso mesmo na atualidade, onde a hegemonia da ideologia do capital se apresenta como ainda mais dominante.

bem precisado o lugar e o momento onde esta transição se efetiva, onde o capitalismo rompe “a casca feudal”.

“Nestas circunstâncias [heterogeneidade do feudalismo] é muito duvidoso que se possa falar de uma tendência universal do feudalismo em transformar-se em capitalismo. Com efeito, ele só o fez em uma única região do mundo, a saber, Europa Ocidental e parte da área mediterrânea. ...É possível também sugerir que as tendências no sentido dessa evolução estão presentes em toda a parte³, embora por vezes num ritmo tão lento que poderia ser considerado insignificante. Certamente, nenhum marxista negará que as forças que agiram no sentido do desenvolvimento econômico da Europa atuaram em toda a parte, embora não necessariamente com os mesmos resultados em circunstâncias sociais e históricas distintas. Não se pode, porém, eludir o fato de que a transição do feudalismo é feita, em escala mundial, de um modo muito desigual. O triunfo do capitalismo ocorreu integralmente em apenas um único lugar do mundo, e essa região, por sua vez, transformou o resto. (HOBBSAWM, 1989:xx)

Importante aqui sublinhar a última assertiva dessa citação de Hobsbawm. Ela traz consigo a cara idéia de Sistema, de como este se desenvolve, toca e transforma outros espaços e realidades em sua expansão. Tem-se, assim, a lógica do capital que emerge, conquista o poder político e se transforma em uma força sistêmica que submete outros processos sociais e outras sociedades à mesma lógica, tecendo uma imbricada teia de relações – inclusive entre Estados-nação, o que é, desde já, o gérmen da competição capitalista interestatal.

Portanto, é a Europa Ocidental o palco do nascimento do sistema que se tornaria a maior força de transformação das realidades sociais desde então. No mais, é preciso melhor explicitar como a burguesia ascende ao poder, como forma de apreender qual a relação entre capital e Estado.

Quando do nascimento da classe burguesa, esta se depara com a forma absolutista de Estado. Em “Linhagens do Estado Absolutista” (1984), Perry Anderson apresenta como a nascente classe burguesa se comporta frente ao poder político do Estado Absolutista.

³ Para uma análise detalhada do feudalismo, ver ANDERSON (1984). Nesta obra, Anderson apresenta sólida argumentação sobre os perigos do uso indiscriminado da rotulação de feudalismo, mostrando o quão plural eram as realidades político-econômicas de diversas sociedades que muitas vezes são apontadas como possuidoras de um passado feudal, refinando este conceito e o localizando com acuidade no espaço-tempo, construindo, assim, uma sólida explicação para a transição do feudalismo para o capitalismo ter se dado originalmente na Europa Ocidental.

Segundo Anderson, o Estado Absolutista é uma construção da aristocracia feudal. Um instrumento político por essa constituído para se manter no poder e, portanto, orientado fundamentalmente por seus interesses:

“Essencialmente, o absolutismo era apenas isto: um aparelho de dominação feudal alargado e reforçado, destinado a fixar as massas camponesas na sua posição social tradicional... Por outras palavras, o Estado absolutista nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, ainda menos um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia: ele era a nova carapaça política de uma nobreza atemorizada.” (ANDERSON, 1984:16)

“Durante toda a primeira fase da época moderna, a classe dominante – económica e politicamente – era portanto a mesma da própria época medieval: a aristocracia feudal. Esta nobreza sofreu profundas metamorfoses nos séculos que se seguiram ao fim da idade média: mas desde o princípio ao fim da história do absolutismo nunca foi desalojada do seu domínio do poder político.” (ANDERSON, 1984:16)

Contudo, a burguesia passou, crescentemente, a assimilar o poder do Estado Absolutista e a valer-se desse instrumento para a realização de seus interesses dentro dos limites impostos pela orientação feudal do Estado. Isso, mais especificamente, na Europa Ocidental, já que o leste europeu não desenvolveu no período uma significativa classe burguesa.

“Simultaneamente, porém, a aristocracia tinha de adaptar-se a um segundo antagonista: a burguesia mercantil que se desenvolvera nas cidades medievais. Viu-se que foi precisamente o intercalar desta terceira presença que impediu a nobreza ocidental de ajustar as suas contas com o campesinato numa forma oriental, esmagando a sua resistência e amarrando-o ao domínio”. (ANDERSON, 1984:19)

“Assim, quando os Estados Absolutistas se constituíram no Ocidente, a sua estrutura foi fundamentalmente determinada pelo reagrupamento feudal contra o campesinato, após a dissolução da servidão; mas foi secundariamente sobredeterminada pela ascensão de uma burguesia urbana que, no termo de uma série de progressos técnicos e comerciais, desenvolvia agora manufaturas pré-industriais numa escala considerável.” (ANDERSON, 1984:22)

As próprias “inovações institucionais” que o Estado Absolutista apresenta, “exército, burocracia, diplomacia e comércio”, guardam relação com essa influência de “sobredeterminação” da burguesia sobre os arranjos políticos de então. Fazem parte de

um organismo híbrido, onde, contudo, é preciso ressaltar, estas instituições não apresentavam as mesmas características que viriam a ter no Estado nacional moderno. (ANDERSON, 1984)

“...Efectivamente, o paradoxo aparente do absolutismo na Europa ocidental era que ele representava fundamentalmente um aparelho de protecção da propriedade e privilégios aristocráticos, embora ao mesmo tempo os meios através dos quais esta protecção era concedida pudessem assegurar simultaneamente os interesses básicos das classes mercantis e manufactureiras nascentes.” (ANDERSON, 1984:42)

De fato, o sistema feudal da Europa ocidental não excluía de seus elos e caminhos as relações de produção que a burguesia engendrava, nem, contudo, subjugava totalmente essas relações aos seus interesses maiores. Essa esfera mantinha certa autonomia, o que permitiu que a burguesia se expandisse crescentemente.

“Num importante e recente estudo, ‘The relation Between Town and Country in the Transition from Feudalism to Capitalism’ (não publicado), John Merrigton resolveu efectivamente esta antinomia, ao demonstrar a verdade básica de que o feudalismo europeu, longe de constituir uma economia exclusivamente agrária, foi o primeiro modo de produção na história a conceder um lugar estrutural autónomo à produção e à troca urbanas. O crescimento das cidades foi, neste sentido, um desenvolvimento tão ‘interno’ como a dissolução do senhorio no feudalismo da Europa Ocidental.” (ANDERSON, 1984:20)
[Passagem escrita em nota de rodapé.]

Assim, o florescimento das cidades é o signo dessa autonomia que permite o nascimento da burguesia. Uma autonomia que se realizava por conta da estratificação hierárquica de poder característica do período feudal, que apresentava teias de relações complexas e não-lineares, com sobreposição de poderes e zonas de indeterminação dos mesmos, o que propiciou “enclaves urbanos autônomos como centros de produção no seio de uma economia predominantemente rural, e não como centros parasitários ou privilegiados de consumo ou administração.” (ANDERSON, 1984:20)

É nesses enclaves urbanos autônomos que a herança da Antiguidade Clássica é recuperada para servir a nova força sistêmica que emergia. Não um renascimento alheio aos interesses presentes, uma recuperação “intocável” de elementos superestruturais do passado clássico, mas uma apreensão funcional do passado, à servir as novas relações sociais que emergiam, então orientadas por essas e também pela superestrutura que

servia ao feudalismo. Um processo de “concatenação” do passado clássico com o presente feudal, engendrado por interesses burgueses que construiriam uma nova realidade. Portanto, se é possível “sugerir que as tendências no sentido dessa evolução estão presentes em toda a parte”, nas palavras de Hobsbawm, é um conjunto específico de superestruturas herdadas da antiguidade clássica e apropriadas à sua maneira pelo sistema feudal, especialmente todo instrumental do Direito Romano, que permite a transição para o capitalismo. (ANDERSON, 1984)

“O império romano, a sua forma final, não era por si, naturalmente, incapaz de uma transição para o capitalismo. O próprio progresso do mundo clássico o condenou há uma regressão catastrófica, de proporções tais que não se regist[r]a verdadeiramente um outro exemplo nos anais da civilização. O mundo socialmente muito mais primitivo dos primórdios do feudalismo foi o resultado do seu colapso, preparado internamente e completado do exterior. Depois, a Europa medieval, após uma prolongada gestação, libertou os elementos da lenta transição ulterior para o modo de produção capitalista, no início da época moderna. Mas o que torna possível a passagem original ao capitalismo na Europa é a concatenação de feudalismo e antiguidade.” (ANDERSON, 1984:492)

“...a ordem jurídica nascida da revigoração do direito romano criou as condições jurídicas gerais para o êxito de uma passagem ao modo de produção capitalista, na cidade e no campo. A garantia do título de propriedade e a estabilidade dos contratos, a protecção e a previsibilidade das transações económicas entre indivíduos proporcionadas por um código civil escrito não se reproduziram noutras regiões”. (ANDERSON, 1984:498)

Em suma, é assim que a burguesia emerge e consegue expandir seu poder crescentemente, valendo-se, inicialmente, do Estado Absolutista, dentro dos limites impostos por uma estrutura política que não foi erigida com a função de lhe ser benéfica ou mesmo de lhe prestar serviço direto, mas que não ocupou ou destruiu o espaço social para seu desenvolvimento, até que esta tornou-se forte o suficiente para remodelar a construção política do Estado, reorientando-o e ocupando a posição de classe dominante que anteriormente pertencia à aristocracia feudal. No caminhar desse processo nasce a economia nacional, signo da territorialização do poder e pedra angular da nova forma de Estado que seria erigida, o Estado-nação.

Logo, se antes o poder político-econômico situava-se sobreposto às unidades territoriais, “pois a última instância da legitimidade era a dinastia, não o território”, e estas “adoptavam muitas vezes trajectórias móveis, sofrendo transplantações de um

território para outro”, com as economias nacionais há uma territorialização do poder e as fronteiras ganham uma relevância que se manteria por séculos. (ANDERSON, 1984)

A despeito desta breve argumentação sobre a emergência e expansão da lógica do capital, percebendo sua relação com o Estado, é preciso tecer mais alguns comentários a fim de deixar bem demarcado os limites do entendimento aqui adotado de qual força foi o motor desses fenômenos, a saber, a lógica do capital.

Fiori, em seu texto “Formação, Expansão e Limites do Poder Global” (2004), sistematiza e apresenta importantes visões sobre a localização da emergência das primeiras economias nacionais. Para esse autor, aquilo que ele define como o “Jogo das Guerras”, o conflito entre “unidades de poder” pelo mesmo território, já havia construído em milênios de civilização concentração de poder territorial, o que seria fundante no soerguimento das mesmas.

“O que havia, eram ‘unidades de poder’ que competiam pelo mesmo território, e foi essa luta que orientou o movimento expansivo dos ganhadores que depois seguiram lutando com novos vizinhos e competidores, num processo continuado de ‘destruição integradora’.” (Fiori, 2004:22)

Certamente, o conflito territorial é um evento latente na história da humanidade, moldando, em maior ou menor grau, política e geograficamente, as diversas sociedades.

Contudo, a despeito da suma importância deste “Jogo das Guerras” na concentração de poder territorial, não se pode reduzir o papel primordial do desenvolvimento do sistema capitalista, sob a lógica de transformação da estrutura social dada pelo capital.

Entretanto, Fiori parece adotar essa postura nesse texto. Ele recorre a Fernand Braudel para expressar seu pensamento:

“...‘a economia nacional é um espaço político que foi transformado pelo Estado, devido às necessidades e às inovações da vida material, num espaço econômico coerente, unificado, cujas atividades passaram a se desenvolver em conjunto numa mesma direção... uma façanha que a Inglaterra realizou precocemente, a revolução que criou o mercado nacional inglês’. (Braudel, 1987:82). Do ponto de vista teórico, o importante na pesquisa histórica de Braudel é a afirmação de que foi o poder político, e não o desenvolvimento endógeno das trocas, que deu origem aos mercados nacionais, e de que este fenômeno só aconteceu plenamente na Inglaterra, porque no caso das Províncias Unidas o mercado interno não entrava no cálculo dos capitalistas holandeses voltados, quase

exclusivamente, para o mercado externo, e no caso da França, a criação do mercado nacional foi atrasada pela vastidão do seu território, pela falta de ligações internas suficientes e por causa da ausência de uma ‘centralidade’ política indiscutível, como aconteceu com Londres, no caso inglês. O importante é que mesmo depois da Inglaterra, os mercados nacionais foram sempre uma criação do poder político, uma estratégia dos estados territoriais que recortam o novo espaço e criam a nova unidade econômica a partir de um conjunto mais amplo e preexistente, que Braudel chamou de ‘economia-mundo européia’. Este ‘ato criador’, portanto, só foi possível porque já preexistia, ao mercado nacional, uma concentração de poder territorial suficientemente unificada, com claro sentido de identidade e com uma orientação estratégica competitiva na hora em que o estado decidiu ‘nacionalizar’ a atividade econômica existente dentro do espaço territorial do seu poder político.” (FIORI, 2004:20)

Porém, do ponto de vista deste trabalho, esta afirmação de Braudel não reduz o papel do “desenvolvimento endógeno das trocas” na construção das economias nacionais, pois, a despeito da existência de uma “concentração de poder territorial suficientemente unificada, com claro sentido de identidade e com uma orientação estratégica competitiva”, reconhece-se que tal institucionalidade, antes ocupada por outras lógicas de poder, foi apreendida por esse novo poder econômico, que a assimilou, por rupturas e alianças, transformando suas ações de acordo com os novos interesses.

Adicionalmente, pensar que o “desenvolvimento endógeno das trocas” não pôde produzir uma imbricada teia de relações que dava a seus membros um “sentido de identidade” com “orientação estratégica competitiva”, que culminava em concentração de poder territorial, é negligenciar a força e a razão do poder econômico.

Assim, retomando a citação de Braudel, “as necessidades e as inovações da vida material” que organizaram o “espaço econômico coerente” da economia nacional seriam, fundamentalmente, resultado e origem da emergência do capitalismo e do poder da burguesia.

Um contraponto histórico à argumentação de Fiori pode ser encontrado nos escritos de Perry Anderson sobre a forma que o Estado absolutista assumiu na Europa Oriental.

Segundo Anderson (1984), o Estado absolutista oriental é menos um produto de suas forças internas, ao contrário do Estado absolutista ocidental, do que resultado do processo expansivo de conquista territorial dos novos Estados absolutistas ocidentais sobre o espaço do oriente europeu.

“Com efeito, a interação transnacional dentro do feudalismo foi sempre e primeiramente política, não econômica, precisamente por se tratar de um modo de produção baseado na coerção extra-econômica: a sua forma de expansão primeira era a conquista, não o comércio. ...Foi a pressão internacional do absolutismo ocidental, aparelho político de uma aristocracia feudal mais poderosa a dirigir sociedades mais avançadas, que obrigou a nobreza oriental a adoptar uma fórmula de Estado identicamente centralizada para poder sobreviver. Pois que, de outro modo, a superioridade militar dos exércitos absolutistas reorganizados e aumentados cobraria inevitavelmente os seus tributos segundo a via normal de competição entre entidades feudais: a guerra” (ANDERSON, 1984:230)

Forjados sobre a pressão expansionista do Ocidente, os Estados absolutistas da Europa Oriental tornaram-se, essencialmente, máquinas de guerras da aristocracia feudal que os regia, tendo “objectivos de conquista e expansão muito mais profundos do que os do ocidente”. (ANDERSON, 1984)

Todavia, sendo Estados formados essencialmente pelo “Jogo das Guerras”, os Estados absolutistas do leste europeu não lograram constituir em seus espaços territoriais economias nacionais.

Um dos signos da presença da burguesia no Estado absolutista ocidental era a venda de cargos públicos, o que permitia certo grau de instrumentalização daquele que era sujeito maior dos interesses feudais. Por seu turno, não houve venda de cargos nos Estados do oriente europeu:

“...no ocidente a venda de cargos correspondia ao controlo dos Estados feudais tardios pelo capital mercantil e industrial, em rápido crescimento. ...um vínculo monetário, a reflectir a presença e a interferência de uma economia monetária e dos seus futuros senhores, a burguesia urbana.” (ANDERSON, 1984, pág. 254)

“É significativo que só nos enclaves Hohenzollern mais avançados de Cleves e da Marca, na Renânia, onde havia já uma burguesia urbana florescente, a compra de cargos foi oficialmente sancionada por Frederico Guilherme I e pelos seus sucessores.” (ANDERSON, 1984:253)

Isto porque, de fato, o oriente europeu não assistiu ao surgimento da burguesia em suas entranhas. Não houve possibilidade de um espaço urbano autônomo, como se verificou no absolutismo ocidental. (ANDERSON, 1984)

Logo, sem uma burguesia a assimilar o novo Estado absolutista e, conseqüentemente, sem constituir uma economia nacional, à Europa oriental restou

Estados que ficariam sempre à margem dos interesses das economias ocidentais quando o capitalismo triunfou sobre o feudalismo.

Reafirma-se, então, a relação de causalidade que constituiu a economia nacional e o Estado-nação: os interesses do capital assimilando, à sua maneira, as estruturas de poder preexistentes, dando acabamento a uma estrutura de poder que permitiria que o mesmo se realizasse cada vez mais. É o capital o principal sujeito dessa história.

É com esse arcabouço teórico que se pode reconhecer a primeira economia nacional da história, a Inglaterra do século XVII, onde a lógica do capital assimilou o poder preexistente, incluindo o dinamismo de seus desejos de expansão e forma, e produziu um organismo de produção e distribuição da riqueza em íntima relação com o Estado e suas fronteiras.

“Os diferentes meio propulsores da acumulação primitiva se repartem numa ordem mais ou menos cronológica por diferentes países, principalmente Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, nos fins do século XVII, são coordenados através de vários sistemas: o colonial, o das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo. Êsses métodos se baseiam em parte na violência mais brutal, como é o caso do sistema colonial. Mas, todos êles utilizavam o poder do estado, a fôrça concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção no modo capitalista, abreviando assim as etapas de transição. A fôrça é o parteiro de toda sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas. Ela mesma é uma potência econômica.” (MARX, 1980:869)

Contudo, a despeito do reconhecimento da Inglaterra como palco do surgimento da primeira economia nacional, é impreciso anotar quando esta se torna um Estado-nação, mesmo considerando o fato da “Revolução Burguesa”. Certamente, se deve ser apontado um momento para a constituição do Estado-nação inglês, a ocorrência da revolução burguesa deve ser considerada com a maior atenção, já que, nas palavras de Anderson citadas anteriormente, a história do absolutismo é uma história do domínio da aristocracia feudal.

Entretanto, o que é mais importante é que se identifique a economia nacional como elemento imprescindível do Estado-nação, como o principal fator constituinte deste, pois é a máquina que amplia exponencialmente o poder da classe burguesa, transforma o espaço social e permite que esta classe se torne a classe dirigente da sociedade, de uma nova sociedade.

Por outro escopo, precisar pontualmente a emergência do Estado-nação é secundário à identificação de suas características, interesses e forças que o originaram. Torna-se ainda mais secundário quando se considera que, passados séculos, é interesse de todo Estado se tornar um Estado-nação, reduzindo suas relações de dependência político-econômica com outros Estados.

Em linhas gerais, é dessa forma que se pode apreender com uma ampla visão o surgimento do sistema capitalista e dos Estados-nação. Forjava-se, assim, uma forte corrente de ligação entre o capital, seus detentores, e o resto da sociedade, um eficaz instrumento de realização dos interesses do capital.

Nas palavras de Fiori:

“Verdadeiras máquinas de acumulação de poder e riqueza que se expandiram a partir da Europa e através do mundo, numa velocidade e numa escala que permitem falar num novo universo em expansão, com relação ao que havia acontecido nos séculos anteriores.” (FIORI, 2004:34)

É o surgimento dessa estrutura de Estados-nação que modela os recortes históricos das análises do desenvolvimento mundial, tornando-a fundamental e quase única por séculos. Pois estes surgem como expressão de forças localizadas espacialmente e, portanto, com estrutura de ação-legítima inicialmente restrita a esses territórios.

Certamente, o caminhar, e muitas vezes o correr, da história, apesar de não afastar a importância das fronteiras para a compreensão da realidade, trouxe à baila novos elementos fundamentais à qualquer análise das relações interestatais, e que podem ser identificados com um espaço supranacional que, por estes exponenciado, tornou-se uma força significativa na determinação dos rumos dos Estados-nação. Uma força que para muitos, em seu atual estágio, na transição do século XX para o XXI, destitui de razão a existência dessas unidades políticas.

Entretanto, antes desta emergência de um espaço supranacional como fator determinante do destino das economias nacionais, há um longo período de desenvolvimento dessas sob a égide da soberania dos Estados-nação.

I.1.2. A Soberania de Westphalia e o Jogo de Imperialismo.

Para a constituição do Estado-nação apontou-se como fundamental a legitimação de suas ações pela sociedade. Ou seja, a fundação de sua soberania interna.

Adicionalmente, é preciso apontar um importante componente na construção dessa legitimidade: o reconhecimento da autonomia decisória de um Estado sobre o seu território por outros Estados – sua soberania externa.

De uma forma geral, considera-se como marco desse processo de reconhecimento desta autonomia a assinatura do Tratado de Westphalia, em 1648.

Tal acordo assinalava o “reconhecimento mútuo, pelos Estados, da soberania de cada um dos outros no mais importante assunto contemporâneo, na crença religiosa”. Em consequência, os Estados-nação se consolidaram enquanto “única autoridade política com domínio exclusivo de um território. O ‘Estado’ tornou-se a forma dominante de governo, não aceitando qualquer outra agência como rival”. (HIRST e THOMPSON, 1998:265)

Foi assim, por esta institucionalidade, que se estabeleceu a soberania externa de cada Estado-nação, ou seja, a capacidade deste decidir sobre seus assuntos internos sem interferência de outro Estado.

“Explorando a autonomia com respeito à interferência externa, sancionada por esse acordo mútuo e internacional, os Estados eram, assim, capazes de impor ‘soberania’ em suas sociedades. O acordo dos Estados mudava os termos do conflito entre autoridade territorial e grupos confessionais em favor da primeira.” (HIRST e THOMPSON, 1998:265)

No mais, esse monopólio de poder político aprofunda a intrínseca relação entre capital, Estado e território, tornando as fronteiras mais sólidas, aumentando a capacidade de intervenção do Estado na sociedade e multiplicando as possibilidades de ganho do capital em seu território de origem.

Assim, antes de um espaço supranacional se fazer determinante, quando suas forças estavam sendo gestadas no interior dos Estados, as economias nacionais se desenvolveram sob influência determinante das políticas de seus Estados.

Não se trata de afirmar que durante este período as economias nacionais se desenvolveram enclausuradas em suas fronteiras. Longe disto, afinal, já se reconheceu desde a origem destas o papel fundamental das relações comerciais das economias-mundo, e a história contada desde então é de intensificação do comércio entre Estados. Trata-se de afirmar que, em que pese essa intensificação das relações político-econômicas, os Estados-nação representavam, através de suas políticas internas, a força maior de determinação dos rumos de suas economias nacionais. E isso mesmo

considerando que a estrutura de relações entre os Estados já nasce hierarquizada, por relacionar diferentes poderes e, portanto, marcada por relações imperiais.

O Imperialismo não é uma invenção do sistema capitalista. De fato, em sua concepção mais simples e direta, imperialismo pode ser expresso como uma ação de dominação de um território político sobre outro. Uma dominação que pode se dar através da política, da economia e da cultura, seja com força militar coercitiva ou diplomacia.

Contudo, segundo a interpretação marxista desse fenômeno, é preciso refinar essa conceituação para que se possa melhor apreender aspectos importantes da realidade histórica e da atual teia de relações entre os países, potencializando o poder analítico que o conceito de imperialismo traz consigo. Nas palavras de Miglioli:

“Na versão popular, não importam as formas nem os sujeitos e objetos da exploração, o que faz com que o termo “imperialismo” possa ser usado para as mais diversas circunstâncias e para qualquer momento da história (da Antiguidade aos dias de hoje). Dentro dessa visão, pode chamar-se de “imperialista” a política expansionista do Império Romano, assim como se pode falar do “imperialismo” inglês, francês e português em suas colônias do além-mar, ou do “imperialismo” soviético em relação aos seus países satélites. Esta versão se baseia apenas num conceito simplista: se há exploração econômica de um país por outro, então existe “imperialismo”. Na verdade, porém, no decorrer da história, mudam os sujeitos e objetos, assim como as formas de exploração, o que faz do imperialismo não um simples conceito mas uma categoria histórica.” (MIGLIOLI, 2005:156)

Evidentemente, este trabalho limita-se a observar as expressões de imperialismo dentro do sistema capitalista; assim, reconhecendo-o como elemento constituinte da histórica natureza dos Estados e expressão imanente da estrutura de competição interestatal, esse apresenta duas maneiras de um país realizar sua dominação sobre outro: a primeira é a coercitiva, valendo-se do poderio militar e econômico para constranger e determinar as ações do país sobre o qual se estende a dominação; a segunda é de inspiração gramsciana, e consiste de todo o aparato ideológico e instrumentos de barganha, principalmente econômicos, que um país pode lançar-mão para alienar da percepção do dominado a vigência da relação de dominação e, mais que isso, fazendo com que a dominação se realize por ações mantenedoras agenciadas pelos

próprios dominados. Observam-se, então, duas forças constitutivas de uma postura imperialista, o imperialismo coercitivo e o imperialismo hegemônico⁴.

O imperialismo coercitivo é direto e de fácil percepção. Sua existência ganha forma nas conquistas militares que estão, íntima e inseparavelmente, ligadas à interesses econômicos, ou apenas em ações econômicas, como sanções, por exemplo.

Por seu turno, o imperialismo hegemônico, de inspiração gramsciana, requer maior esforço analítico, pois é de caráter subjetivo, não se apresentando diretamente em indicadores e documentos diplomáticos, já que consiste do processo de convencimento do dominado de que a relação de dominação é imprescindível e benéfica, fazendo com que, de fato, sequer seja vista como tal.

Essencialmente, o processo de constituição de hegemonia reside no desejo daqueles que são os dominados pela mesma de assumirem o papel social que seus dominadores ora possuem. Hegemonia é o controle da máquina sistêmica de desejos: produzindo e estendendo um desejo aos mais possíveis, este se torna cada vez mais legítimo para a sociedade. Assim, o imperialismo hegemônico produz sua hegemonia pelo desejo que estende a todos de ascender na hierarquia das relações internacionais de Estados-nação, de ser o país que possui maior capacidade de influenciar os outros para a realização de seus interesses, o *hegemon*. Mas isso é menos por desejos de grandes estadistas e mais pela hegemonia que a lógica do capital traz consigo. De fato, a lógica do capital já é um desejo por si só, e esta, em sua intrínseca relação com o Estado, produz o imperialismo hegemônico.

Obviamente, uma estratégia ou mesmo uma única ação imperial não se limita a ser expressão de um desses meios de dominação imperialista, exceto pela possível forma teoricamente pura de imperialismo hegemônico – mas mesmo este mecanismo deve ser resultado de um passado de imbricadas formas. É preciso, então, buscar perceber o imperialismo como uma força que conjuga essas duas maneiras de

⁴ É necessário dizer da relativa liberdade com que o conceito de hegemonia elaborado por Gramsci está sendo adotado aqui. Tal conceito, peça-chave para o entendimento da relação de exploração do proletariado pela burguesia, é constituído junto a um detalhado arcabouço teórico que apresenta outros conceitos que aqui não serão trabalhados.

Em tempo, Leme (1988) alerta para o uso do conceito de hegemonia “sem relacioná-lo com os conceitos gramscianos de “sociedade civil”, “estado ampliado”, “bloco histórico” e “papel dos intelectuais”, por se tratar de um corpo de idéias que são articuladas e interpenetradas”, sob pena de uma análise “infrutífera”. Contudo, apesar deste trabalho não discorrer sobre estes conceitos, reconhece-se que os mesmos aparecem, em certa medida, de forma implícita na análise, o que permite a adoção do conceito de hegemonia, feitas, sempre, as devidas considerações.

Para uma apresentação e interpretação do conceito de hegemonia gramsciano e outros, ver o capítulo 3 de *Estado e teoria política*, de Martin Carnoy (1986).

dominação para se realizar, principalmente quando da observância do imperialismo coercitivo, posto que este é fundamentalmente sensível aos interesses econômicos, e mesmo quando dispondo unicamente de poderio militar, muito provavelmente está a garantir a realização de certos interesses econômicos.

Harvey (2005) trabalha com um instrumental adicional para apreender com mais profundidade as ações imperialistas: os conceitos de lógica “territorial” e “capitalista” do poder, absorvidos em sua interpretação de Arrighi. A primeira responderia pelos interesses dos “políticos e homens de Estado”, que “buscam tipicamente resultados que mantenham ou aumentem o poder de seus próprios Estados diante de outros Estados”, e a segunda pelos interesses do capitalista, que deseja aplicar seu capital, principalmente o capitalista financeiro, “onde quer que possa haver lucro, e tipicamente busca acumular mais capital”. Diz ele:

“A literatura sobre o imperialismo e o império supõe com demasiada frequência um fácil acordo entre elas: que os processos político-econômicos são guiados pelas estratégias do Estado e do império e que os Estados e os impérios sempre agem a partir de motivações capitalistas. Na prática, é muito comum que essas duas lógicas vivam em confronto em algumas ocasiões a ponto de um total antagonismo.” (HARVEY, 2005:34)

Dito isto, é preciso que se façam certas considerações sobre a “lógica territorial.”

A primeira é que é realmente interessante considerar ações engendradas pela estrutura política do Estado que confrontem, ou contrariem, interesses da “lógica capitalista”. Mas isto é um instrumento de análise que só pode ser realizado em consonância com uma análise de que agentes e interesses dessa última se apresentariam como os que seriam contrariados, ou seja, aqueles que dominariam as ações do Estado na ausência de uma ação de “lógica territorial”.

O que leva à necessidade de percepção do que alimentaria e sustentaria uma ação de lógica territorial: se teria origem nos interesses de capitalistas até então sem acesso ao aparato de poder do Estado, ou se em outras forças sociais não-capitalistas. Ou seja, o pormenor da análise reside na busca do entendimento da heterogeneidade do capital, de seus agentes e interesses, e na batalha pelo controle do aparelho do Estado entre estes, e destes contra forças sociais não-capitalistas, ou com interesses anti-sistêmicos.

Deve se ressaltar então, que, considerando-se a intrínseca relação entre capital e Estado, é muito mais provável que tal ação considerada como lógica territorial seja sustentada por interesses capitalistas que conseguiram de algum modo ter acesso ao aparelho estatal, que de outra maneira estaria subjugado à outros interesses capitalistas tidos como hegemônicos. Evidentemente, separando-se causa e motivação, de consequências e reorganizações, uma lógica territorial certamente tem suas ações absorvidas pela lógica do sistema.

Harvey (2005), de certa forma, reconhece isso. Escreve ele:

“O aspecto fundamental a considerar é contudo que uma lógica territorial do poder – uma “regionalidade” –, informal, porosa, mas mesmo assim identificável, advém necessária e inevitavelmente dos processos moleculares de acumulação de capital no tempo e no espaço, e que a competição e especialização inter-regionais nessas e entre essas economias regionais se tornam por conseguinte um aspecto fundamental do funcionamento do capitalismo.” (HARVEY, 2005:89)

O que reafirma o imperativo de uma análise específica de cada evento que se pretenda qualificar como Imperialismo, valendo-se de cada ferramenta conceitual aqui apresentada como forma de buscar aprender a totalidade da complexa realidade.

Há ainda um outro importante ensinamento que deve ser absorvido de Harvey (2005), sobre a forma de relacionamento, nos termos aqui delineados, entre o imperialismo hegemônico e o coercitivo: o imperialismo hegemônico pode ser usado para “mascarar” as ações coercitivas. Ou seja, a busca por apreender uma ação imperial como conjugada por hegemonia e coerção, como apontado anteriormente, deve ser reforçada pelo alerta de que esta última pode ser encoberta pelo “verniz” da primeira.

Adicionalmente, muito tem sido escrito sobre o papel fundamental de uma liderança capitalista interestatal para um bom funcionamento do capitalismo mundial. Aqui não cabe revisitar as teorias já desenvolvidas sobre esse papel⁵, porém alguns comentários devem ser feitos como forma de auxiliar a compreensão do comportamento das relações internacionais.

Primeiro, é preciso elucidar que a essência destas teorias encontra lugar, em maior ou menor grau, regra geral, no arcabouço keynesiano que reconhece a incerteza

⁵ Para uma sistematização e discussão das teorias concebidas acerca do papel fundamental de uma liderança no sistema capitalista ver FIORI (2004).

como uma característica intrínseca e natural do sistema capitalista, apontando a construção de estados de convenções para a sua redução.

Ou seja, o papel fundamental de um Estado-nação como líder do sistema capitalista, como apontado por estas teorias, assim o é porque suas ações, com o poder que estes teriam, moldariam as ações de outros Estados como uma orientação geral, reduzindo as incertezas sistêmicas e melhorando o comportamento da economia.

Evidentemente, pensar a ação de um Estado-nação que lidera o sistema interestatal como uma forma de reduzir as incertezas sistêmicas é um importante acerto teórico que a realidade histórica tantas vezes ratificou. Contudo, concluir que tal liderança é condição única e indispensável para a constituição de uma estabilidade político-econômica para o sistema capitalista é tentar dar um passo demasiadamente longo para tão curtas pernas. É pressupor inadvertidamente uma postura desta liderança e, para análises mais recentes, desconsiderar mudanças estruturais no sistema capitalista que o tornaram ainda mais instável, como se mostrará adiante.

Fiori (2004), além de confrontar especificamente algumas teorias, também expressa sua insatisfação geral com teorias deste tipo:

“Mas o que fica claro em todos os autores e teorias que trabalham, de uma forma ou outra, com os conceitos de liderança ou hegemonia mundial, é que estes conceitos não são suficientes para dar conta do funcionamento do sistema político e econômico mundial. Eles têm um viés excessivamente funcionalista e não captam o movimento contínuo e contraditório das relações complementares e competitivas do hegemon com os demais estados do sistema durante sua ascensão, mas também não o captam durante o seu ‘reinado’. Em quase todas estas teorias, o hegemon é uma ‘categoria virtual’, muito mais do que um estado real, como se ele não fosse o resultado de um conflito permanente e fosse apenas uma ‘exigência funcional’, imposta ou deduzida da natureza anárquica do sistema político criado pela Paz de Westfália e do sistema econômico criado pela globalização das economias nacionais européias. Por isto, o ‘líder’, o ‘hegemon’, ou mesmo o ‘superestado’ são vistos, quase sempre, pelo lado de suas contribuições positivas para o sistema, sem que se analise os ‘efeitos’ negativos de suas ações expansivas que se mantém e se ampliam, mesmo durante seus períodos de supremacia incontestes”. (FIORI, 2004:18)

Feitas estas considerações sobre a natureza imperialista do Estado e sobre as deficiências de teorias que presumem um sistema interestatal liderado por um Estado-nação como forma de manter o bom funcionamento do sistema capitalista, temos agora

recursos para melhor apreender a quadra histórica desde a consolidação dos Estados-nação até a emergência do espaço supranacional baseado na esfera financeira.

1.2.1 O tempo do Padrão Ouro.

A Inglaterra, a primeira economia nacional, foi o primeiro Estado-nação a concentrar a maior acumulação de riqueza e poder global, assumindo, então, o papel de *hegemon*⁶ do novo sistema capitalista. Papel resultante de uma política mercantilista forte e do agenciamento da Revolução Industrial, que estendeu suas ramificações de poder por entre outros Estados, assimilando-os sob a égide de seus interesses. (FIORI, 2004)

Foi durante a hegemonia inglesa que o mundo assistiu a adoção do primeiro padrão institucional das relações econômicas: o padrão ouro-libra. Entre 1819 e 1914, este padrão institucionalizou-se como o padrão monetário global, e a economia inglesa, através da libra esterlina, influenciava de forma determinante a “expansão do comércio e da liquidez internacional”. (SERRANO, 2002)

Um caminho, de certa forma, regulado, afinal, como anotado, a hegemonia de um Estado-nação acaba por estabelecer uma “convenção”, um ideal de ação desse a ser sempre considerado na imbricada teia interestatal, o que acaba coordenando expectativas e reduzindo as incertezas sistêmicas, levando à um ordenamento controlado, direta e indiretamente, pelo *hegemon*. E a Inglaterra teve esse papel. Porém, não é pelo simples exercício de hegemonia dessa que se estabelece uma limitação aos interesses do capital, mas pelo instrumento que era a expressão maior do seu poder, sua moeda nacional, posto que esta era fundada em uma sólida relação com o ouro. Dessa forma, a libra tinha um importante lastro no mundo material.

Assim, sob os auspícios do padrão ouro-libra, a revolução industrial se espalhou pelo continente europeu e pelo novo mundo – basicamente os Estados Unidos –, com os Estados-nação desenvolvendo sólidas políticas de fomento à esse processo, seja apregoando o livre comércio, seja protegendo suas economias nacionais com um escudo legislativo e fornecendo recursos para que suas indústrias se consolidassem; sendo possível e mesmo comum que os Estados-nação assumissem o discurso do livre

⁶ Aqui se considera o termo *hegemon* sem limitar-se à conceituação adotada de imperialismo hegemônico, isso porque utilizamos o termo em sua referência maior à um Estado-nação que se coloca como líder do sistema interestatal, e que para tanto, certamente se valeu de imperialismo coercitivo e hegemônico. De fato, como ressaltamos anteriormente, e reafirmamos agora, uma postura imperialista é uma conjugação dessas formas de ações imperiais.

comércio em conjugação com uma política de industrialização, composta de controle de importação e fornecimento de recursos às suas empresas.⁷

É com essa expansão industrial que se pode observar aquilo que talvez possa ser tomado com um primeiro momento de “transbordamento” das economias nacionais, ou quando cada economia nacional pode ser caracterizada como fortemente empenhada em conquistar mercados fora de seu território nacional. Um domínio inicialmente buscado através de suas exportações.

Diz Bukharin, em seu estudo sobre a “economia mundial” do início do século XIX:

“Em torno de 1870, em todos os países economicamente mais desenvolvidos, constata-se uma brusca reviravolta em relação ao livre câmbio que, evoluindo rapidamente da ‘educação’ da indústria à defesa dos cartéis, traz como resultado o alto protecionismo moderno” (BUKHARIN, 1984:69)

“Se os antigos direitos aduaneiros tinham um objetivo defensivo, o mesmo não acontece com os direitos atuais, que têm um objetivo ofensivo. Se antes visavam-se aos artigos cuja fabricação no país era ainda tão pouco desenvolvida que não suportava a concorrência no mercado mundial, hoje [início do século XIX], ao contrário ‘protegem-se’ precisamente os ramos industriais mais aptos para sustentar a concorrência.” (BUKHARIN, 1984:67)

É sob essa consideração que se pode entender que o passo seguinte tenha sido dado pelas exportações de capitais na forma de investimento estrangeiro direto, marcando o início da transnacionalização produtiva. Período tão bem esmiuçado por Bukharin (1984) e Lênin (1979).

Contudo, com o fim da Primeira Guerra Mundial chegar-se-ia ao fim da hegemonia inglesa e, pouco tempo depois, se instalaria no seio do capitalismo aquela que seria a maior crise de sua história, até esse início de século XXI.

Não que a Inglaterra tenha saído derrotada do conflito, mas os esforços de guerra desmantelaram sua economia e estabeleceram uma relação de dependência para com a economia americana. Esta sim, sem dúvida, a vencedora do conflito, pois se consolida enquanto principal ofertante de bens e serviços para o mundo, tornando-se a principal credora das grandes economias beligerantes da I Guerra. (HOBSBAWM, 1995)

⁷ Ademais, BELLUZO (2005) faz referência ao livro *Trade, development and foreign debt*, de Michael Hudson, apresentando como este relata que “protecionismo e livre cambismo são como cães e gatos. Brigam o tempo todo mas são inseparáveis”.

Iniciava-se, assim, a hegemonia dos Estados Unidos no sistema interestatal. Logo viria a II Guerra Mundial, no final da década de 1930, para ampliar ainda mais o poder dessa ex-colônia de povoamento da Inglaterra. Nesse interregno, o colapso do capitalismo liberal, processo fundamental na forma que assumiria o novo *hegemon* e o relacionamento interestatal.

A forte crise econômica que assolou as economias capitalistas durante o período entre as duas grandes guerras pôs fim – ainda que temporariamente, para os observadores posteriores à década de 1970 – à crença no mercado auto-regulado que dominava a teoria econômica até então. Da “grande depressão do entreguerras” emergiu, assim, um Estado-nação bem aparelhado para intervir nas suas economias nacionais, ciente de seu papel para o bom funcionamento dos mercados. Mais do que nunca este mostrou o quão imprescindível era para a manutenção do sistema capitalista. (HOBSBAWM, 1995)

Pouco depois, a II Guerra Mundial cristalizaria ainda mais a hegemonia americana. Contudo, traria também uma contestação à essa, dada pela consolidação, enquanto força de hegemonia global, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, dividindo o mundo político-econômico em uma ordem bipolar que ficou conhecida como “Guerra Fria”.

Assim, o mundo pós-1945 é palco por mais de 40 anos de um franco confronto entre Estados Unidos e União Soviética, nas mais diversas esferas de relacionamento social, e que envolveu todos os Estados-nação em uma disputa não pela liderança do sistema capitalista, mas pela própria existência desse e do modo socialista de organizar a sociedade.

É nesse terreno que emerge um arranjo societário que seria o responsável pelo período que ficou conhecido como “A Era de Ouro”, no cunho dos anglos-americanos, ou “Os Trinta Gloriosos” (“les trente glorieuses”) para os franceses. Um período onde as economias dos Estados-nação tiveram notório desenvolvimento e construiu-se uma teia de proteção social que moldou os Estados do Bem-Estar Social (Welfare State) promovendo grandes avanços na qualidade de vida de seus cidadãos. (HOBSBAWM, 1995)

Foi o período de vigência da ordem estabelecida pelo acordo de Bretton Woods, que se apresentou como um novo padrão institucional para as relações político-econômicas do mundo, instituindo um novo padrão monetário, o padrão ouro-dólar. A

hegemonia americana instituía sua moeda como a de referência para as relações político-econômicas do mundo.

Bretton Woods é, então, a expressão maior da falência do liberalismo econômico no entreguerras e de uma hegemonia mundial dividida mais do que entre dois Estados-nação, dividida entre dois modos de organizar a sociedade. Emergia uma nova forma de regulação para as relações internacionais do sistema capitalista, que, ainda que fundada na hegemonia de um único Estado-nação, os Estados Unidos, trazia características multilaterais em seus mecanismos institucionais que tinham como objetivo o desenvolvimento do sistema capitalista como um todo.⁸

É sob a égide do universo institucional de Bretton Woods, com o padrão ouro-dólar, que se observa outro momento de “transbordamento” das economias nacionais: a intensa transnacionalização produtiva do pós-guerra “sob o comando das empresas transnacionais americanas, com a correspondente reação oligopolística das grandes empresas européias e asiáticas”. (TAVARES, 1997; TAVARES E MELIN, 1997)

Mas logo essa “Era de Ouro do Capitalismo” se encerraria. E se encerra justamente pelo abandono desse padrão monetário, no início da década de 70, por imposição da política americana, que buscava reconstruir a incontestabilidade de sua hegemonia no sistema capitalista, deteriorada nos anos de vigência de Bretton Woods. É o tempo da “retomada da hegemonia americana” e, desde então, a manutenção e desenvolvimento desse arranjo político é um sinal evidente da vitória estadunidense enquanto *hegemon* mundial, fato que seria marcadamente reconhecido com a queda do Muro de Berlim e a dissolução da URSS no final da década de 80. (TAVARES, 1997; TAVARES E MELIN, 1997)

Nas entrelinhas desse abandono de Bretton Woods e “retomada da hegemonia americana”, com a adoção de um novo padrão monetário, o “dólar-flexível”, está a transformação do sistema capitalista pela emergência de uma esfera financeira “mundializada”. (CHESNAIS, 1996)

É essa emergência da esfera financeira que marca a constituição do espaço supranacional enquanto determinante fundamental dos rumos das economias dos Estados-nação, encerrando o longo período desde a constituição do sistema capitalista onde estes, através de suas políticas internas de desenvolvimento, mesmo dialogando

⁸ Para uma discussão detalhada do acordo de Bretton Woods, sua realização e conseqüências, ver GARLIPP (2001).

com as forças imperiais, detinham o papel determinante nos rumos das suas economias nacionais.

Hobsbawm observa com clareza esse período onde os Estados-nação foram senhores quase-absolutos de seus destinos, sem interferência preponderante de forças supranacionais:

“O desenvolvimento econômico nos séculos XVI a XVIII foi feito com base em Estados territoriais, cada um dos quais tendia a perseguir políticas mercantilistas como um todo unificado. De modo mais óbvio ainda, quando falamos de capitalismo mundial no século XIX e começo do século XX, falamos das suas unidades nacionais componentes no mundo desenvolvido – da indústria britânica, da economia americana, do capitalismo alemão diferente do capitalismo francês e assim por diante. Durante o longo período que vai do século XVIII aos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, parece não haver espaço e lugar na economia global para aquelas unidades genuinamente extraterritoriais, transnacionais ou intersticiais que desempenharam um papel tão grande na gênese da economia capitalista mundial e que são, hoje, novamente tão proeminentes: por exemplo, mini-Estados independentes cuja significância econômica está fora de proporção ao seu tamanho e recursos – Lübeck e Gand no século XIV, Cingapura e Hong-Kong novamente hoje. De fato, considerando o desenvolvimento da economia mundial moderna, tendemos a ver a fase na qual o desenvolvimento econômico foi integralmente vinculado às “economias nacionais” de um número de Estados territoriais desenvolvidos como situada entre duas áreas essencialmente transnacionais.” (HOBBSAWM, 1990:37)

O exemplo dado acima por Hobsbawm para ilustrar novas forças que hoje se fazem presentes, relacionadas mais a uma supranacionalidade do que ao poder de determinação dos Estados-nação, é simbólico do seu objeto de análise no livro em questão: “Nações e Nacionalismo desde 1780”. Ademais, à emergência do supranacional relacionam-se outros exemplos, a saber, a hipertrofia do mercado mundial de capitais e a transnacionalização das empresas que, essencialmente, são os principais responsáveis pela forma que assume a hierarquia de Estados-nação e o poder de determinados territórios.

I.2. Da mundialização do Capital: a supremacia das finanças supranacionais.

Grande parte da literatura que descreve as recentes transformações da economia mundial vale-se do termo “globalização” para denominar tal processo; contudo, aqui se valer-se-á do termo “mundialização”, cunhado por Chesnais, pois:

“A expressão “mundialização do capital” é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês “globalização”, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar por conta própria um enfoque e conduta “globais”. O mesmo vale, na esfera financeira, para as chamadas operações de arbitragem. (CHESNAIS, 1996:17)

E, adicionalmente, o termo globalização apresenta muito mais um entendimento sócio-antropológico do desenvolvimento das múltiplas relações humanas e sua expansão pelo globo, do que um enfoque econômico, tão necessário ao entendimento da atual realidade. Portanto, nesse sentido, com rigor, o processo de mundialização se apresenta como uma fase, a mais recente, do processo de globalização. E assim sendo, é preciso caracterizá-la.

I.2.1. Origens da mundialização do capital.

Como anotado, o último século foi palco de uma intensa transnacionalização produtiva. Principalmente no segundo pós-guerra, grandes oligopólios estabeleceram unidades produtivas em mercados fora dos limites do território nacional em que se originaram, vislumbrando um potencial de expansão maior nesses do que o esperado em seus mercados de origem.

Logo, sob essa consideração, é preciso que se reconheça a grande importância desse processo para a constituição de uma esfera financeira mundializada.

Decerto, por demandar um suporte financeiro para suas operações, as empresas transnacionais foram acompanhadas de perto pela transnacionalização de instituições financeiras, mas, mais que isso, a sua importância fundamental reside na riqueza que foi produzida em seu espaço e que alimentou, crescentemente, uma esfera financeira que logo constituiria para si um espaço à margem do poder regulatório dos Estados-nação. Ademais, ao mesmo tempo em que se alimentava das riquezas produzidas pelo

desenvolvimento das economias mundiais, se alimentava também da necessidade de uma cada vez maior liquidez, que essa esfera passou a suprir.

“... Por um lado, trata-se de um subproduto da acumulação industrial do período da ‘idade de ouro’. Encorajadas pelas disposições fiscais favoráveis, as famílias com rendas mais elevadas começaram a investir suas rendas excedentes líquidas em títulos de seguro de vida. ...Na década de 60, igualmente, o pagamento dos salários, que se tornou mensal, foi acompanhado da obrigação de os assalariados abrirem uma conta em banco ou no Correio. Uma massa considerável de dinheiro líquido, que antes escapava dos bancos, afluiu em direção a eles.” (CHESNAIS, 2005:37)

Contudo, em que pese este reconhecimento, é imprescindível que se observem suas limitações. Não é a transnacionalização produtiva que transforma a esfera financeira no espaço hegemônico das relações capitalistas mundiais. Isso é uma vitória conquistada por seus próprios agentes, por sua própria estrutura. (TAVARES, 1997; TAVARES E MELIN, 1997)

Mesmo logrando um grande desenvolvimento nas décadas de 50 e 60 como suporte necessário para aquela transnacionalização produtiva e se alimentando da crescente riqueza da “Era de ouro”, a esfera financeira tinha agentes e interesses próprios e, por conseguinte, estratégias de ação distintas. Com o seu desenvolvimento e contínuo aumento de sua força política, a sua capacidade de transformar o espaço político à seu favor cresceu constantemente, e logo sua identificação enquanto suporte para o processo de transnacionalização seria suplantada pela noção de espaço único, que existe como uma atividade transnacional assim como o é a transnacionalização produtiva. É a concepção das “finanças como indústria”, na interpretação de J. Régnier que Chesnais apresenta:

“...o comércio de dinheiro e valores é encarado como atividade transnacional, objeto de competição, no plano mundial, entre agentes que procuram explorar da melhor forma suas próprias vantagens comparativas. Elas [as finanças] não são diretamente encaradas como meio de melhorar o processo de alocação de recursos no interior da economia britânica [ou qualquer outra economia], e sim – tal como uma indústria de exportação – de explorar um certo know-how, a fim de extrair uma parte da renda mundial” (RÉGNIER apud CHESNAIS, 1996:240)

Dessa forma, é necessário que se apreenda como a esfera financeira conformou o espaço político aos seus interesses, que se pergunte que decisões políticas, e por quem

foram tomadas, permitiram a emergência da esfera financeira enquanto força determinante dos rumos das economias nacionais, principalmente daquelas que não constituem o núcleo central do sistema capitalista.

I.2.2. Da emergência da Esfera Financeira.

O primeiro momento de uma esfera financeira supranacional se deu com a constituição de um mercado *off-shore*, em Londres, em 1958, acompanhando o desenvolvimento das transações financeiras feitas no mercado de eurodólares dessa economia.

De acordo com Chesnais (1996), o início desse mercado se dá com a crescente utilização de dólares pelos bancos britânicos, “incomodados com a queda da libra esterlina”. Garlipp detalha esse processo:

“...A partir das restrições impostas pelo governo britânico à realização de empréstimos em libra esterlina a não-residentes, no imediato pós-segunda guerra, os depósitos em dólar no exterior transformam-se em um mercado de dólares ao largo do money market norte-americano. São dólares usados como funding de operações de crédito na Europa Ocidental, oriundos de contas das multinacionais norte-americanas, inicialmente, e depois dos bancos norte-americanos, em franco processo de internacionalização de suas atividades. Os próprios bancos britânicos, por conta da queda da libra, passam a operar em eurodólares.” (GARLIPP, 2001:115)

É assim que em 1958, quando “o controle de câmbio atingia seu máximo”, que se tem a criação do mercado *off-shore* de eurodólares, que irá operar com base em um “estatuto próprio, próximo ao de um paraíso fiscal” – tal terminologia, *off-shore*, que pode ser lida como “extraterritorial”, aponta sua caracterização como organismo alheio à legislação do espaço nacional em que pode ser localizado, no caso a Inglaterra. É a “primeira base de operação internacional do capital portador de juros”. (CHESNAIS, 2005).

Livre das “normas de reservas obrigatórias”, este espaço estava em condições de expandir sua liquidez de acordo com os seus interesses, sem que a legislação nacional tivesse qualquer controle sobre esse processo:

“...Aquele que começa como um “tipo de dólar no exílio” [expressão cunhada por Wachtel], torna-se a primeira forma de dinheiro realmente supranacional, e sua expansão e evolução

respondem aos interesses do sistema bancário privado.”
(GARLIPP, 2001:115)

Ademais, em pouco tempo, os capitais que saíram constante e elevadamente da economia americana desde a imediata institucionalização de Bretton Woods, e que eram acumulados em forma de reservas nos principais bancos centrais do “núcleo orgânico capitalista”, foram aplicados por esses neste mercado de euro-dólares, consolidando-o ainda mais. (GARLIPP, 2001)

Assim, com seu crescente desenvolvimento, a esfera financeira amplia a atividade especulativa sobre o dólar e a instabilidade econômica torna-se cada vez mais intensa, com este último cada vez mais fragilizado, colocando em xeque a estrutura de paridades cambiais de Bretton Woods. Nesse sentido, o fim da conversibilidade da libra em dólar, depois de 1968, permite ao euro-mercado ainda maior independência do “padrão monetário e de reservas dólar-ouro”. Este já não guardava mais “qualquer relação aparente com o déficit de balanço de pagamentos americanos”. (TAVARES, 1997)

A expansão do mercado de eurodólares e da atividade especulativa havia levado, então, a uma situação insustentável, uma crise de confiança na capacidade de todo este dólar ser transformado em ouro pelas autoridades monetárias estadunidenses. Afinal, toda a liquidez que supriu as necessidades de “empresas e países deficitários”, primeiro “[d]a Europa e depois do resto do mundo”, era composta de uma massa de “créditos denominados em dólar muito além do que a expansão da base monetária dos respectivos países de origem permitia.” (TAVARES, 1997)

Acompanhando a descrição de Garlipp:

“Uma vez consolidado, o mercado de euromonedas ganha poder e autonomia. Com fluxos financeiros especulativos e o comportamento oscilatório das autoridades monetárias norte-americanas e das demais economias, a instabilidade monetária assume a forma de crise aberta. Em meados de 1971 o dólar começa a sofrer sério descompasso em relação às demais moedas e as taxas diferenciais de inflação entre os Estados Unidos e outras economias capitalistas produzem um desequilíbrio fundamental nas taxas de câmbio. A confiança no dólar é rapidamente erodida e causa problemas no mercado de divisas, de modo que o governo americano fica pressionado pelas conversões do dólar em ouro feitas pelas demais economias, e o sistema monetário é solapado na sua base de sustentação.” (GARLIPP, 2001:116)

Logo, com a crise de confiança no dólar, a hegemonia americana estava ameaçada. Era o “dilema de Nixon: o governo americano queria, ao mesmo tempo, desvalorizar o dólar e não comprometer o papel do dólar como moeda internacional”. Queria desvalorizar a moeda para promover um realinhamento cambial que tornasse sua economia mais competitiva, buscando estancar a saída de dólares, mas sem ter instaurada uma restrição no balanço de pagamentos por não mais possuir a moeda de referência do sistema. (SERRANO, 2002)

Então, para “retomar sua hegemonia” no sistema capitalista mundial, reafirmando o dólar como a moeda de referência do sistema, os Estados Unidos adotam uma série de medidas, dentre as quais a principal é o fim da conversibilidade do dólar em ouro, enterrando unilateralmente o acordo de Bretton Woods. (TAVARES, 1997)

Chesnais afirma, e reafirma, em todos os seus escritos, que é este o evento que deve ser considerado como marco fundante da emergência da esfera financeira enquanto um espaço supranacional mundializado.

Com o fim de Bretton Woods o espaço especulativo amplia-se sobremaneira, pois, com a perda de “qualquer ancoragem internacional de moedas”, toda moeda nacional pode alimentar o circuito especulativo, sendo comprada e vendida apenas para a realização de valorização do capital. Toda moeda transforma-se em um ativo financeiro. (CHESNAIS, 1996)

A esfera financeira é, assim, mundializada, e os mais diversos Estados-nação, inicialmente os do “Terceiro mundo”, sofrem com valorização e desvalorização de suas moedas nos movimentos especulativos, o que amplia enormemente as possibilidades de valorização do capital pelo mercado financeiro internacional e o poder desse sobre os Estados-nação. (CHESNAIS, 1996; TAVARES, 1997)

A partir de então, a história que se encontra é a história de crescente desenvolvimento desse espaço supranacional e da subjugação dos mais diversos Estados-nação aos interesses daquela esfera financeira

Logo viria o primeiro “choque do petróleo”, ao final de 73, e a esfera financeira absorveria a enorme riqueza centralizada nos petrodólares. Nesse período, sua expansão já era tamanha que:

“[O mercado interbancário ‘escapava’] inteiramente ao controle do núcleo constituído pelo oligopólio dos vinte maiores bancos e das duzentas maiores empresas multinacionais que tinham Londres como mercado principal. Produz-se assim uma expansão adicional do circuito interbancário à qual iriam

juntar-se centenas de bancos menores das mais diversas procedências que se abrigam nos mercados off-shore e nos chamados paraísos fiscais.” (TAVARES, 1997:32)⁹

O primeiro choque do petróleo também marca o intenso agravamento das dívidas dos países do “Terceiro Mundo”, pelo fácil acesso a crescente liquidez de capitais com, por consequência, baixas taxas de juros, para a realização de seus projetos de desenvolvimento. É a fase de “reciclagem dos petrodólares”, onde Chesnais (2005) sublinha: “as bases da dívida do Terceiro Mundo foram lançadas e, com elas, um mecanismo de transferência de recursos que possui a capacidade de se reproduzir no tempo.”

Adicionalmente, é preciso entender esse marco da emergência da esfera financeira não como um momento de inflexão no caminho das forças político-econômicas, mas como um momento de transbordamento dessas sobre a estrutura que as moldavam, e que, como o rio represado que transborda sobre sua barragem e por vezes a destrói, estas também trataram de remover suas barreiras, encerrando Bretton Woods. A lógica do capital e o exercício de hegemonia da potência financeira seguiram seu caminho.

Não obstante, em que pese que os Estados Unidos mantiveram o dólar enquanto moeda de referência do sistema e mostraram seu poder de *hegemon*, com o encerramento de Bretton Woods, sua política de baixas taxas de juros para desvalorizar sua moeda e ganhar competitividade, a partir de 1973, colocava-o em uma situação de ainda maior fragilidade, pois:

“Os movimentos especulativos de capitais sempre denominados em dólar, que dão lugar a um non-system, continuam minando o dólar como moeda reserva, desestabilizam periodicamente a libra e fortalecem o marco e o iene como moedas internacionais. Assim a ordem monetária caminha rapidamente para o caos...” (TAVARES, 1997:32)

Assim, o dólar estava posto em uma situação bastante vulnerável, e logo seria necessário reafirmar sua hegemonia mais uma vez. Passo que seria dado com a súbita elevação da taxa de juros americanos, em 1979, para proteger sua moeda da forte desvalorização que vinha sofrendo, mantendo-a como a moeda de referência do sistema

⁹ Apesar desse reconhecimento da grande expansão do circuito interbancário, Chesnais chama a atenção para a ainda enorme concentração e centralização no mesmo, onde os principais atores podem ser bem identificados: “...Originalmente, abrangia cerca de 200 bancos. A partir de 1973, passa a contar com vários milhares de participantes, mas continua dominado pelo oligopólio de uns cinquenta dos maiores bancos dos países da Tríade”. (CHESNAIS, 1996)

e ampliando ainda mais o “privilégio exorbitante” – revisitando a expressão de De Gaulle – de ter sua moeda nacional exercendo essa função. Diz Tavares:

“Ao manter uma política monetária dura e forçar uma sobrevalorização do dólar, o FED retomou na prática o controle dos seus próprios bancos e do resto do sistema bancário privado internacional e articulou em seu proveito os interesses do rebanho disperso. ...A partir daí o sistema de crédito interbancário orientou-se decisivamente para os EUA e o sistema bancário passou a ficar sob o controle da política monetária do FED, que dita as regras do jogo. As flutuações da taxa de juros e de câmbio ficaram novamente amarradas ao dólar, e através delas o movimento da liquidez internacional foi posta a serviço da política fiscal americana.” (TAVARES, 1997:34)¹⁰

Dessa forma, com a violenta elevação de sua taxa de juros, os Estados Unidos transformam sua dívida pública no mecanismo de sustentação de seu balanço de pagamentos, resolvendo o “dilema de Nixon”. Agora esta passa a absorver, em sua manutenção, a maior parte dos capitais especulativos do mundo, transformando as carteiras do mercado financeiro internacional. Afinal:

“Uma coisa é deter, nos ativos do sistema bancário internacional, dívidas, denominadas em dólar, de empresas e governos débeis. Outra coisa, completamente distinta, é deter nos porta-fólios dos bancos montantes consideráveis de dívida do Tesouro americano.” (TAVARES, 1997:37)

A super valorização do dólar isola-o como moeda de referência do sistema e o impacto na perda de competitividade fica sem sentido quando seus títulos de dívida têm plena aceitação do mercado financeiro. Não há restrições ao seu balanço de pagamento. (SERRANO, 2002)

Para Chesnais (1998), o pós-choque de juros inicia uma nova etapa da mundialização financeira: a “passagem simultânea para as finanças de mercado e para a interligação dos sistemas nacionais pela liberalização financeira”; fase que se estenderia até 1985.

Tavares e Melin (1997) também sistematizam com acuidade os principais “fatos estilizados” que são deflagrados pós-choque de juros, adotando periodização

¹¹ Deve se ressaltar ainda que, o choque de juros provocou uma “substituição drástica de posições” no mercado interbancário, com os bancos americanos assumindo uma liderança esmagadora na participação dos “empréstimos bancários internacionais”. (TAVARES, 1997)

semelhante. O maior contraste com Chesnais (1998) se dá pela adoção de um período à parte, cujo marco é a desestruturação da URSS – há um maior enfoque dado por esses autores às decisões políticas dos Estados, principalmente dos EUA, em retomada de sua hegemonia, enquanto Chesnais centra foco nas características que o mercado financeiro vai apresentando.

De qualquer forma, Tavares e Melin (1997) também adotam o choque de juros americanos como outro marco fundamental do processo de mundialização financeira, com a crescente integração entre os mercados financeiros dos mais diversos Estados-nação, intensificando o poder do capital mundializado.

Uma integração sustentada inicialmente pela explosão da dívida pública – afinal, o efeito mais rápido da elevação dos juros foi fazer explodir a dívida pública dos países devedores do mercado de eurodólares. É o início do processo de “ciranda-financeira”, pelo qual os países passaram a ficar reféns do mercado financeiro tendo de elevar cada vez mais os juros para a atração dos capitais que deveriam equilibrar seus balanços de pagamentos, o que realimentava a crise. (SALAMA, 1998)

Que se sublinhe que, apesar dessa situação ter tido efeitos trágicos sobre as economias dos países em desenvolvimento, que haviam se endividado enormemente no período de “reciclagem dos petrodólares”, e agora estavam fragilizados com graves crises nos seus balanços de pagamentos, não foram estas dívidas o principal sustentáculo dessa nova fase de expansão da esfera financeira. (CHESNAIS, 2005)

De fato, é a dívida pública dos países centrais, e principalmente dos Estados Unidos, que se apresenta, desde então, como a pedra angular da esfera financeira:

“...Em termos de valores absolutos de transferências financeiras, a dívida pública decisiva não foi a do Terceiro Mundo, mas a dos países avançados. A formação dos mercados de obrigações liberalizados respondeu às necessidades de dois grupos de atores: os governos e as grandes instituições que centralizavam a poupança. Ela respondeu às necessidades de financiamento dos déficits orçamentários dos grandes países industrializados. A constituição de um mercado de obrigações completamente aberto aos investidores financeiros estrangeiros permitiu o financiamento dos déficits orçamentários pela aplicação de bônus do Tesouro e outros compromissos da dívida sobre o mercado financeiro. Isso é o que se chama ‘titulização’.”(CHESNAIS, 2005:40)

E, adicionalmente, todo o processo que se seguiria de “securitização” dessa dívida pública, e a rápida expansão do mercado de bônus, reafirmariam a expansão da

esfera financeira sustentada pelos déficits orçamentários dos governos. (CHESNAIS, 1998)

Logo sua força seria tamanha que se incorporariam novas relações político-econômicas. A partir de 1986 inicia-se, então, a terceira fase de expansão da esfera financeira, com a “abertura e desregulamentação dos mercados de ações e matérias-primas” e “explosão dos derivativos”, e se ampliando com a “incorporação dos “mercados emergentes” do terceiro mundo. A mundialização financeira teria então construído sua estrutura tal qual se observa nos dias atuais. (CHESNAIS, 1998)

Ademais, é preciso que se explicita, então, como esse caminho estrutural foi construído pela esfera financeira, que se apresente seu *modus operandi*.

1.2.2.1. Características da mundialização financeira.

De Chesnais (1996) pode-se sintetizar dois métodos dessa integração, a liberalização e a desregulamentação dos mercados financeiros, que embora interligados, e um afete o outro, podem ser vistos como espaços de estratégias diferentes e, assim, melhor entendidos.¹¹

O processo de liberalização apresenta-se como a abertura dos mercados financeiros nacionais ao capital externo, ou seja, a ausência de controle à entrada e saída. Já desregulamentação é a transformação direta do circuito financeiro para que o capital circule mais rapidamente e sem custos. Com a liberalização amplia-se a demanda para uma cada vez maior desregulamentação dos mercados financeiros nacionais.

Nesse sentido, uma das características marcantes da mundialização financeira foi o processo de “descompartimentalização”, quando “barreiras internas, entre diferentes

¹¹ Chesnais (1996) apresenta “três elementos constitutivos no estabelecimento da mundialização financeira: a desregulamentação ou liberalização monetária e financeira, a desintermediação e a abertura dos mercados financeiros nacionais”, correspondendo este último ao processo de “descompartimentalização”, termo usado em Chesnais (2005).

É evidente que há grande dificuldade de sistematizar em categorias elementos de um processo que pode ser entendido em termos gerais como uma ampla desregulamentação; ou melhor, como um processo de regulamentação pró-mercado. De qualquer forma, aqui se considerou a sistematização em dois grandes grupos, liberalização e desregulamentação, mais ajustada, pois com o primeiro se pode observar melhor a vinculação com o capital externo, podendo o segundo ser utilizado como ferramenta para apreender o sentido de uma desregulamentação sem esse vínculo externo, ou seja, como produto do arranjo interno do sistema financeiro, mas com margem de manobra para entender os efeitos daquela liberalização sobre essa desregulamentação.

Adicionalmente, descompartimentalização passa a ser entendido como um arranjo específico da forma de desregulamentação, já que esta pode ser observada dentro de um nicho de especialidades financeiras, como o mercado de câmbio. E, por sua vez, desintermediação, por mais importante característica sistêmica que seja, deve ser entendida como uma mudança fora da estrutura do circuito financeiro. É uma mudança em sua essência, atravessando todo o espaço estrutural.

especializações bancárias ou financeiras” foram destruídas e espaços antes bem definidos, como “créditos e empréstimos de longo prazo” e “créditos de curto prazo”, tornaram-se difusos e entrelaçados. (CHESNAIS, 1996)

Azeitando todo esse processo, toda uma catarse de inovações financeiras para permitir ao sistema uma cada vez maior absorção de capital, para permitir ao capital se valorizar mais rapidamente. Inovações crescentemente marcadas, desde essa segunda fase da mundialização financeira engendrada pós-choque de juros, pelo signo da desintermediação – “processo pelo qual os usuários de serviços financeiros satisfazem suas necessidades por fora das instituições e redes tradicionais” (BERTRAND e NOYELLE apud CHESNAIS, 1996). Trata-se da inserção direta do capital na esfera financeira, organizado em novos organismos, instituições não-bancárias, como os Fundos de Pensão e as Sociedades de Investimento, em processo de intensa “especialização financeira”. (CHESNAIS, 1996, 2005)

De fato, com a expansão da mundialização financeira, os bancos perderam o papel central no sistema, posto que:

“...as instituições dominantes não são mais os bancos, e sim os mercados financeiros e as organizações financeiras que neles atuam. Pelo contrário, os bancos passaram a sofrer, na esfera financeira, a concorrência dessas formas recentes de centralização e concentração capitalistas – os fundos de pensão e os fundos mútuos –, ao lado das quais até os maiores bancos parecem anões. (CHESNAIS, 1996:258)

Em síntese, foi assim que se deu, em linhas gerais, a emergência da esfera financeira mundializada, um processo que floresceu das características naturais do capital, em sua tendência à internacionalização e à redução do seu tempo de circulação, e de um determinado momento histórico, com um específico arranjo societário, que inaugura uma nova fase da história do sistema capitalista. (GARLIPP, 2004)

Portanto, se antes a principal forma de valorização do capital, ou seja, de transformar dinheiro em mais dinheiro, era através da transformação inicial em mercadoria e depois em uma quantidade de dinheiro maior que a inicial, o circuito D-M-D’, agora o mercado financeiro mundializado permite uma redução do tempo necessário para essa valorização pela redução do circuito as expensas do investimento produtivo.

Ademais, muito se tem dito de uma autonomia dessa esfera financeira:

“Na verdade, a esfera financeira se autonomizou. Ela passou a ser um campo de valorização independente, no qual se desenvolve a forma mais fetichizada de manifestação do capital: é o dinheiro gerando mais dinheiro, diretamente, sem passar pelos processos de produção de mercadorias e de comercialização das mercadorias produzidas.” (MARTINS, 1996:08)

Contudo, é preciso ponderar essa autonomia para que não se deixe de jogar luz sobre um importante efeito da supremacia da esfera financeira. Chesnais é incisivo nesta questão, apresentando-a como uma “autonomia relativa”:

“A autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia relativa. Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo. ...A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada. Representa a arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde.” (CHESNAIS, 1996:241)

Assim, o que essa nuance nos apresenta é mais que um elo entre o setor produtivo e a esfera financeira, é a unidade do capital em suas diversas formas¹². Mas, o mais importante, é que essa visão de autonomia relativa nos permite observar com clareza uma grave consequência da primazia desta esfera financeira: como o sistema tem se tornado uma máquina de concentração de renda ainda mais forte.

De fato, é da natureza do sistema capitalista uma tendência à concentração de renda. O capital tende a centralização e concentração; a esfera financeira intensifica a vivência de sua natureza.

¹² Tavares, em um estudo publicado pelo CEBRAP, nos alerta mais profundamente para o uso descuidado das diversas formas de capital, além de apresentar o élan do colapso sistêmico quando de uma crise:

“A ‘separação’ entre a órbita da produção – onde se ‘gera a mais-valia’ –, a órbita da circulação de mercadorias – ‘o mercado’ onde se realiza a ‘mais-valia’ – e a órbita da circulação do capital-dinheiro – onde o capital se converte em sua forma mais ‘aparente’ – são separações muito perigosas, que só podem ser feitas com intuítos analíticos claros. Isto é, com clareza sobre o método de ‘separação’ marxista. As órbitas só são ‘separadas’ para serem ‘refeitas’, para entender que o lucro e o capital são fenômenos globais que não passam sem nenhuma delas.

Num sentido mais profundo, a ‘órbita’ da circulação contém todas no movimento global de capital e por isso destrói todas quando se destrói a si mesma na crise.” (TAVARES, 2008:11)

I.2.2.2. Conseqüências: efeitos sobre a distribuição de riqueza, de renda e sobre a estabilidade econômica.

Chesnais (1996) aponta que a esfera financeira concentra riqueza por dois mecanismos principais: o primeiro decorre de sua própria existência, afinal o lucro dos agentes financeiros não é outra coisa senão uma “retenção sobre a mais-valia”, no termo anotado por Marx, posto que a esfera financeira “não cria nada”; o segundo apresenta-se na forma do “serviço da dívida pública”, que transfere riqueza do Estado, ou seja, da sociedade como um todo, para a esfera financeira sob propriedade de alguns poucos. Essa última forma há muito já “identificada por Marx, mas cuja importância é infinitamente maior hoje”, afinal, a esfera financeira teve como grande força de expansão a crise da dívida pós-choque de juros.

Outro mecanismo de transferência de riqueza, aparentemente secundário pela sua natureza casual, está inscrito na tese “*too big to fail*” – grande demais para cair. Ou seja, quando algum agente financeiro que se tornou muito relevante para o sistema está, por qualquer motivo, na iminência de falir, cabe ao Estado, com recursos públicos, obviamente, promover a restauração da “saúde financeira” desse, para que se evite um colapso geral da economia. (CHESNAIS, 1996)

Mas não é só no caminho da distribuição de riqueza que se deve observar a ação concentradora da esfera financeira. Há também um importante impacto na forma como a riqueza é produzida.

Com a esfera financeira alcançando um poder sem precedentes, seu emaranhado circuito apresenta taxas de valorização do capital que, face aos rendimentos esperados de uma atividade produtiva, as tornam preferidas às expensas da produção. O alerta é de Keynes (1936), que demonstrou a decisão de investir e desenvolver a esfera produtiva como uma decisão condicionada às taxas de rentabilidade do capital nos circuitos financeiros.

Dessa forma, sob tal condicionalidade, só têm razão de existir atividades produtivas que apresentem taxas de valorização do capital no mínimo iguais às da esfera financeira, para que assim o capitalista possa decidir a aplicação de seu capital, em pé-de-igualdade, entre as duas formas de valorização.

Obviamente, só sobrevivem enquanto atividades produtivas aquelas que extraem mais-valia, direta ou indiretamente, suficiente para justificar sua existência. Uma clara tendência para que se concentre riqueza em grandes grupos industriais, que também

possuem estratégias para valorização de seu capital na esfera financeira, e que, mais dramaticamente, para que amplie a extração de mais-valia do trabalhador.¹³

É sob essa lógica que, nesses tempos de uma esfera financeira mundializada, se originou forte pressão para que o Estado-nação abandonasse o papel de coordenação dos contratos de trabalho e o transferisse para o mercado, ou seja, para a relação patrão – trabalhador, o poder de estabelecer os termos de contratação de trabalho, e isso não apenas nas economias em desenvolvimento, mas dentro mesmo do núcleo orgânico do capitalismo.

Também é essa lógica que anima o grande movimento do capital industrial em busca de espaços que possam encontrar mão-de-obra barata, como vêm demonstrando as migrações de estruturas produtivas para economias em desenvolvimento, com mão-de-obra farta e que ainda não haviam instituído uma sólida legislação sobre o mercado de trabalho. Evidentemente, buscar reduzir seus custos é uma tendência intrínseca à atividade produtiva, não se diz o contrário, mas a questão é que a vivência marcante da esfera financeira nas últimas décadas tem transformado essa busca em um imperativo de sobrevivência.

A China talvez seja hoje o melhor exemplo de um espaço invadido pelo capital em busca de maiores taxas de mais-valia. Seu forte crescimento econômico das últimas décadas não deve atrapalhar essa interpretação, afinal, há riqueza nova ali, produzida pelo trabalho novo de centenas de milhões de pessoas, o que tem retirado da pobreza um número quase inacreditável de chineses, para os padrões da supremacia da esfera financeira.

Assim, a mundialização da esfera financeira tem tido efeitos significativos sobre a distribuição da riqueza mundial, concentrando-a entre os Estados-nação mais poderosos, onde residem os donos do capital financeiro, e aqueles que conseguem uma inserção externa através da oferta de oportunidades de valorização na esfera produtiva que sejam consideradas rentáveis vis-à-vis a valorização financeira.

Ademais, os efeitos sobre a distribuição de renda não são menos significativos, apresentando importantes transformações dessa época de finanças mundializadas.

Bresser-Pereira (2007) descreve as tendências da distribuição de renda nesse início de século XXI. Diz ele:

¹³ Chesnais (2008) reconhece tal efeito, mas apenas com relação às empresas do tipo “sociedade”.

“Geralmente se afirma que a globalização está levando a uma forte concentração de renda. Isto é verdade na distribuição interpessoal da renda a nível nacional, mas não é verdade em relação à distribuição de renda entre os países.” (BRESSER-PEREIRA, 2007:12)

Certamente, a concentração da renda interpessoal dentro das fronteiras dos diversos Estados-nação reflete o subjugado da esfera produtiva pela esfera financeira mundializada, que força tanto a migração de postos de trabalhos quanto uma maior exploração da força de trabalho. Não obstante, os maiores ganhos conquistados na circulação financeira são, regra geral, para aqueles que põem um maior capital em suas redes.

A despeito disso, Bresser-Pereira (2007:12) explica esse efeito por uma redução relativa da “demanda por mão-de-obra pouco qualificada” enquanto a “demanda por profissionais competentes (que muitas vezes se transformam em capitalistas) é crescente”. O que, apesar de um fenômeno real, não deve ser tomado com o principal mecanismo na explicação da concentração de renda interpessoal.

Adicionalmente, a redução das disparidades de renda entre os Estados-nação pode ser encarada como resultado direto daquela busca por novas zonas produtivas de alta rentabilidade, e que não deve ser vista apenas como uma troca contábil posto que está engendrada em processos de geração de novas riquezas e rendas. A expansão do sistema capitalista por espaços que até então pouco tinha transformado, joga um papel fundamental nesse processo.

Evidentemente, essa redução da diferença de renda entre os Estados-nação dá margem aos apologistas da mundialização – na verdade, usam o termo globalização – para se lançarem ainda mais em sua defesa. O que, certamente, é uma questão que precisa ser analisada, coisa, porém, que só pode ser feita após uma análise detalhada dos principais discursos sobre o fim do Estado-nação. Afinal, se essa distribuição de renda pode vir a pôr um fim na histórica hierarquia interestatal, é preciso que se pergunte o que estariam fazendo os Estados-nação, principalmente os mais poderosos, quando dessa transformação radical.

A um só tempo, as quase incontáveis inovações financeiras que o sistema produziu para ampliar as possibilidades e a capacidade de valorização do capital, sob a égide da desregulamentação da esfera financeira, ampliaram enormemente a instabilidade sistêmica, pois tornaram, cada vez mais, toda a economia dependente da formação e realização das expectativas do agente especulador. As crises se tornaram

cada vez mais constantes e mais intensas com a crescente complexidade dos circuitos financeiros e com a evolução dos recursos que mobilizava.¹⁴

E assim, com as crises cada vez mais fortes, cada uma delas acaba por colocar em xeque todo o arranjo da economia nacional, com danos sobre produto e emprego, ou seja, sobre as considerações materiais de sobrevivência da maioria da população, cada vez mais causticantes.

Frente a esses efeitos da esfera financeira é normal que se pergunte qual o papel do Estado. Que se pergunte se a única coisa que pode realmente ser feita são as ações no melhor estilo “*too big to fail*” para evitar danos maiores. Contudo, não obstante os diversos ensinamentos que se pode retirar dessa revisão histórica do sistema capitalista, nesse momento é precipitado fazer qualquer consideração sobre o papel do Estado, por ainda não se ter confrontado aqueles dizeres do “fim do Estado-nação”. Afinal, é preciso entender antes mesmo como esses apreendem a emergência da esfera financeira, o que só pode ser feito com uma análise das principais formas de dizer que o Estado-nação encontrou seu ocaso.

I.3. Considerações em síntese.

Mergulhar na imensidão da esfera financeira tornou evidente que sua emergência encontra razão de ser na mais essencial lógica do sistema capitalista, qual seja, na lógica do capital e sua busca por realizar-se cada vez mais rapidamente. O que, contudo, não limita a observação do novo em nossos tempos: da nova forma, dos novos agentes, das leves nuances em velhas estruturas e mesmo mudanças estruturais. E, logo, é a percepção dessas mudanças que deve guiar qualquer estratégia de intervenção na realidade que se pretenda exitosa, sejam quais forem os interesses a animarem essas intervenções.

Com esse espírito, a esfera financeira mostra-se um imenso desafio. Metrifcar seus efeitos e vasculhar a emaranhada teia de relações político-econômicas em busca de suas causalidades demonstrou os termos de sua existência: a esfera financeira não é completamente autônoma, mas intimamente relacionada à esfera produtiva, impondo-lhe uma série de condicionalidades; o que demonstra o alcance dessa força sistêmica e de suas conseqüências.

¹⁴ Para um entendimento detalhado de como as inovações financeiras desregulamentadas ampliam a instabilidade do sistema econômico, ver Chesnais (1998b).

Suas condicionalidades transformaram o sistema capitalista em uma máquina de concentração de renda e exploração da mais-valia do trabalhador ainda mais assustadora, desmantelando mecanismos de proteção social do Estado-nação, inclusive atacando a legislação trabalhista, e impondo à sociedade, por meio da dívida pública e das operações de salvamento do sistema, uma intensa apropriação de sua riqueza produzida.

Não obstante, seu caráter especulativo torna a economia particularmente instável; característica que tem se acentuado com o complexo, rápido e forte crescimento da esfera financeira. A incerteza é um traço orgânico do sistema, e com o poder crescente dessa esfera a instabilidade assume a regularidade das patologias crônicas e as conseqüências das agudas.

Portanto, a necessidade de controlar a existência desse espaço supranacional, combatendo seus efeitos sobre o emprego, a renda e o bem-estar da sociedade, é imperativa.

Mas como apreender, confrontar e controlar a nova realidade sistêmica do capitalismo mundializado?

Em outros tempos, a resposta a essa pergunta encontrava pouso seguro no papel do Estado. Contudo, a supremacia da esfera financeira traz em seu bojo uma série de questionamentos à capacidade deste transformar a realidade de sua economia nacional, e dentre estes, um mais radical, o de que o Estado-nação teria chegado ao seu fim.

Dessa forma, é preciso que se pergunte: o que teria acontecido ao Estado-nação para estar, agora, destituído de significado?

Uma pergunta que se torna ainda mais relevante, quando se reconhece que, desde as origens do sistema capitalista, capital e Estado guardam uma relação intrínseca, que se expressou em cada momento da história, e é a chave do entendimento de como a realidade foi construída.

E que se mostra ainda mais imprescindível quando se reconhece que as transformações político-econômicas, que teriam trazido o “fim do Estado-nação”, são o pleno resultado das ações desse. Afinal, não fossem as decisões políticas dos Estados-nação mais poderosos a esfera financeira não teria se mundializado e absorvido as economias nacionais em sua teia emaranhada de relações.

E então, a partir desses reconhecimentos, emerge a pergunta primordial: em que medida esse discurso do fim do Estado-nação é uma expressão do real? Que forças e potencialidades o Estado-nação apresenta quando o confronta?

Eis a indagação fundamental deste trabalho. Buscar respondê-la é o próximo passo.

CAPÍTULO II

EVANESCÊNCIA DE ILUSÕES.

OU DO AINDA FUNDAMENTAL ESTADO-NAÇÃO.

“Nesse mundo do capital, pronto e acabado, o economista político aplica as concepções de direito e de propriedade do mundo pré-capitalista, com tanto mais zêlo e unção tanto maior, quanto mais alto ululam os fatos contra sua ideologia.”

Karl Marx, em “O Capital”.

A emergência da esfera financeira traz em seu bojo uma nova realidade social que em muito confronta a capacidade do Estado-nação de transformá-la, seja através da promoção de quaisquer políticas que contestem os interesses daquela esfera, ou seja simplesmente pela implementação de políticas amenizadoras de seus efeitos e que não contestem, diretamente, sua operacionalidade.

Ou seja, o Estado-nação está em xeque. E foi esse reconhecimento que produziu uma série de conclusões teóricas apontando o seu ocaso. Segundo muitos, a era dos Estados-nação havia encontrado seu fim, e diferentes foram as proposições e previsões para o futuro do sistema capitalista. Logo, aqui só resta o enfrentamento dessas teorizações para que se apreendam com rigor quais as consequências dessa nova realidade sobre os velhos Estados-nação.

II.1. Fim do Estado-nação?

De modo geral, há duas linhas de argumentação acerca do fim do Estado-nação. E que assim podem ser identificadas não só por seguirem duas diferentes interpretações de como se deu esse “fato”, mas também porque, a partir do reconhecimento comum de que esse é um processo inacabado, não no sentido do colapso desse organismo, mas em termos do surgimento de uma nova ordem ulterior, tais discursos acabam por estabelecer duas distintas linhas de construção de novas realidades.

Uma é centrada nas transformações econômicas das últimas décadas, e dá ao Mercado a responsabilidade de construção de uma nova ordem. Seu principal intérprete é Kenich Ohmae (1991 e 1996). Diferentemente, Hardt e Negri (2002) consideram ter havido profundas mudanças na formação do ser social. Estar-se-ia vivenciando o “Império”, cabendo à “Multidão” o papel que o Mercado teria na primeira.

II.1.1. Kenich Ohmae e os Estados-região.

Ohmae argumenta que estaria se vivenciando o fim do Estado-nação por causa da constituição de um mercado global independente das fronteiras dos Estados-nação, onde as empresas e os consumidores seriam diretamente guiados por interesses forjados, e só realizados, neste mercado global. Estaria havendo o desenvolvimento de um novo perfil de agentes e de espaço de interação, basicamente através da liberdade de circulação de capitais e de informações. Em suas palavras:

“De fato, à medida que se aproxima o século XXI e que aquilo que denomino os quatros ‘Is’ – indústria, investimento, indivíduos e informação – fluem relativamente sem impedimento através das fronteiras nacionais, os conceitos básicos adequados a um modelo do mundo de países fechados do século XIX não mais se sustentam”. (OHMAE, 1996:XIV)

“Além do mais, à medida que o funcionamento de mercados de capitais genuinamente globais compromete sua capacidade de controlar taxas de câmbio ou de proteger suas moedas, os Estados-naç[ão] têm se tornado inevitavelmente vulneráveis à disciplina imposta por opções econômicas feitas em outros lugares por pessoas e instituições sobre as quais não têm nenhum controle possível.” (OHMAE, 1996:6)

As indústrias passariam agora a gerar emprego e renda onde quer que lhes fosse mais interessante, o que condicionaria sua escolha à um mercado de plena mobilidade de capitais e uma mão-de-obra e um grupo de consumidores qualificados pelo livre fluxo de informações globais, o que significa, de fato, para Ohmae, certa homogeneização dos agentes, produto e causa da construção desse mercado global.

Assim, se por um vetor essa nova economia global se organizaria a fim de realizar os interesses dos agentes econômicos de forma alheia ao Estado-nação, por outro, o fim do Estado-nação também seria decretado porque quaisquer de suas ações que não fossem para permitir a realização dessas “soluções globais” resultaria em uma situação pior do que a que seria apresentada pelo mercado global.

“Como os mercados globais de todos os ‘Is’ funcionam perfeitamente por conta própria, os Estados-naç[ão] já não precisam exercer um papel de formadores do mercado. De fato,... na maioria das vezes eles acabam atrapalhando. ...[Pois soluções globais] fluem melhor exatamente na ausência de intervenção.” (OHMAE, 1996:XX)

Isso ficaria ainda mais evidente quando as políticas públicas de construção de um sistema de bem-estar social, de caráter universal, aquelas que Ohmae denomina de

“mínimo público”, fossem confrontadas com a lógica desse mercado global. Afinal, aqueles núcleos mais dinâmicos da economia, tanto espacialmente como empresarialmente, não estariam dispostos a sustentar pelo seu sucesso, que estaria diretamente relacionado à sua inserção na economia global, aqueles agentes que não construíram seu vínculo com essa economia, e mais, essa transferência de riqueza seria prejudicial a ambos.

“Em nome da justiça para com os múltiplos solicitantes e como forma de demonstrar que seu monopólio de poder é eqüitativo, o governo concorda em prestar um nível homogêneo de serviços públicos em todo o país. Esse ‘mínimo público’...” (OHMAE, 1996:41)

“A tirania da democracia moderna está na sua tendência de conceder pesos iguais aos votos antes que sejam levadas em conta as contribuições para a manutenção da sociedade como um todo”. (OHMAE, 1996:47)

Assim, de acordo com Ohmae, o resultado que deve ser buscado como forma de organização da economia, sendo mesmo inevitável, posto que uma organização diferente estaria fadada ao fracasso, é a permissão à emergência “natural” de núcleos econômicos espaciais que nada mais são do que a expressão territorial daquilo que ele chama de economia global: núcleos de livre mobilidade de capital e informações, organizados em torno de um mercado interno significativo.

“...Se o movimento irrestrito desses ‘Is’ torna o papel de intermediário dos Estados-naç[ão] obsoleto, as qualificações para participar do fórum global e para delinear as soluções globais começam a corresponder não às fronteiras políticas artificiais dos países, mas às unidades geográficas mais localizadas.... O que define essas unidades não é a localização de suas fronteiras políticas, mas o fato de terem o tamanho e a escala corretos para serem as verdadeiras unidades de negócios da economia global de hoje em dia.” (OHMAE, 1996:XXI)

Nesse sentido, a organização em torno de um mercado interno não chegaria a ser um paradoxo de uma economia global, pois, com a livre mobilidade de riqueza e informações, haveria uma consonância entre este e a economia global, onde a influência de um padrão de consumo global permitiria um potencial mercado de consumo de escala mundial.

Em síntese, essa é a interpretação de Ohmae para atual forma de organização da produção e distribuição de riqueza no mundo, e que o leva a cantar o “fim do Estado-

nação”. As fronteiras territoriais, que tanto serviram ao sistema capitalista, hoje não passariam de “um mero acidente histórico”.

As críticas que vêm sendo feitas a essa construção teórica apontam justamente o contrário, a necessidade de um Estado ativo e a construção de estratégias específicas de desenvolvimento.

Quando em confronto com esta, Fiori (1997:133-134) aponta a contradição geral desta ser construída justamente no período em que se multiplicam “as reivindicações autonomistas e o número dos novos estados independentes”, justamente quando estes se tornam um “fenômeno universal”. E emenda: “a globalização não está eliminando os estados, apenas está redefinindo as suas hierarquias e seus espaços e graus de autoridade no exercício de sua soberania”.

Porém, ao discorrer sobre os efeitos da globalização no espaço da competição interestatal, contrapondo ao fim do Estado-nação fenômenos que se apresentam como contrários ou contraditórios¹⁵, muitas vezes permite que a resposta de seus defensores seja a de tais fenômenos são plenamente explicados por tal teoria, e mesmo que esses a consolidam ainda mais.

Assim, apesar dessas críticas apontarem importantes eventos para o entendimento da real ordem global, não se apresentam como as críticas mais acertadas aos argumentos de Ohmae. É preciso mais, é preciso apreender a totalidade da teoria deste e reconhecer seu real significado.

De início, é possível traçar três considerações sobre a insustentabilidade do discurso de Ohmae.

A primeira é sobre a defesa da mão invisível como determinante da produção de riqueza.

A teoria econômica nos apresenta hoje, e há muito com o aval da história, o caráter intrinsecamente instável de uma economia monetária de produção, frente à incerteza dos eventos e a racionalização subjetiva que os apreende. Disso resultou o sólido aprendizado da necessidade de manutenção de Estado ativo como forma de reduzir a quantidade e a violência das crises sistêmicas. Assim, o que a “mão invisível” traz consigo é a realização, mais cedo ou mais tarde, de inúmeras crises da economia mundial.

¹⁵ Sob esse enfoque ver FIORI (1995b) e BRESSER-PEREIRA (2007).

Contudo, novamente história e teoria nos mostram que, quando a crise se faz como tal, a “mão invisível” recorre à ajuda do Estado para superá-la. Pois nesses momentos só as estruturas acabadas, com ampla capacidade de coordenação e intervenção, dos Estados-nação podem conter a crise. E, assim, seu custo é socializado através desse Estado.

O questionamento que disto se pode derivar é se os agentes econômicos estão dispostos a aceitar esse tipo de condição sistêmica que deveria afetar a riqueza que eles construíram no tempo de estabilidade.

Por um lado, os cidadãos de tal Estado pagam as contas das crises com seus tributos. De fato, poder-se-ia dizer que os cidadãos mais pobres do Estado, ou os mais pobres do mundo, já que as crises são amplas e contagiosas, pagam as contas, afinal são estes que necessitam mais dos serviços públicos que deveriam ser o destino desses recursos e para os quais os tributos têm maior peso relativo.

A pergunta que Ohmae se deveria fazer é por que estes cidadãos devem abrir mão de sua capacidade de coordenação da economia através do Estado-nação, se mais cedo ou mais tarde a conta desse processo lhes será cobrada? Ressaltando ainda, que eles podem nem ter participado deste, se estiveram fora daquele núcleo dinâmico, os “Estados-região”, e abandonados pelo “mínimo público”.

E mesmo considerando um rearranjo político de uma outra ordem mundial, de forma que cada “Estado-região” definido por Ohmae recebesse a autonomia e o status de um Estado-nação, não tendo que socializar os danos de uma crise com aqueles que não participaram do processo, mantém-se o fato dos mais pobres estarem mais vulneráveis à esses danos, como já apontado anteriormente quando se discorreu sobre a intensificação desta característica concentradora do sistema.

Por outro lado, com ou sem esse rearranjo político, mesmo os empresários veriam seus negócios em algo como uma “roleta russa”, podendo perder com a crise até tudo aquilo que construíram. Evidentemente, se perguntar se estes aceitariam a égide da mão invisível é um tanto desnecessário. A necessidade imediata de lucrar tem suas prerrogativas.

Uma segunda consideração a fazer, mas que já aparece implicitamente na primeira, é que rearranjar a economia em torno da economia global, como faz Ohmae, significa abandonar um sem-número de pessoas às piores condições sistêmicas. Tanto o fim do “mínimo público” significa a condenação político-econômica de regiões inteiras, como se entregar as vontades de estruturação de “Estados-região” tem significado o

abandono de muitos trabalhadores que vêm suas condições de trabalho degenerar frente às exigências do novo mundo.

E pensando conseqüentemente, se a resposta ao fim do mínimo público for, mais do que Estados-regiões, a atomização política, a multiplicação de unidades administrativas com funcionalidade e status de Estado-nação, como seriam tratadas questões amplas, como a gerência dos recursos naturais, cujos ecossistemas devem ser preservados? E como impedir que essa lógica de abandono do mínimo público seja reproduzida internamente, o que produziria sistematicamente só o caos, desigualdades e a barbárie?

A terceira relevante consideração é que Ohmae desconsidera que o Estado ainda representa um importante instrumento para a realização de interesses particulares, como anotado anteriormente na discussão sobre imperialismo. E não só as empresas que não alcançam força econômica suficiente para bancar sozinhas o jogo de mercado global, mas mesmo estas, podem usar do arcabouço do Estado-nação para a realização dos seus interesses. E não só do Estado-nação de origem.

A questão nesse sentido é muito simples, e envolve um exercício teórico diferente de buscar qual futuro o Estado-nação terá. No presente, no jogo global, muitos são os interesses e muitos os caminhos para sua realização, e o Estado-nação ainda representa um poderoso instrumento. Frente à este jogo existe sempre a possibilidade de se ganhar mais valendo-se desse instrumento. Aquele agente que não teria condições de participar do jogo pode fazer do Estado seu ingresso e aqueles que poderiam bancar sozinhos o jogo podem ampliar seus ganhos, mesmo usando-o para se defender. O Estado-nação representa uma opção sistêmica e, talvez, essa forma de utilização do mesmo, mais do que a necessidade de garantia de um arranjo societário mais justo e eqüitativo, seja uma maior garantia de sua continuidade.

Dessa forma, apesar de não enquadrar tal teoria como uma das do tipo “chutando a escada”, considera-se que esta não percebe que suas proposições sejam aproveitadas por alguns Estados-nação às expensas de outros no jogo da hierarquia interestatal.

Essas três considerações basilares confrontam diretamente aquilo que pode ser considerado sólido no argumento de Ohmae. Devem ser um artifício para o diálogo limitado ao universo apresentado por Ohmae. Afora estas, é possível construir uma argumentação que aponte falhas maiores e desenvolva reflexões sobre o significado do que esse universo apresenta ou deixa de apresentar.

Com efeito, a principal limitação do universo de Ohmae é a sua concepção de mercado de capitais. Para este, o mercado de capitais é organizado para promover o investimento, ou seja, o fim imediato é a produção. Assim, o mercado de capitais global seria a ponte entre o elenco de projetos de investimentos produtivos pelo mundo, hierarquizados do ponto de vista dos investidores, e os capitais destes últimos, desterritorializados, livres e imparciais às bandeiras. Dessa forma, relega completamente a natureza especulativa destes capitais, realmente imparciais às fronteiras, mas guiados pela possibilidade de valorização rápida através da diferenciação de preços de papéis financeiros que são produzidos para alimentar ainda mais o circuito, que é a característica mais nefasta da emergência da esfera financeira, como já descrito.

Adicionalmente, seu discurso se apóia em algumas ilusões. A primeira delas é a falsa idéia de coletividade expressa na idéia de Fórum Global. Ohmae se refere a este como o responsável por prover as demandas das atividades econômicas a partir do mercado global. Mas é justamente apenas isso, a ação do mercado global, não existindo uma coletividade consciente de si mesma, apenas o resultado do exercício da individualidade e do velho egoísmo liberal que traz consigo toda uma ideologia de eficiência de mercado.

Outra ilusão presente da argumentação de Ohmae é sua interpretação para a expressão geográfica da “globalização”. Tal autor põe este fenômeno como fundante de um processo de diferenciação territorial que produz dentro dos Estados-nação espaços político-econômicos bem delimitados, posto que diferenciados, com sua produção solidamente interligada, relevantes semelhanças de consumo e linhas bem definidas de distribuição de produtos, o que significaria a origem de “Estados-região”. Contudo, esperar que o sistema econômico produza uma ocupação espacial homogênea é iludir-se com uma igualdade de espaços e com uma lógica de capital que não produz suas próprias diferenças. É iludir-se em conceito e relegar a história. A absorção espacial se dá sempre de maneira singular, apesar de que se reconheçam paradigmas.

No mais, junto às ilusões e argumentos inaceitáveis ainda é possível apontar a presença de um paradoxo. Ao propagar o fim do Estado-nação, Ohmae está, de fato, propondo que esse produza e garanta as fundações dos “Estados-região”. É a busca de uma utilização ainda mais específica do poder do Estado-nação para a realização de um punhado de interesses do capital. Afinal, é o Estado que tem de manter o controle permanente de grupos que possam ir contra a economia global:

“Contudo, se existir um governo federal forte, ele poderá orientar esse processo de transição e, de forma ordenada, atenuar o grau ou a natureza de seu controle à medida que cada novo patamar de PNB for alcançado e que a disciplina externa da lógica global se impuser.” (OHMAE, 1996:125)

“... entre os extremos da política industrial centralmente dirigida e dos livres mercados regidos pelo laissez-faire, há lugar para a política regional. Caso bem aplicada, ela pode facilmente determinar a diferença entre a prosperidade local e as versões locais da paralisia do Estado-nação.” (OHMAE, 1996:91)

Assim, é possível perceber que Ohmae acerta na percepção de que as atividades econômicas transbordaram das fronteiras dos Estados-nação, mas erra categoricamente nas respostas que formula.

“Nos últimos anos, por exemplo, o governo japonês injetou mais de US\$ 300 bilhões na economia do país numa tentativa keynesiana de estimular a demanda e, assim criar novos empregos na esteira da recessão pós-bolha. O plano funcionou: a demanda de fato aumentou. Os empregos também aumentaram. Só que o aumento da oferta – e os novos empregos criados – registraram-se na China, na Coréia e no resto do mundo, e não no Japão.” (OHMAE, 1996:51)

Assim, quando de uma passagem como esta, tal autor propõe um caminho oposto ao que a realidade e o aprendizado histórico apontam: alega o fim do Estado-nação quando se verifica, de fato, a partir de uma análise rigorosa de seus argumentos, a real necessidade de seu fortalecimento.

II.1.2. Hardt e Negri, Império e Multidão.

Por sua vez, Hardt e Negri, em sua obra *Império* (2002), desenvolvem uma ampla e plural argumentação sobre o fim do Estado-nação, como consequência de uma transformação da “Soberania moderna”, que o legitimava, em uma nova soberania, a “Imperial”, que encerraria sua sustentação social e elencaria a “Multidão” como principal agente em luta contra uma força político-econômica que seria a nova expressão de poder e interesses do sistema capitalista, o “Império”.

De acordo com estes autores, o Estado-nação se construiu e encontrara legitimidade para sua existência na instituição da “Soberania moderna”, a partir da transferência de soberania do indivíduo para o corpo político deste. Uma transferência moldada pela crise permanente da modernidade: a luta do plano de imanência contra o

transcendental, que se origina com a descoberta do primeiro, e que mesmo não se encerra com a consolidação da soberania moderna, perpassando toda a história até as recentes transformações do último século.

“Tudo começou com uma revolução. Na Europa, entre 1200 e 1600, cobrindo distâncias que só mercadores e exércitos poderiam viajar e que só a invenção da imprensa mais tarde reduziria, algo extraordinário aconteceu. Seres humanos se declararam donos da própria vida, produtores de cidades e de história e inventores de céus. Herdaram uma consciência dualista, uma visão hierárquica da sociedade, uma idéia metafísica da ciência; mas passaram adiante, para as gerações futuras, uma idéia experimental de ciência, uma concepção constituinte de história e de cidades, e propuseram o ser como terreno imanente de conhecimento e de ação. O pensamento desse período inicial, nascido simultaneamente na política, na ciência, na arte, na filosofia e na teologia, demonstra a radicalidade das forças em ação na modernidade.” (HARDT e NEGRI, 2002:89)

“O que há de revolucionário nesta série de desenvolvimentos filosóficos que vai do século XIII ao XVI é o fato de que os poderes de criação que anteriormente tinham sido consignados exclusivamente aos céus são agora trazidos para a terra. É a descoberta da plenitude do plano de imanência.” (HARDT e NEGRI, 2002:91)

Esse teria sido o primeiro momento da construção da moderna soberania, e que traria consigo todo o potencial revolucionário que alimentaria a crise permanente da modernidade, pois a descoberta do plano de imanência representaria o reconhecimento dos “poderes deste mundo”, que instituiria um estado constante de questionamento sobre a necessidade da autoridade instaurada e seus limites pelas forças do “intelecto” em seu novo “conhecimento ontológico imanente”. (HARDT e NEGRI, 2002)

Estaria fundada, assim, a permanente crise da modernidade: a busca por delimitar e enquadrar em uma moldura de poder de uns poucos o plano de imanência que permitia a liberdade da multidão.

“...Identificamos três momentos na constituição da modernidade européia que articulam a configuração inicial do conceito moderno de soberania: primeiro, a descoberta revolucionária do plano de imanência; segundo, a reação contra essas forças imanentes e a crise na forma de autoridade; e terceiro, a resolução parcial e temporária dessa crise na formação do Estado moderno como um locus de soberania que transcende e medeia o plano de forças imanentes.” (HARDT e NEGRI, 2002:88)

Nesse sentido, Hardt e Negri descrevem que os primeiros embates dessa crise se deram mesmo em meio à expansão renascentista, contrapondo suas forças de libertação e seu principal resultado político: a Reforma. Uma verdadeira “contra-revolução” para controlar o ímpeto revolucionário da reforma, que varreu a Europa ocidental a desagregar o sólido arranjo de poder da Igreja medieval com as estruturas políticas que produzia os mecanismos de disciplina da sociedade. O “Termidor” da revolução foi uma “iniciativa cultural, filosófica, social e política”, e o embate de forças para a limitação do plano de imanência, em sua intensidade inicial, jogou o espaço social em um estado de guerra civil. A Guerra dos Trinta Anos foi seu exemplo mais terrível e a luta de classes a face do sistema capitalista ordenando “a criatividade do novo modo de trabalho e a nova ordem de exploração”.

Assim, com a crise da modernidade se expressando intensamente em conflitos e guerras, com o “novo poder transcendente jogando com a ansiedade e o medo das massas”, rapidamente, a paz se tornou uma necessidade meramente funcional, “marcada simplesmente pela fadiga da luta e a usura das paixões”, ao invés de ter realizado o sonho humanista de paz como condição do ser. “O Termidor ganhara, a revolução terminou”. (HARDT e NEGRI, 2002)

A revolução havia sido domada, mas a crise não havia se revolido. A chama revolucionária do plano de imanência manteve-se acesa com “movimentos de renovação” que “continuaram seu trabalho de libertação pela base”. Já fora da Europa, os contornos da crise eram dados pela sua expansão e a resistência dos povos de novos territórios. (HARDT e NEGRI, 2002)

Tais autores apresentam, então, o estado permanente de crise da modernidade e suas transformações em duas linhas: a consolidação de um aparelho político transcendente e o entendimento metafísico das limitações do plano de imanência.

Já no século XVI, o trabalho de Jean Bodin, *Les Six livres de la République*, de 1576 desvela a crise da modernidade e apresenta o desafio de construção de um aparelho político transcendente. Neste encontra-se uma concepção de Estado que constrói a si mesmo pela vitória de seu soberano sobre seus súditos, dando vida à república. O que se configurou como “uma contribuição seminal para a definição moderna de soberania”. (HARDT e NEGRI, 2002)

“A soberania, sustenta Bodin, não pode ser produzida pela união do príncipe com a multidão, do público com o privado, nem podem seus problemas ser resolvidos enquanto nos

apegarmos a uma idéia contratualista ou de direito natural. De fato, a origem do poder político e a definição de soberania consistem na vitória de um lado sobre o outro – vitória que faz de um o soberano e de outro o súdito. A força e a violência criam o soberano. As determinações físicas de poder impõem o plenitudo potestatis (a plenitude do poder).” (HARDT e NEGRI, 2002:115)

O desenrolar desse “segundo modo da modernidade” durante o século XVII e seu projeto de conceber tal aparelho político transcendente apresenta-se nas concepções de “deus na terra” de Hobbes, no desenvolvimento da Escola do Direito Natural e em Descartes e sua racionalização do mundo.

Hobbes, em meados do século XVII, apresenta o soberano não como o vitorioso de uma construção histórica que pela força faz seus súditos, como pensa Bodin, mas como um “Deus na terra”, um soberano absoluto, que emerge de um pacto “implícito, anterior a toda ação ou opção social”, pelo qual todos lhe atribuem um poder absoluto e reconhecem subserviência como solução para um estado de barbárie quando da autonomia incondicional destes:

“De acordo com Hobbes, os desejos isolados dos diversos indivíduos convergem e são representados pelo desejo do soberano transcendente. A soberania é definida, dessa maneira, por transcendência e por representação, dois conceitos que a tradição humanista propusera como contraditórios. De um lado, a importância do soberano é fundada não em um apoio teológico externo mas apenas na lógica imanente das relações humanas. De outro, a representação que funciona para legitimar esse poder soberano também o aliena completamente da multidão de súditos. ...Aqui o conceito de soberania moderna nasce em seu estado de excelente pureza. O contrato de associação é intrínseco ao contrato de subjugação e dele inseparável. Esse modelo de soberania apresenta a primeira solução política para a crise da modernidade.” (HARDT e NEGRI, 2002:101)

Posteriormente, desenvolveu-se toda uma tradicional escola de pensamento fundada no Direito Natural, que trataria a legitimidade do soberano focando não o momento de sua fundação mas a sua reafirmação constante, uma passagem do momento em que o poder absoluto é constituído para seu exercício permanente expresso no aparelho burocrático do Estado em seus “processos institucionais e administrativos”, que articulariam os antagonismos da crise da modernidade para a concepção de um poder legítimo. Os antagonismos são observados, então, como parte orgânica do

processo administrativo que os apreendendo trabalha para uma “unidade de poder”. (HARDT e NEGRI, 2002)

Mais adiante, a crise da modernidade se “desdobraria” em uma nova força de negação do plano de imanência durante os séculos do Iluminismo. Um caminho que teria sido preparado por René Descartes, ainda na primeira metade do século XVII:

“... Embora Descartes pretendesse buscar um novo projeto humanista de conhecimento, ele restabeleceu, de fato, a ordem transcendente. Quando fez da razão terreno exclusivo de mediação entre Deus e o mundo, na realidade reafirmou o dualismo como característica definidora da experiência e do pensamento. ...O hábil estratagema de Descartes, consiste basicamente nisto: quando trata da centralidade do pensamento na função transcendental de mediar, ele define uma espécie de resíduo de transcendência divina.” (HARDT e NEGRI, 2002:97)
“O reino da potencialidade, aberto pelo princípio humanista da subjetividade, é limitado, a priori pela imposição da autoridade e da ordem transcendentais. Descartes sub-repticiamente volta a propor uma teologia no terreno que os humanistas tinham limpado, e seu maquinismo é, decididamente transcendental.” (HARDT e NEGRI, 2002:98)

Já em meados do século XVIII, Jean-Jacques Rousseau retomaria a construção do “aparelho político transcendente”, instituindo um “republicanismo democrático” fundado, em termos semelhantes aos de Hobbes, por meio de um contrato social que se apresentaria como uma vontade geral fruto de acordo entre as vontades individuais ao mesmo tempo em que estas se alienariam da realização dessa vontade geral delegando poder e legitimidade ao “republicano absoluto”. (HARDT e NEGRI, 2002)

Tal semelhança com o “deus na terra” de Hobbes apenas reafirma o paradoxo de representação já antes delineado por Jean Bodin:

“...Pode-se dizer, corretamente, que a soberania existe apenas na monarquia, porque soberano só pode haver um. Se dois ou três ou muitos governassem, não haveria soberania, porque o soberano não pode estar sujeito à autoridade alheia. Formas políticas democráticas, plurais ou populares podem ser declaradas, mas a soberania moderna na realidade só tem uma figura política: um único poder transcendente.” (HARDT e NEGRI, 2002:102)

É dessa forma que Rousseau constrói seu conceito de soberania. Pensada como soberania da sociedade em lugar da soberania de um rei. O que refletia o avanço da

classe burguesa e a fragmentação do poder pela contestação do poder único do soberano absoluto.

E é esse avanço do sistema capitalista que se afirma como “um conteúdo que preenche e sustenta a forma da autoridade soberana”, e teria permitido uma outra fundação para o aparelho político transcendente, dada pela racionalidade econômica vivenciada no mercado. O arcabouço teórico de Adam Smith é o responsável por essa afirmação.

“...O fato de esse estado intervir ou não intervir é secundário; o que importa é que ele dá conteúdo à mediação de interesses e representa o eixo da racionalidade dessa mediação. O transcendental político do Estado moderno é definido como transcendental econômico. A teoria de valor de Smith foi a alma e a substância do conceito do moderno Estado soberano.” (HARDT e NEGRI, 2002:104)

Ademais, observou-se no século XVIII o desenvolvimento da “tradição realista (ou historicista) da teoria do Estado, que teria trazido o gérmen do vínculo entre soberania e a idéia de nação, em uma tentativa de “conceber a subjetividade do processo histórico e desse modo achar uma base efetiva para o título e o exercício da soberania”. Tal vínculo estaria presente na obra de Giambattista Vico e se consolidaria com a obra de J.G. Herder, onde “toda perfeição humana é, em certo sentido, nacional”. Dessa forma, construiu-se uma “continuidade social e cultural” em termos da “continuidade histórica real do território, da população e da nação”. (HARDT e NEGRI, 2002)

“...A identidade é, dessa maneira, concebida não como resolução de diferenças sociais e históricas mas como produto de uma unidade primordial. A nação é uma figura completa de soberania prior ao desenvolvimento histórico; ou melhor, não há desenvolvimento histórico que não esteja prefigurado na origem. Em outras palavras, a nação sustenta o conceito de soberania alegando que o precede. É a máquina material que percorre a história, o ‘gênio’ que a faz funcionar. A Nação se torna finalmente a condição de possibilidade de toda ação humana e da própria vida social.” (HARDT e NEGRI, 2002:118)

O passo seguinte veio com a Revolução Francesa, que identificou o desenvolvimento do conceito de nação com o desenvolvimento da burguesia, “um conceito político construtivo, um mecanismo constitucional”, e expôs, assim, a linha de transcendência do instrumental político e realimentou a crise da modernidade, ao

mesmo tempo em que buscou solucionar esse novo marco de questionamento lançando mão da construção do conceito de “povo”:

“Nos pontos onde o conceito de nação foi apresentado como popular e revolucionário, como de fato o foi durante a Revolução Francesa, pode-se supor que a nação foi separada do conceito moderno de soberania e de seu aparelho de subjetividades e dominação, e dedicada a uma noção democrática de comunidade. ... O que parece revolucionário e libertador nessa noção de soberania nacional e popular, entretanto, nada mais é do que outra volta do parafuso, mais uma ampliação da subjugação e dominação que o conceito moderno de soberania trazia consigo desde o início. O precário poder da soberania como solução para a crise da modernidade foi primeiro citado como apoio à nação, e quando a nação também se revelou uma solução precária, foi aplicado ao povo. Em outras palavras, assim como o conceito de nação completa a noção de soberania alegando precedê-la, o conceito de povo completa o de nação mediante outra regressão lógica simulada.” (HARDT e NEGRI, 2002:119)

Neste nível, o conceito de povo teria sido construído a partir da representação transcendente de uma raça comum a todos os membros da nação. Uma idéia de pureza que se fortaleceria pela prática do racismo, outra representação transcendente dos membros de outros territórios que determinava uma integração dualista desses “povos”. E assim a construção do povo cristalizaria a crise da modernidade, que pela concepção de raça e a prática de racismo que o definiria, traria o consolidar da transcendência pela manifestação de representação e dualismo, a um só tempo. O primeiro pelo “eclipse de diferenças internas pela representação de toda uma população por uma raça, uma classe ou um grupo hegemônico”, dando homogeneidade à nação, e o segundo por dar contraste e delimitar tal coesão. (HARDT e NEGRI, 2002)

Por sua vez, no plano metafísico, ainda no século XVIII, Immanuel Kant seria o responsável por consolidar o transcendental enquanto limitação às aspirações humanas. Diferenciar-se-ia de Descartes ao abandonar a teologia e definir o transcendental a partir da “impossibilidade de cada forma de imediação, o exorcismo de toda figura vital na apreensão e na ação do ser”.

“...Kant consegue pôr o sujeito no centro do horizonte metafísico mas ao mesmo tempo o controla mediante três operações que já mencionamos: o esvaziamento da experiência nos fenômenos, a redução do conhecimento à mediação intelectual e a neutralização da ação ética no esquematismo da

razão. A mediação que Descartes invocou em sua reafirmação do dualismo é hipostasiada por Kant, não na divindade mas, ainda assim, numa crítica pseudo-ontológica – numa função ordenadora da consciência e num apetite indistinto da vontade. A humanidade é o centro do universo, mas não a humanidade que, pela arte e pela ação, fez de si mesma homohomo. É uma humanidade perdida na experiência, iludida na busca do ideal ético. Kant nos leva de volta à crise da modernidade, com plena consciência, quando propõe a descoberta do próprio sujeito como crise, mas essa crise é transformada em apologia do transcendental como único e exclusivo horizonte de conhecimento e ação. O mundo torna-se arquitetura de formas ideais, a única realidade que nos é concedida.” (HARDT e NEGRI, 2002, pág.98)

Assim a crise da modernidade avança pelo século XIX, e é de Hegel o esforço teórico que consolida a transcendência do aparelho político moderno pela junção “em termos adequados e funcionais” das concepções de Hobbes, Rousseau e Smith, concebendo a soberania moderna como “soberania capitalista, uma forma de comando que superdetermina a relação entre individualidade e universalidade como função do desenvolvimento do capital”:

“Quando a síntese de soberania e capital é plenamente alcançada, e a transcendência do poder é completamente transformada no exercício transcendental da autoridade, a soberania torna-se uma máquina política que governa toda a sociedade. Por meio de operações da máquina da soberania, a multidão se transforma, em todos os momentos, numa totalidade ordenada. ...A teoria essencial da soberania moderna, assim alcançando a maturidade, realiza o novo ‘indivíduo’ pela absorção da sociedade no poder. Aos poucos, enquanto a administração se desenvolve, a relação entre sociedade e poder, entre a multidão e o Estado soberano, fica invertida, de modo que agora é o poder e o Estado que produzem a sociedade.” (HARDT e NEGRI, 2002:105)

Por esses caminhos estariam consolidados o conceito de soberania nacional e o aparelho político transcendente do Estado-nação. Mas a modernidade ainda se mantinha como crise, e esse momento teria sido o “apogeu” da soberania moderna. A continuação da crise traria a construção do “Império”.

Nesse momento, a manutenção da soberania enquanto crise teria sido explicitada por Weber, que parte do reconhecimento de que a “abertura da modernidade é definida numa cisão – uma condição criativa de indivíduos e da multidão contra o processo de reapropriação estatal”, que busca legitimar-se tanto por “formas antigas e quase

naturalistas”, o “deus na terra” ou o “soberano absoluto”, como pela “racionalização administrativa”, sendo esta “a forma mais eficaz do fim da modernidade”: duas formas que podem se entrelaçar de diversas maneiras para aprofundar o “controle da realidade social”. (HARDT E NEGRI, 2002)

“A análise de Weber foi rapidamente encampada pelos escritores empenhados na crítica da modernidade, de Heidegger e Lukács a Horkheimer e Adorno. Todos reconheceram que Weber tinha revelado a ilusão da modernidade, a ilusão de que o dualismo antagônico que está na base da modernidade poderia ser subjugado numa síntese unitária abrangendo toda a sociedade e a política, incluídas as forças produtivas e as relações de produção. Eles reconheceram, finalmente, que a soberania moderna tinha passado do seu apogeu, começando a declinar”. (HARDT E NEGRI, 2002:107)

Na base do declínio da modernidade estariam as transformações sociais engendradas no novo século XX. Pois estas foram marcadas pelo reconhecimento e vivência de um mundo desenhado pela pluralidade de diferenças, pelo hibridismo e pela mobilidade, características contrapostas à face da modernidade, vivenciada em termos de essencialismo e dualismo maniqueísta, racismo e delimitação de fronteiras de Estados-nação.

Estaríamos assim, de acordo com tais autores, vivenciando um novo levante do plano de imanência, que ao libertar-se das representações que o controlavam e fundavam o Estado-nação transitaria do espaço limitado das fronteiras para a fluidez do universo supranacional. Um processo que fundaria o Império como mais uma tentativa de controlar as forças desse plano, agora arranjadas na forma da “Multidão”.

O Império é, então, a máquina de produção de uma verdade, em um não-lugar, sem bandeira e sem rosto. Que, reconhecendo e trabalhando o hibridismo e as singularidades da multidão, busca a amarrar dentro de uma nova ordem mundial onde a relação do indivíduo se dá com todos, ao mesmo tempo que, inserido na totalidade, suas singularidades se tornam denominador comum sendo orientadas para a produção de um aparelho transcendental, político e cultural, que os normaliza e os controla.

Nesse universo, para Hardt e Negri, a expressão mais direta do instrumental político transcendental do Império é sua formação jurídica:

“...Transformações jurídicas apontam, com efeito, para mudanças na constituição material da ordem e poder mundiais.

A transição a que estamos assistindo, da lei internacional tradicional, que era definida por contratos e tratados, para a definição e constituição de um novo poder soberano e supranacional (e para uma noção imperial de direito), ainda que incompleta, nos dá uma estruturação na qual podemos ler os processos sociais totalizantes do Império.” (HARDT E NEGRI, 2002:27)

Não se trata apenas de observar os organismos internacionais fundados sobre o caráter da supranacionalidade, um organograma jurídico supranacional, já que este, “mesmo quando entendido em termos dos mais avançados desenvolvimentos das Nações Unidas e de outras grandes organizações internacionais”, apresenta-se, na melhor das hipóteses, como resultado de arranjos multilaterais de Estados-nação, mas, bem mais que isso, deve se observar a construção de uma verdade e a sujeição das diversas forças sociais à mesma.

“A esta altura, o problema no novo aparelho jurídico se nos apresenta em sua figura mais imediata: uma ordem global, uma justiça e um direito que ainda são virtuais mas que, apesar disso, já são aplicados em nós. Somos forçados, cada vez mais, a nos sentir participantes desta evolução, e somos chamados a assumir a responsabilidade pelo que ela se tornará dentro desse contexto. Nossa cidadania, como nossa responsabilidade ética, está situada dentro dessas novas dimensões – nosso poder e nossa impotência são medidos aqui.” (HARDT E NEGRI, 2002:37)

“...A constituição do Império não está sendo formada com apoio em qualquer mecanismo contratual ou com base em tratado, nem por intermédio de qualquer fonte federativa. A fonte de normatividade imperial nasceu de uma máquina, uma nova máquina econômica-industrial-comunicativa – em resumo uma máquina biopolítica organizada.” (HARDT E NEGRI, 2002:59)

Um processo ainda em “aberto” por trazer no seu bojo uma contradição ainda não resolvida: se a constituição de valores universais, movimenta as engrenagens de “constituição material da nova ordem planetária, a consolidação de sua máquina administrativa e a produção de novas hierarquias de comando do espaço global”, a mesma é utilizada para dar legitimação à um direito de polícia que é marcado pela excepcionalidade de suas ações, o que acaba por imprimir nos valores universais uma instabilidade e flexibilidade que possibilita o questionamento de sua universalidade, isso mesmo considerando que esta universalidade comporta um amplo leque de possibilidades. Assim, esse direito de polícia enquanto poder dos “senhores dominantes

da ordem mundial de intervir em territórios de outros senhores no interesse de prevenir ou resolver problemas humanitários”, entendido tanto como “direito ou dever”, acaba por ser um desafio permanente ao Império, em sua capacidade de produzir a representatividade do universal. (HARDT e NEGRI, 2002)

Logo, pode-se expressar essa capacidade do Império em realizar uma flexibilidade do universal garantindo que ainda o seja visto como tal, em duas formas:

“...Para assumir o controle de situação tão completamente fluida, e dominá-la, é necessário assegurar a autoridade que intervém (1) a capacidade de definir, sempre de forma excepcional, as demandas de intervenção; e (2) a capacidade de mobilizar forças e instrumentos que, de várias maneiras, podem ser aplicados à pluralidade e diversidade dos arranjos em crise.” (HARDT E NEGRI, 2002:34)

No mais, fica ainda mais evidente que não se pode apoiar uma observação apenas no organograma jurídico supranacional, posto que essa verdade universalizante afeta os sistemas legais internos de cada Estado-nação, moldando-os e os condicionando a forma do arranjo jurídico supranacional:

“...Por meio de sua transformação contemporânea da lei supranacional, o processo imperial de constituição tende direta ou indiretamente a penetrar e reconfigurar a lei interna dos Estados-nação, e dessa forma a lei supranacional poderosamente superdetermina a lei nacional.” (HARDT E NEGRI, 2002:35)

Nos termos de Foucault, em quem os autores se apoiam, trata-se da passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, do mundo moderno para o pós-moderno, onde os “mecanismos de comando se tornam cada vez mais “democráticos”, cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos”. (HARDT e NEGRI, 2002)

Assim, renovado o embate entre o plano de imanência e o poder transcendental, agora entre a Multidão e o Império, as teorias pós-modernas e pós-coloniais que se desenvolveram durante o decorrer do século XX, são cristalizações das forças desse plano de imanência em sua tentativa de desvelar a máquina de produção e manutenção do poder do Império. São contudo expressões limitadas e acabam por representar apreensões fragmentadas da realidade do Império por agentes que, de fato, vivem realidades distintas do mesmo. Nesse sentido, o que Hardt e Negri identificam é que, se tais teorias contrapõem os estados de representação engendrados pelo Império, as

mesmas se limitam por dialogar dentro dos termos dados por esse, não se apresentando como estratégias que possam realizar o potencial revolucionário da multidão.

“Em nosso atual mundo imperial, o potencial libertador dos discursos pós-modernistas e pós-colonialistas que descrevemos apenas reflete a situação de uma população de elite que desfruta de certos direitos, certo nível de riqueza e certa posição na hierarquia global. Não se deve tomar esse reconhecimento, entretanto, como total impugnação. Na verdade, não é questão de e/ou. Diferença, hibridismo e mobilidade não são libertadores por si, mas tampouco o são a verdade, a pureza e a estase. A verdadeira prática revolucionária se refere ao nível de produção. A verdade não nos tornará livres, mas ficar no controle da produção da verdade, sim. Mobilidade e hibridismo não são libertadores, mas assumir o controle da produção de mobilidade e de estase, de purezas e misturas, sim. As verdadeiras comissões verdade do Império serão assembléias constituintes da multidão, fábricas sociais de produção da verdade” (HARDT E NEGRI, 2002:174)

Nesse sentido, é dessa forma que a Multidão acaba por determinar o surgimento do Império: um aparelho político transcendental que só pode ser vencido se a máquina de produção de verdade for apropriada pela Multidão, que por sua vez é, por essência, a única capaz de fazer isto e sustentar seu funcionamento enquanto produtora de liberdade.

“As massas revoltadas, seu desejo de libertação, suas experiências com a construção de alternativas e suas instâncias de poder constituinte apontaram, em seus melhores momentos, para a internacionalização e globalização das relações, para além das divisões de mando nacional, colonial e imperial. Em nossa época, esse desejo posto em movimento pela multidão foi atendido (de forma estranha e perversa mas apesar disso real) pela construção do Império. Pode-se até dizer que a construção do Império e de suas redes globais é uma resposta às diversas lutas contras as modernas máquinas de poder, e especificamente à luta de classes, ditada pelo desejo de libertação da multidão. A multidão exigiu o nascimento do Império.” (HARDT E NEGRI, 2002:60)

Logo, a realização do Império implicou em mudanças nas formas de luta, e aqueles que resistem ao seu poder transcendental relacionam-se de novas formas, formas novas unidades de ação, reescrevem as estratégias de resistência e defendem novas vivências:

“...Devíamos ser capazes de reconhecer que, o que as lutas perderam em extensão, duração e comunicabilidade ganharam em intensidade. Deveríamos ser capazes de reconhecer que embora todas essas batalhas se concentrem em suas circunstâncias locais e imediatas, ainda assim elas levantam problemas de relevância supranacional, problemas próprios da nova configuração da regulamentação capitalista imperial.” (HARDT E NEGRI, 2002:73)

“Deveríamos ser capazes de reconhecer que isso não é o aparecimento de um novo ciclo de lutas internacionais, mas, antes, a emergência de uma nova qualidade de movimentos sociais. ...Primeiro, cada luta, por intermédio de condições locais firmemente arraigadas, salta imediatamente, para o nível global e ataca a constituição imperial em sua generalidade. Segundo, todas as lutas eliminam a distinção tradicional entre conflitos econômicos e políticos. As lutas são ao mesmo tempo econômicas, políticas e culturais – e, por consequência, são lutas biopolíticas, valendo para decidir a forma de vida. São lutas constituintes, que criam novos espaços públicos e novas formas de comunidade.” (HARDT E NEGRI, 2002:74)

Portanto, no mundo Imperial de Hardt e Negri, com as modernas formas de representação de poder, destituídas de significado, e a máquina de produção de verdade absorvendo singularidades e criando universalidades flexíveis para a ação de um poder transcendental, a renovação das lutas e a possibilidade de libertar o potencial revolucionário do plano de imanência, apresentam-se como o desafio de realizar este, não pela construção de uma outra verdade universal, mas pela vivência democrática na multidão, pela partilha total da máquina de produção da verdade. E dessa forma, tanto Império quanto multidão buscam sua realização pelo fim do Estado-nação.

Em síntese, esse é o argumento que Hardt e Negri constroem para contar o fim do Estado-nação. E muitas foram as críticas desfechadas.

O significado político da obra de tais autores e o poder que sua argumentação alcançou garantiram a mesma um levante crítico bem maior e mais contundente do que o suscitado por Ohmae. De fato, designando-se como um discurso crítico da ordem de poder vigente e considerando-se uma ampla e necessária revisão da constituição deste espaço crítico, esta se mostrou um maior incômodo neste espaço, onde atraiu adeptos e produziu contrários. Por certo, há um reconhecimento entre seus críticos de que tal obra sequer arranhou a ordem mundial que diz ser contra, sendo isto o maior pé-de-apoio destes em seus ataques, ou contra-ataques, por assim dizer.

Contudo, o espaço onde estas críticas estão localizadas é a solidez do presente, e o que deveria ser mais que suficiente, por conta da forma como o argumento de Hardt e

Negri, está desenvolvido acaba por gerar uma discussão no melhor estilo cabo-de-guerra, com cada lado dizendo que a fenomenologia do presente está situada e justifica as bases e proposições de seu mundo teórico.

O maior exemplo disso têm sido as discussões em torno da Guerra do Iraque. Considerando as assertivas do fim do Estado-nação e das guerras imperialistas, desenvolvidas por tais autores, a Guerra do Iraque seria, para seus críticos, a veemente negação do “Império” pelo presente: a guerra seria uma demonstração do poder imperialista dos Estados Unidos, levada à cabo sem a aceitação da Organização das Nações Unidas – ONU e da opinião pública mundial e fundada no enorme poderio militar estadunidense.

Entretanto, Hardt e Negri rebatem ainda dentro da unidade de sua teoria. Dizem que, pelo contrário, a guerra do Iraque ratifica sua teoria à medida em que os Estados Unidos buscaram a permissão da ONU e a ajuda de aliados, e completam sua defesa pela forma como concebem o papel deste país na nova ordem mundial, em virtude das características de sua Constituição Nacional.¹⁶

Afinal, para estes, os Estados Unidos seriam os líderes do “Império”. Uma posição que lhe é legada pela forma como este se desenvolveu guiado por sua Constituição Nacional, que já traria em seu bojo elementos da ordem imperial: “uma idéia de imanência do poder, em oposição ao caráter transcendente da moderna soberania européia”. E mais que isso:

“A idéia contemporânea de Império nasceu com base na expansão global do projeto constitucional interno dos EUA. Na realidade, é pela extensão dos processos constitucionais internos que entramos num processo constituinte de Império.”
(HARDT e NEGRI, 2002:200)

Outras especificidades do universo do “Império” acabam por ser tratadas no debate pelo mesmo caminho. Mesmo obras de fôlego, como a de Atílio Boron (2002), que busca revisar criticamente todo o livro de Hardt e Negri, existe fundamentalmente no espaço do presente.

Avaliando a forma deste debate teórico, poderia se dizer, nos termos de Bobbio (1994), que este se alonga em recorrentes questões, por ambos os lados, por conta de um diálogo insuficiente. Isto porque, enquanto, a obra de Hardt e Negri caracteriza-se por ser basicamente uma construção conceitual, seus críticos, mesmo muitas vezes se

¹⁶ Ver entrevista de Negri concedida à Verónica Gago.

valendo de interpretações conceituais, ideológicas e históricas, não conseguem apreendê-la em sua totalidade e isolá-la em seu espaço. Ao mesmo passo, a interpretação conceitual desses autores não aparece aos seus críticos como suficiente para explicar a realidade que como se propõe fazer.

Pode-se reafirmar este enquadramento taxonômico com a contribuição de Goldman (2003) sobre a obra de Hardt e Negri, que apresenta o desenvolvimento do universo teórico destes como um caminho da construção dos conceitos de “Império” e “Multidão”, com arqueologia, genealogia, fenomenologia e deontologia, e que tais conceitos só se tornam “operativos” quando considerados em conjunto.

Pode se afirmar, ainda, nestes últimos termos, que o espaço sobre o qual estaria se dando todo este embate seria, fundamentalmente, o da fenomenologia do Império. E o grau de liberdade deste residiria tanto na sua genealogia quanto na sua arqueologia, algo como sendo, por assim dizer, o Império olhando para o seu passado, já que este passado estaria escrito em sua linguagem, como seu caminho de desenvolvimento.

No mais, por ora, não cabe aqui acolher quaisquer dos lados do debate – algo possível. Nesse momento, é primordial apenas reconhecer que as críticas feitas não produziram uma contestação do “Império” que seja imprescindível à seus próprios defensores, posto que são absorvidas e explicadas dentro da concepção da nova ordem imperial.

Logo, resta aqui promover uma análise de como o arcabouço teórico de Hardt e Negri é erigido, revendo a construção conceitual do “Império” e da “Multidão” em confronto com a realidade histórica que lhe é correspondente e com suas próprias limitações conceituais, como forma de assentá-lo em seu devido lugar, determinando sua capacidade de explicar a atualidade do mundo e buscando conhecer a validade das críticas endossadas ao mesmo.

Pois bem, o primeiro momento a que devemos nos dedicar, nessa retomada, é a constituição do plano de imanência e a fundação da crise da modernidade, que em seu desenvolvimento teria realizado a soberania de sustentação do Estado-nação. Assim, localizar-se-á entre origem e atualidade e ter-se-á consciência de se houve ou não transformações e quais as naturezas e forças das mesmas.

Para estes autores, como se demonstrou, a crise da modernidade é o permanente estado de subjugação do plano de imanência por um poder de propriedade de uns poucos, fundado na transcendentalidade, o que impediria a realização do pleno potencial revolucionário e libertador daquele. Dessa forma, quando o plano de imanência se fez

presente, com o Renascimento, toda a história desde então é a história das construções desse poder para se manter enquanto tal e impedir o potencial do primeiro. Portanto, o primeiro questionamento que se deve enfrentar é sobre a realidade desse plano de imanência e dos fundamentos da soberania.

Certamente se reconhecem as transformações do Renascimento Europeu como aquelas que permitiram certa libertação da vontade divina e abriram novas linhas para a contestação das relações de dominação vigentes. Porém, o erro de Hardt e Negri é a intensidade com que apresentam esta força.

O plano de imanência não permitiu e nem apareceu como uma realidade de libertação à todos, posto que sua constituição já se dá arraigada em relações sociais de domínio que orientam esta transformação do universo dos homens. Assim, a idéia de potencial revolucionário desse é limitada tanto porque a centralidade do ser é controlada mediante arranjos prévios de domínio de um sobre o outro, e pelas quais tais transformações se construíram, como também porque, condicionadas por este mundo, se quer se apresentam a todos. Só uns poucos tornaram a razão e a centralidade do ser seu espaço de existência e ainda o fizeram sobre a lógica de domínio de um ser pelo outro.

O que Hardt e Negri apresentam como totalidade de um processo é apenas a exceção da absorção do plano de imanência por aquela lógica de domínio. É apenas a expressão desse plano no universo metafísico, construído por alguns intelectuais livres e revolucionários, como Espinoza, aos quais vêm o plano de imanência em todo o seu potencial libertador.

Logo, a crise da modernidade não pode ser entendida nos termos expostos em o “Império”. Com as consideráveis limitações do plano de imanência, o caminho de construção de um aparelho político transcendente que os autores seguem para apresentar o desenvolvimento do conceito de soberania e nação não pode ser entendido como uma estratégia permanente de conter o potencial revolucionário do plano de imanência sempre prestes a produzir a liberdade de todos os seres, mas como o resultado da tentativa de apreender as transformações político-econômicas de seu tempo e relacioná-las, de alguma forma, com algum ideal de sociedade que concebiam. E mesmo o caminho de construção do plano metafísico, por mais que se mostre como uma barreira à plenitude do plano de imanência, por buscar construir sempre um elemento de mediação, não pode ser entendido como elemento de confronto direto com tal plano e seu potencial libertador, posto que o mesmo apresenta-se como um sonho de poucos,

sendo as transformações que o construíram, na concepção de seus intelectuais-fundadores, apreendidas pelo resto da sociedade em uma imbricada teia de dominação.

Não que não representem construções do poder vigente para se manter como tal. Mas são mais produtos de transformações sociais, principalmente políticas e econômicas, do que produtoras destas. E o mais importante, com essas considerações estabelece-se o entendimento de que não há uma permanente possibilidade de revolução libertadora de uma multidão que passaria a viver em igualdade e democracia plenas, e que, portanto, as evoluções desse caminho não significam a saída por um triz do poder preste a cair, mas as transformações do poder que se torna cada vez mais forte, cada vez mais concentrado e excludente, principalmente com o desenvolvimento do sistema capitalista.

Assim, a soberania do Estado-nação passa a ser entendida menos por ser sustentada por um conceito dualista, representativo e transcendente de raça e racismo e mais por ser produzida por um arranjo de poder que engendra seu domínio nas relações de produção de riqueza da sociedade, já que o poder no sistema capitalista está diretamente associado à riqueza material.

São as concepções de sociedade da burguesia que acabam por se realizar em argumentos e materialidade. Os conceitos de soberania, nação, povo, raça e racismo são construídos em diferentes momentos para apreender as transformações engendradas pela sociedade do capital. Evidentemente, tais conceitos se relacionam de forma diferente com tal sociedade, pois ora são construídos e utilizados tanto para destruí-la como para revigorá-la, o que torna difícil visualizá-los em absoluto como produto do capital. Porém, os limites desse universo, já é o universo do capital.

Esse entendimento é fundamental para interpretar os impactos das transformações do novo século.

Como descrito, de acordo com Hardt e Negri, a nova sociedade que atravessou o século XX em sua constituição, seria marcada pela vivência de hibridismos e mobilidade, e, portanto, o amálgama da nação estaria desfeito. O Estado-nação teria encontrado seu fim. Estaríamos vivenciando o “Império”, um mundo sem fronteiras, de núcleo onipresente, que se desdobrou da crise da modernidade e ainda seria marcado pela crise, já que agora seria confrontado pela nova expressão do plano de imanência: a “Multidão”.

Contudo, dadas as considerações feitas, o abandono dos paradigmas de representatividade transcendental não significa, por si, o fim do Estado-nação, já que

sua solidez residiria no papel que representa no sistema capitalista. Dessa forma, para observarmos se houve, e em que termos se deu, alguma transformação da condição existencial do Estado-nação é preciso analisar as transformações do sistema capitalista. Temos de descer à casa de máquinas do mundo, observar suas engrenagens e aquilo que as azeita.

Nesse sentido, no próprio argumento de Hardt e Negri encontramos um bom ponto de partida. Este seria o reconhecimento de que o abandono do mundo de dualismos maniqueístas em nenhum modo significa uma derrota para o sistema capitalista já que o mesmo de modo algum se opõe a heterogeneidade social, e mesmo se alimenta de diferenças.

“...o mercado capitalista é uma máquina que sempre foi de encontro a qualquer divisão entre o dentro e o fora. Ele é contrariado por barreiras e exclusões; e floresce quando inclui mais e mais em sua esfera. O lucro só pode ser gerado pelo contato, pelo compromisso, pelo intercâmbio e pelo comércio. A realização do mercado mundial constituiria o ponto de chegada dessa tendência. Em sua forma ideal, não há exterior para o mercado mundial: o globo inteiro é o seu domínio.” (HARDT e NEGRI, 2002:209)

Esta seria a lucidez que teria lhes permitido seguir por um caminho mais condizente com a realidade de nosso mundo, mas que se perdeu em seus argumentos.

Para Hardt e Negri, o fim do Estado-nação foi engendrado pelo poder transcendente. Por ele e pela multidão, que enquanto se constituía como tal, exigia o nascimento do Império. Embate que se expressou nas transformações político-econômicas do século XX, designadas pelo termo de “globalização”.

O que teria acontecido foi que a transnacionalização das empresas e a integração dos mercados teria sido fundada na absorção das diferenças enquanto uma virtude social, o que tornaria o hibridismo não só reconhecido como também algo a ser produzido, tornando vazia e insignificante a representação de pureza racial e o racismo que sustentariam o Estado-nação.

Em outros de seus termos, a necessidade de consumidores e trabalhadores que fossem reconhecidos enquanto seres sociais, levou o poder transcendente a produzir iguais pelo mundo, independentemente de fronteiras territoriais, organizando-os por uma produção de subjetividade, por uma ordem de biopoder, fundada e revista constantemente por uma máquina de produção de verdades universais. A globalização seria o Império em expansão.

Em que pese que a produção dessa integração seria cada vez menos só de mercado mas, cada vez mais, de vida social, de indivíduos que não mais veriam sua identidade relacionada à uma bandeira nacional, posto que se veriam iguais a todos em todos os lugares, mesmo valorizando ainda mais suas diferenças.

Porém, o que falta à esta análise, em consonância com as considerações feitas ao processo de fundação de soberania, é entender melhor como se deu a transnacionalização do capital, primeiro produtiva e depois financeira, e observar qual foi o papel do Estado nesse processo.

Como apresentado anteriormente, as transformações do sistema capitalista não respondem, senão, aos desígnios da lógica do capital em se transformar em mais capital de forma cada vez mais rápida, e a história do sistema capitalista é a história dessa força interagindo com as estruturas políticas do Estado. Mesmo se aqui se desconsiderasse todo o processo de fundação das economias nacionais, e se observasse apenas o momento de transnacionalização do capital que se inicia com a transnacionalização produtiva no final do século XIX, mesmo assim, se verifica que este se realiza tendo o Estado como agente fundamental, seja pelo estabelecimento de acordos entre países ou ainda mais diretamente pelo apoio direto às indústrias de seu território, tanto por apoio financeiro quanto por políticas imperialistas.

Assim, a ausência de luz sobre estes fenômenos funciona então como elemento de contraste para identificar e melhor qualificar o argumento sobre Globalização que Hardt e Negri apresentam. Fica evidente, então, que tais autores apenas reproduzem o novo corpo ideológico do mercado, erigido no último quartel do século XX, e que logrou dominar as mais diversas esferas sociais. Um levante de um novo arranjo societário que, como já dito, vem sendo chamado de Neoliberalismo.

O que Hardt e Negri realizam como o mundo do Império, não é senão o mundo do capital, e seu discurso.

É, por isso, que a partir que se considera que a soberania do Estado-nação está fundada não em termos de representatividade transcendental de raça, povo e nação, mas que se assenta no Estado como espaço de construção das relações capitalistas de produção e distribuição de riqueza, e se considera como são entendidas por Hardt e Negri as transformações político-econômicas do século XX, que as análises destes e de Ohmae se encontram no mesmo espaço e professam a mesma coisa.

Logo, todas as críticas apresentadas a este último podem ser transpostas para cá, e todas as críticas direcionadas ao Império ganham sustentação para suprimir a

argumentação de Hardt e Negri. Os argumentos de Boron, Kohan, Rush e outros já não mais podem ser absorvidos pelo mundo do Império, pois sua suposta genealogia mostrou-se uma vã ilusão. As duas teorias apenas hipostaseiam a realidade cada qual à sua maneira.

II.1.3. Alguns acessórios

Poder-se-ia, certamente, buscar na biografia destes autores (Ohmae, Hardt e Negri) outros argumentos para tornar mais completa a análise, afinal uma boa análise de discurso deve levar em conta não só o mesmo, mas quem e como o profere.

Contudo, o caminho aqui realizado buscou delimitar-se, no espaço direto das teorias que estes erigiram: uma forma de deixá-lo mais sólido e menos vulnerável, ao mesmo tempo que terreno limpo e acessível à novas e diversas incursões.

No mais, considerou-se que já havia extensa bibliografia que se valem, em maior ou menor grau, destas formas de tratamento e nada de novo seria acrescentado.¹⁷

Um outro espaço de argumentação possível junto à tais autores é a consideração sobre se suas obras se propõem ser um rigoroso retrato do presente ou apresentam tendências deste. Isto porque muitas vezes apresentam seu discurso do fim do Estado-nação como um processo em andamento.

Alan Rush (2006) em sua interpretação da obra de Hardt e Negri dá especial atenção a isto:

“Outro aspecto interessante de Império que críticos como Petras e Boron poderiam ter considerado mais detalhadamente é que H&N propõem sua nova visão global do Império como uma tendência, como um processo em curso. O livro começa com esta frase: “O Império está se materializando diante de nossos próprios olhos”. E do mesmo modo em outras numerosas passagens. Por exemplo, quando falam do trabalho imaterial e da transformação do trabalho imaterial e da transformação dos meios de produção clássicos, exteriores, e sua reabsorção como próteses dos corpos produtivos, também se trata de tendências.” (RUSH, 2006:312)

A tese de Rush é a de que a não percepção desta característica resultaria em uma leitura equivocada do livro “Império” por considerar o fim do Estado-nação como uma realidade irremediável e não como uma tendência à qual, na boa tradição marxista, poderia se construir contra-posições.

¹⁷ KOHAN (2006) apresenta um excelente acompanhamento da formação teórica de Negri, ajudando a entender a forma como este vai construindo seu universo.

Já em Ohmae, o discurso tendencial parece mais evidente, o que torna tudo particularmente mais incoerente com suas assertivas absolutistas do fim do Estado-nação.

Bem, inicialmente é preciso dizer que não cabe aqui uma análise das possíveis confusões e incoerências internas que os textos dos autores podem apresentar. Mais uma vez, reconhece-se já ampla literatura a respeito.

O que é imprescindível é reafirmar que das interpretações que surgiram é a mais forte, de que o Estado-nação e as guerras imperialistas teriam acabado, que se apresenta como a mais comum, e, portanto, precisa ser confrontada.

No caso de Hardt e Negri, que é trabalhado por Rush, que se ressalte que não se trata de uma distorção do argumento destes, mas uma possibilidade concreta que este permite, e certamente, a que mais encampa: para estes autores já se vivenciaria o mundo do Império; A multidão é uma realidade.¹⁸

E então resta um último questionamento essencial. Como entender que duas construções teóricas que se apresentam como corpos políticos distintos e que se propõem a construir futuros distintos estejam tão intimamente relacionadas?

Bem, se o que as une é o mundo da globalização, a crença na vitória do capital sobre os arranjos nacionais, destituindo-os de significação e identidade, então é no desenvolvimento do capital que se deve encontrar esta resposta.

II.1.4. Pós-modernismo: um projeto inacabado do capitalismo.

A partir da constatação de que o fim do Estado-nação é tão somente a expressão do corpo ideológico que funda o mercado como o espaço central, ou melhor, porque não dizer, como o espaço único de realização social, é preciso que se pergunte então quando o mercado alcançou tamanho poder.

Ora, de início pode parecer contraditório que se busque tal marco, afinal já se reconheceu que essa ideologia de mercado expressa a natureza mais primitiva do capital, o que configuraria que apenas a expansão do sistema capitalista pelo globo já garantiria a totalidade desta. Porém, sua relação orgânica com as estruturas políticas da sociedade a condiciona, e a história fica aberta.

¹⁸ Mais uma vez recorrendo a Kohan (2006), encontra-se uma voz que reconhece o determinismo latente do argumento de Negri: Kohan contrasta esse determinismo com os escritos do jovem Negri, que reconhecia a abertura do processo histórico da humanidade.

Em tempo, há o outro reconhecimento de que nunca essa vivência ideológica foi tão plena, e, em que se considere que foi no século XX que se assistiu à ampliação do processo de transnacionalização produtiva e a emergência da esfera financeira, a ampliação de mercados e do número de Estados oficialmente independentes, e a replicagem do modelo de democracias capitalistas, tal vitória ideológica não pode ser considerada uma simples expansão do sistema capitalista, mas uma expansão que reescreveu dentro de si mesma seus arranjos de fundação, que reescreveu o papel e o discurso dos Estados.

Afinal, a era de Ouro do Capitalismo foi marcada por uma forte atuação do Estado impondo disciplina e ordenação ao sistema, sendo, ela mesma, resultado do colapso da ideologia do livre mercado no período entre-guerras. Um claro contra-ponto à atual ideologia hegemônica.

Logo, se ao fim da Era de Ouro a ideologia da sociedade-mercado era hegemônica, é nesse período que se deve encontrar a resposta que aqui se busca.

A era de Ouro pode ser entendida como um arranjo específico entre o capital e o mundo do trabalho, que logrou realizar um sólido crescimento das economias capitalistas, tendo como uma de suas características a construção de um Estado do Bem-estar Social. Por isso, pode ser entendida como o período de maior desenvolvimento do sistema capitalista em sua forma includente, pois transformou, como nunca antes, trabalhadores em consumidores. É este o fato que está na base das teorias que buscam apreender como a ideologia da sociedade-mercado se tornou hegemônica.

Fredric Jameson (2004), ao estudar o sistema cultural de nossos dias, dias pós-modernos como vêm sendo chamados, traça um claro caminho de desenvolvimento desta vitória da ideologia da sociedade-mercado. Sua origem estaria na emergência do Capitalismo Tardio, teorizado por Mandel, no imediato pós-guerra.

Perry Anderson (1999), ao apresentar a obra de Fredric Jameson sobre o Pós-modernismo, sublinha uma dificuldade de determinação temporal que tal autor não teria transposto, já que este toma como emergência do universo pós-moderno a década de 70, enquanto relaciona tal lógica cultural ao Capitalismo Tardio; uns 25 anos de “defasagem” que não poderiam ser um período de ajustamento até a “realização integral do modelo de Mandel”.

Para tentar resolver essa “defasagem embaraçosa”, David Harvey, em seu “Condition of Postmodernity” e Alex Callinicos, em seu “Against Postmodernism” teriam chegado a “conclusões opostas”. (ANDERSON, 1999)

Harvey relacionou “o advento da pós-modernidade, corretamente situado no início da década de 70”, com a ruptura com o modelo de desenvolvimento do pós-guerra, o fordismo, e o estabelecimento do modelo de “acumulação flexível”. (ANDERSON, 1999)

Já Callinicos não observou nenhuma mudança radical na forma do sistema capitalista, e mesmo no conjunto de práticas artísticas que justificasse essa nova periodização, a pós-modernidade, pois “os Estados nacionais preservavam substancial poder de regulamentação” frente ao capital “mais móvel e integrado”, enquanto “os outros aspectos da acumulação flexível eram em geral um exagero ou um mito”, e porque “virtualmente todo recurso ou aspecto estético atribuído ao pós-modernismo... podia ser encontrado no modernismo”. O que houve foi que com a “derrota política da geração radical do final dos anos 60... essa coorte achou compensação num cínico hedonismo que encontrou um pródigo escoadouro na superexplosão de consumo da década de 80”. (ANDERSON, 1999)

Para Anderson, o contraste de tais prospecções ainda deixava o “agudo” problema de periodização do pós-modernismo, ou nos termos aqui buscados, ainda vazio o entendimento de como se deu essa vitória ideológica. Assim, este propõe que o pós-modernismo possa ser localizado por três “coordenadas históricas”: uma degradação da burguesia, “enquanto classe dotada de autoconsciência e moral”; o avanço tecnológico, pois “à medida que o fluxo do novo virava na sua própria continuidade uma corrente de repetições, o carisma da técnica transformava-se em rotina e perdia seus poderes magnéticos para a arte”; e a perda de força das alternativas políticas ao capitalismo, subjugadas pelo sólido desenvolvimento deste, “uma política sem nuances”.

“O triunfo universal do capital significa mais do que simplesmente uma derrota para todas aquelas forças outroras dispostas contra ele, embora seja isso também. Seu sentido mais profundo está no sentido das alternativas políticas. A modernidade chega ao fim, como observa Jameson, ao perder todo contrário. A possibilidade de outras ordens sociais era um horizonte essencial do modernismo. Uma vez desaparecido esse horizonte, surge em seu lugar algo como o pós-modernismo.”
(ANDERSON, 1999:108)

Anderson acaba, assim, diluindo a pontualidade de uma cronologia: ao invés de buscar tornar mais temporalmente preciso o nascimento da pós-modernidade, o apresenta-o como mais preciso em termos de identificação das forças que atuaram para

concebê-lo. Nesse sentido, a narrativa de Anderson é a que mais se reaproxima do esforço teórico de Jameson.

O reconhecimento que aqui deve ser feito, é que há uma linha mestre que une todas essas narrativas, e que pode ser considerada a força essencial e primeira de fundação do mundo pós-moderno. Sua força de origem e seu caminho de expansão.

De fato, nos termos desta narrativa, a transformação social que está na base do entendimento da atual hegemonia da vitória do capital, sendo a linguagem comum de todas essas explicações, de Jameson à Anderson, é a expansão includente do sistema capitalista iniciada no pós-guerra. Independente de precisar uma pontualidade de quando um conjunto de transformações econômicas erigiu o padrão estético da sociedade-mercado, algo que talvez se torne mais difícil ou mesmo desnecessário, demasiado subjetivo, com quanto mais se acumule em historiografia, o imprescindível é, então, a marca indelével da transformação dos seres em consumidores.

Ao incluir mais e mais seres em sua teia de consumo, o sistema capitalista o fez sem encontrar nenhuma força contrária, ou ao menos nenhuma suficientemente forte, ao processo de domesticação das pessoas pelo capital. A sua expansão levou ao limite a cooptação dos seres por uma máquina de desejos que se replica em cada um. De fato, todos se tornaram máquinas de desejos sistêmicos. Todos reproduzindo e produzindo desejos que apenas o sistema capitalista podia criar e realizar.

Um processo que se consolidou durante toda a Era de Ouro do capitalismo, e ganhou ainda mais impulso quando a mídia expandiu-se enquanto ferramenta a serviço do mercado, principalmente com a explosão da mídia televisiva na década de 70 que, com seu imenso alcance de reprodução da lógica cultural sistêmica, pode ser tomada como o marco do nascimento da cultura pós-modernista.

Assim, a ampla expansão do sistema pelas mais diversas culturas engendrou uma massa consumista incrivelmente plural em sua composição e relativamente uniforme em seus desejos de realização social através do consumo. Foi o capitalismo levando a plenitude sua necessidade de incorporar e manter diferenças, costurando-as na crença inabalável de que o mercado seria o espaço que poderia realizar todos os desejos do ser, imprescindivelmente o de liberdade e até mesmo o de igualdade. (JAMESON, 2004)

Pode-se dizer, realmente, que não se trata de um aburguesamento da sociedade, como alerta Anderson, não nos termos de todos aderirem ao padrão moral da burguesia, mas pode ser dito de como as classes sociais, ainda existentes, são cobertas e envoltas,

como nunca antes, pela crença de que o mercado é o único meio de realizar seus desejos, afinal não existem mais desejos que estejam fora do poder do mercado.

Logo, a “acumulação flexível” com a hegemonia da esfera financeira de Harvey é constituída ao longo dos anos da era de ouro, quando mais e mais pessoas, das mais diversas classes sociais, passaram a destinar seus recursos às possibilidades de ampliação do mesmo nas instituições bancárias, sem qualquer controle de sua forma de valorização e sem saber qual seria sua relação com o mundo material.

E o que Callinicos apresenta na solidez de seu argumento é o quanto ideologia isto o é, pois os Estados-nação ainda têm papel determinante e as formas estéticas do pós-modernismo não são novas.

Assim, a reificação do espaço social tornou o mercado essência da natureza humana. Um vórtice que atrai as mais diversas teorias sociais para o seu centro.

É nesse sentido que se pode conceber que análises tão destoantes, como as de Ohmae, Hardt e Negri, acabem por contar a mesma história. Ambas fundadas na ideologia hegemônica de nosso tempo e não conseguindo perceber além.

O Estado-nação não está morto. O Império, significando a força do sistema capitalista, não realizou seu fim e, no limite, não o pode. Este é apenas o desejo primitivo do capital, que reside nos interesses egoístas da individualidade, já que não existindo enquanto coletividade não pode conceber seus limites orgânicos. As guerras imperialistas não foram abandonadas.

De fato, as transformações que levaram a modernidade a encontrar o mundo pós-moderno só podem ser entendidas à luz da força sistêmica que opera para absorver todas as relações sociais e expressá-las em termos mercantis, individualizando o ser e destituindo a coletividade, mercantilizando a vida e apagando as linhas de sociedade.

II.2. Os limites do Imperialismo.

Agora que já se delineou a emergência da esfera financeira, bem como quais as conseqüências diretas desta sobre o espaço político-econômico dos Estados-Nação, antes de se considerar que possibilidades se põem a estes últimos em termos de estratégia de ação no complexo sistema interestatal, é preciso avaliar como tal transformação é entendida pelo espectro de teorias que tratam das relações políticas internacionais, ou seja, é preciso avaliar se os conceitos erigidos para suportar as análises das interações entre Estados absorvem por completo estas transformações, se

são contestados pelas mesmas ou se é preciso pensar novos conceitos para dar conta da nova realidade.

Como anotado, os conceitos de Soberania e Imperialismo são fundamentais para o entendimento de como se desenvolveu o sistema de Estados-nação. Por conseguinte, é preciso revisitá-los sob a luz dos novos acontecimentos.

Anteriormente, introduziu-se uma construção conceitual de Imperialismo, com a ressalva de esta ser produto de um amplo debate sobre a temática, com o objetivo único de se apresentar um arranjo teórico capaz de apreender a atual realidade do espaço político-econômico mundializado, deixando de lado um resgate teórico-histórico da temática. De fato, as nuances do processo científico permitem tal postura, já que a maioria das perguntas que se faz sobre o presente e o futuro têm autonomia sobre a história das teorias.

Entretanto, agora é preciso comparar diferentes momentos históricos para que se possa perceber se há transformações nas forças que as tradicionais teorias sobre o imperialismo se propunham apreender, além de conferir e metrificar a validade científica destas sob a luz do presente.

Logo, faz-se necessário um resgate histórico das teorias sobre o fenômeno Imperialismo. Ou seja, agora é imprescindível buscar perceber se houve mudanças no Imperialismo, se seu significado político ainda é o mesmo, se se vale ainda dos mesmos instrumentos etc., se há um novo imperialismo, e sob quais condições.

Seguindo esse caminho, reconhece-se que são os acontecimentos do último quartel do século XIX que despertam o interesse dos teóricos, permitindo uma revisão do conceito de Imperialismo e reconstruindo-o como importante categoria de análise do sistema capitalista. E, como dito anteriormente, como uma nova categoria histórica, essencialmente diferente daquela que dava conta dos grandes impérios antigos e medievais.

A obra inaugural dessa nova fase para a terminologia é o livro “Imperialism: a study” de Jonh A. Hobson, publicado em 1902.

“O novo imperialismo distingue-se do antigo, em primeiro lugar, porque substitui as tendências de um único Império em expansão pela teoria e prática de impérios rivais cada um dos quais orientando-se por idênticas aspirações no sentido da expansão política e do lucro comercial; em segundo lugar, porque acentua a preponderância dos interesses financeiros, ou

respeitantes aos investimentos de capitais, em relação aos interesses comerciais.” (HOBSON apud LÊNIN, 1979:91)

Antes desse esforço acadêmico de Hobson, a temática, já bastante presente na esfera política, era tratada muito mais em discursos e estratégias de governantes do que por um rigor científico:

“O tema do imperialismo estava bastante presente na publicística de fins de século XIX, seja entre os agentes e propagandistas da expansão colonial, seja entre os críticos. ...Os apologistas enfatizavam as virtualidades da grandeza nacional e a capacidade de apaziguar os conflitos sociais internos. Os críticos liberais – e logo também os social-reformistas – acentuavam as características que pareciam ser ‘desvios’ na trajetória inelutável de paz, progresso social e institucionalização (liberal) democrática do Ocidente”. (DEL ROYO, 2008:1)

No mais, a obra de Hobson torna-se seminal para toda uma corrente de teoria crítica que busca apreender o imperialismo com o arcabouço teórico marxista. Os “refundadores do marxismo”, Rosa Luxemburgo, Lênin, Bukharin, entre outros, trataram de consolidar a busca pelo entendimento desse fenômeno e transformaram suas obras em importantes instrumentos políticos de crítica ao sistema e construção de alternativas, como demonstrariam as revoluções socialistas do século XX. (DEL ROYO, 2008)

E eis aqui um importante reconhecimento: as concepções teóricas destes últimos constituíram o núcleo de toda análise crítica desenvolvida sobre a temática durante o século XX, tanto no campo acadêmico como político. As incursões analíticas de diversos intelectuais tratavam de apreender especificidades a partir deste escopo. Logo, é possível, e necessário, tomá-las como referencial do estado geral das teorias sobre o Imperialismo antes da emergência da esfera financeira.

O primeiro sustentáculo que se firma com a leitura de tais obras, é a percepção de o Imperialismo não como apenas um instrumento do sistema para a acumulação de capital, mas como o próprio sistema em uma nova fase, sob uma nova forma, dada pela emergência e supremacia dos monopólios:

“O imperialismo surgiu como desenvolvimento e sequência direta das propriedades essenciais do capitalismo em geral. Simplesmente, o capitalismo só se transformou no imperialismo capitalista num dado momento, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando certas características fundamentais do

capitalismo começaram a transformar-se nos seus contrários, quando se formaram e se revelaram plenamente os traços de uma época de transição do capitalismo para um regime econômico e social superior. O que, sob o ponto de vista econômico existe de essencial neste processo é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas” (LÊNIN, 1979:87)

Ou seja, se identifica no econômico, mais do que nos seus interesses, mas na sua própria funcionabilidade, os elementos geradores do imperialismo. É a ação dos monopólios que submete espaços territoriais e/ou econômicos ao novo *modus operandi* do sistema. E, nesse sentido, apresenta um papel ativo dos Estados-nação em apoio aos monopólios, como extensão direta dos interesses destes. Evidentemente, esta relação direta tem sua origem na visão política destes autores acerca da concepção de Estado, concebendo-o como o “Comitê Político da Burguesia”. Contudo, é preciso ressaltar de que não se trata apenas de um resultado de sua visão política, mas também de sua percepção de que há uma interpenetração entre os monopólios de Estado e os privados. Dessa forma, todas as ações do Estado obedecem ao imperialismo dado pelos monopólios.

“A época do capitalismo moderno mostra-nos que entre os grupos capitalistas se estabelecem certas relações baseadas sobre a partilha econômica do mundo e que, paralela e conseqüentemente, se estabeleceram entre os grupos políticos, entre os Estados, relações baseadas na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na ‘luta pelos territórios econômicos’.” (LÊNIN, 1979:74)

“Na medida em que cresce sua influência, o poder do Estado modifica sua estrutura interna. Mais do que nunca, ele se configura como o ‘comitê executivo das classes dominantes’. Sem dúvida, sempre refletiu os interesses das ‘camadas superiores’. Na medida em que essas camadas constituíam uma massa mais ou menos amorfa, o poder organizado exercia um papel de equilíbrio para a classe (ou classes) não organizada, cujos interesses encarnava. Hoje, as coisas modificam-se radicalmente. O aparelho de Estado encarna, agora, não só os interesses das classes dominantes em geral, mas também, sua vontade coletivamente determinada. Serve de equilíbrio não só para membros esparsos das classes dominantes, mas também para suas organizações. O governo passa assim a ser de facto um ‘comitê’ eleito pelos representantes das organizações patronais, bem como o mais alto diretor do truste capitalista nacional.” (BUKHARIN, 1984:120)

Assim, observa-se nesta corrente de pensamento uma dimensão mais ampla para o entendimento do imperialismo do que uma simples qualificação das ações do Estado, mesmo que reconhecendo a intrínseca relação com o capital. Mais que isso, lhe é atribuído um caráter sistêmico, universal, uma nova e inescapável fase ao capitalismo. Logo, é preciso ter em análise contínua essas duas facetas para um completo entendimento de como tal fenômeno se realiza: seu caráter universal e a forma que as ações dos Estados assumem. Afinal, é possível pensar que se perceba mudanças nessas ações e se julgue mantido o caráter universal ou ainda que se observe mudanças na teia sistêmica e se julgue que as velhas estratégias permaneçam em um novo mundo, além, obviamente, de uma mudança geral nestas duas. Portanto, essas são as reflexões que aqui servirão de guia.

Eis que consiste nesta “dualidade de forma”, por assim dizer, uma possível origem para uma confusão teórica quando das análises sobre o Imperialismo: deixando-se levar apenas pelo pragmatismo das ações, perde-se o sentido econômico, e esvaziadas de causalidade podem não fornecer uma intervenção válida para tal realidade; por outro lado, ao se ficar à espera apenas de uma mudança sistêmica, podem ser perdidos importantes entendimentos sobre a teia de relacionamento interestatal. Logo, à uma teoria rigorosa se exige perceber essas duas facetas para que se apreenda a totalidade do fenômeno, e isso sem relegar a intrínseca relação entre ambas.

Que se ressalte também que, já demonstradas as importantes mudanças que a esfera financeira engendrou, identificar uma nova fase para o sistema capitalista, um novo mundo, passa inelutavelmente por ter de perceber mudanças nas formas como se dão as principais relações capitalistas, em especial as relações inter-estados.

Feita tal consideração, pode-se continuar apresentando a descrição daquela corrente de pensamento sobre o Imperialismo.

Para os seus autores, a mais importante singularidade desse processo, por ser o desvendar de suas mais profundas engrenagens econômicas, é o papel exercido pelo capital financeiro.

É a nova faceta do capital financeiro, altamente concentrado em um sistema bancário oligopolizado e sob a coordenação de cartéis, isto já na segunda metade do século XIX, que permite o financiamento dos grandes monopólios industriais, comerciais e mesmo financeiros.

“Monopólios, eis a última palavra da ‘mais recente fase do desenvolvimento do capitalismo’. Mas, se não tomarmos em conta a função dos bancos, então, apenas teremos uma noção extremamente insuficiente, incompleta, limitada do efetivo poderio e do papel dos monopólios.” (LÊNIN, 1979:29)

“O capital financeiro, concentrado em algumas mãos e exercendo um monopólio de fato, obtém da constituição de firmas, das emissões de títulos, dos empréstimos ao Estado, etc., enormes lucros, cada vez maiores, consolidando o domínio das oligarquias financeiras e onerando toda a sociedade com um tributo em benefício dos monopolistas.” (LÊNIN, 1979:52)

Assim, em tempos de emergência da esfera financeira e subjugação da esfera produtiva, o papel exercido pelo capital financeiro, como descrito por esta corrente, já apresenta características que são como pistas para a percepção de que papel esse assumiria com o tempo. Signos de um domínio cada vez maior do capital financeiro e uma cada vez maior autonomia deste, mesmo que relativa (como anotado anteriormente nos termos de Chesnais (1996)). Nas palavras de Lênin:

“Como em regra geral, o que é próprio do capitalismo é separar a propriedade do capital da sua utilização na produção; separar o capital-dinheiro do capital industrial ou produtivo; separar aquele que vive apenas dos rendimentos obtidos do capital-dinheiro, não só do industrial, como de todos aqueles que participam diretamente na gestão dos capitais. O imperialismo, ou o domínio do capital financeiro, é aquela fase superior do capitalismo na qual esta separação atinge vastas proporções. A supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas do capital significa a hegemonia dos que vivem dos rendimentos e do oligarca financeiro; significa uma situação privilegiada de um pequeno número de Estados financeiramente ‘poderosos’ em relação a todos os outros.” (LÊNIN, 1979:58)

Que ainda não se retire desse reconhecimento conclusões sobre a manutenção do imperialismo tal como concebido por Lênin. É preciso perscrutar melhor o presente.

Em recente livro, intitulado “Novo Imperialismo” (2005), David Harvey, busca metrificar a força político-econômica dos Estados Unidos e qual a forma de seu relacionamento com outros países, retratando com perspicácia as características específicas da sociedade estadunidense que dão forma à sua política internacional. Nessa jornada, cujo objetivo maior parece ser o de alertar para as consequências, inclusive para os próprios, de uma nova postura dessa política, Harvey se confronta com os questionamentos de se há um novo império, tanto nos termos dos Estados Unidos

assumirem uma postura imperial mais hostil, como também, mesmo que vaga e imprecisamente, nos termos dessa nova postura em uma nova fase do capitalismo.

A mudança de orientação imperial dos Estados Unidos seria dada por meio de uma maior coerção fundada em seu poderio econômico e, principalmente, militar, já que se observou, anteriormente a essa possibilidade de mudança de orientação, a manutenção de um império baseado na “negação da geografia” e na “retórica da universalidade para esconder, mais deles próprios do que dos outros, seus envolvimento territoriais”. (HARVEY, 2005)

Para Harvey, um dos maiores interesses desse endurecimento do império estadunidense seria garantir que suas necessidades de abastecimento de petróleo serão atendidas, o que se faria com o domínio direto das maiores reservas do combustível no mundo, situadas no Oriente Médio, sendo que para tanto se valeriam, principalmente, de seu poderio militar, o que demonstraria o envolvimento não só da indústria petrolífera americana, como também da sua poderosa indústria armamentista, coadunadas em interesse com os desejos políticos dos governantes desse país de mantê-lo como *hegemon* global, ainda mais que muitos desses são o próprio braço político daqueles monopólios capitalistas.

Ora, evidentemente, essa mudança do Império Estadunidense se daria em termos já conhecidos, não sendo nada de novo, encontrando espaço no tradicional espectro teórico sobre o Imperialismo. Conseqüentemente, se delineia a resposta para o questionamento de se há transformações no imperialismo: considerando a possibilidade de reorientação do império estadunidense em termos já apreendidos pela tradicional teoria sobre imperialismo, ou seja, tanto sob a consideração da manutenção de certo espectro de práticas imperialistas dos Estados, como também pelo reconhecimento de velhas forças sistêmicas do capitalismo que impelem tais ações, encerra-se a discussão acerca de um novo imperialismo; o velho imperialismo persiste, e é essa a mensagem de Harvey para aqueles que apontam seu fim.

Logo, mesmo com as transformações provocadas pela supremacia da esfera financeira, ainda é possível, mais que isso, ainda é presente, uma estratégia de ação imperial por parte dos Estados-nação, principalmente, por parte das grandes potências político-econômicas, com destaque para os Estados Unidos.

Contudo, a questão maior ainda permanece, e agora pode ser reescrita assim: conseguem os termos das relações imperiais encerrarem os efeitos da emergência da

esfera financeira? Ou seja, é possível expressar todas as facetas dessa esfera e suas consequências através do imperialismo?

Essa questão parece influenciar algumas passagens da obra de Harvey, mesmo que ele pareça não ter consciência dela:

“Mas foi uma característica peculiar deste mundo que uma classe capitalista crescentemente transnacional de financistas, chefes-executivos e rentistas recorressem ao hegemon territorial para proteger seus interesses e para construir o tipo de arquitetura institucional no âmbito da qual pudessem reunir a riqueza do mundo em suas mãos. Essa classe pouco ligava para lealdades ou tradições nacionais ou vinculadas ao lugar; podia ser multirracial, multiétnica, multicultural e cosmopolita. Se as exigências financeiras e a busca de lucros requeria que se fechassem fábricas ou se reduzisse a capacidade manufatureira no próprio quintal dessa classe, que assim se agisse. Por exemplo, os interesses financeiros norte-americanos não se importaram nem um pouco em solapar a hegemonia dos Estados Unidos na produção.” (HARVEY, 2005:152)

De fato, reelencando as principais características das transformações político-econômicas das últimas décadas, todas parecem se mostrar incompreendidas pelas tradicionais abordagens sobre imperialismo. Afinal, como relacionar essa “pouca lealdade” do capital transnacional ao seu Estado de origem? Mais ainda, como definir essa origem do capital, frente a um circuito de valorização mundializado e a uma capacidade de realocação produtiva que faz pouco caso de fronteiras territoriais?

Como se mostrou na análise de Harvey, o imperialismo engendrado pelo capital financeiro ainda permanece, mas como interpretar as transformações nas ligações entre o capital bancário e o capital industrial, quando o primeiro agora encontra no circuito financeiro espaço para circular e se valorizar indefinidamente sem se transformar neste segundo? Como perceber as condicionalidades que a este último lhe são impostas?

E, ainda mais, como entender as transformações da vida social frente à observação de um amplo crescimento da mercantilização da vida? Como responsabilizar um capital sem rosto, pertencente a uma massa anônima, heterogênea, e que certamente pouco liga a respeito da forma que seu dinheiro terá de assumir para se transformar em mais dinheiro?

Eis o que inquieta o intelecto da maioria dos recentes pensadores sobre imperialismo. Afinal, como identificar sob os solavancos dos efeitos pragmáticos e diários dessas transformações a atuação de algum poderoso Estado-nação? Por vezes,

parecem “promotores sem réu”. De certo, se resguardassem aos seus mestres o lugar histórico de cada um, e os percebessem melhor, tal inquietação seria menos de como encaixar o novo mundo no velho e mais de como teorizar e intervir neste presente. Pois já se observa nos escritos dos “refundadores do marxismo” a permissão teórica para as mudanças que viriam décadas depois, como já mostrado nas citações de Lênin sobre o capitalismo financeiro, ou como no alerta de Bukharin:

“Não se deve, entretanto, exagerar a importância das organizações internacionais. Sua influência, confrontada com a imensidade da vida econômica do capitalismo mundial, não é tão poderosa quanto, à primeira vista, se poderia imaginar. ...Mesmo assim, existe a tendência a um incessante crescimento dessas organizações internacionais, o que não se pode deixar de ter em conta quando se faz a análise do desenvolvimento da economia mundial moderna”. (BUKHARIN, 1984:52)

Certamente, o último século deu novo significado à “imensidade” de Bukharin. O que era tendencial, mas que supunham de certa forma inalcançável, já que as contradições internas do capitalismo, a seu tempo exponenciadas pelo imperialismo, trariam à cavalo o colapso do sistema, tratou de transgredir ao real: o capital financeiro se expandiu, realizando sob sua lógica uma supranacionalidade implacável.

Assim, vêm coexistindo em tempos recentes duas forças sistêmicas: junto ao capital que se realiza em íntima relação com o Estado-nação – uma expressão direta de sua natureza e que assume a forma de domínio político-econômico de um Estado sobre outro – passou a existir um capital financeiro mundializado, que impõe seus requisitos de realização a todos os Estados-nação envoltos na sua teia de relações.

Por todo o século XX, o desenvolvimento do grande capital levou ao seu transbordamento por sobre suas economias nacionais de origem, ampliando uma esfera supranacional onde este tem uma cada vez maior capacidade de se valer de diversos Estados-nação para realizar seus interesses.

Pois, ao contrário de tempos anteriores, quando o grande capital tinha sua capacidade de mobilização do espaço político relativamente restrita ao seu Estado-nação de origem – quando muito à outros poucos –, generalizou-se pelo sistema os grandes capitais que agora conseguem ativar todo Estado inserido nessa nova teia sistêmica do capitalismo mundializado, absorvendo-os sob sua lógica, e pondo-os à serviço de seus interesses.

Não obstante, esse novo espaço de realização do capital é também campo para a disputa entre os Estados-nação, com estes competindo pelos fluxos de capital mundializado, o que acaba por ser um elemento de dinamismo na hierarquia interestatal, mesmo para que, regra geral, seja reafirmado o lugar dos mais poderosos.

Portanto, as análises, que antes consideravam apenas uma burguesia nacionalista como o principal agente da economia mundial, agora precisam ponderar as ações de uma burguesia que pensa suas oportunidades de expandir seu capital por meio de um circuito financeiro que, muito provavelmente, não lhes mostra qual bandeira permite essa expansão e, ainda mais, precisam lidar com a existência de uma massa de capital que nasce da ampla adesão de agentes a esse circuito sem que tornem este seu principal meio de vida – um capital de propriedade anônima; mas um anonimato não porque a multidão esconde os atores, e sim porque eles parecem sua totalidade.

Realmente, é provável que talvez nenhum outro Estado-nação venha a construir o mesmo status que as “avançadas nações européias” um dia tiveram – ao menos espera-se que as instituições sociais com inclinação à um mundo mais justo não permitam isso. Porém, deixar de reconhecer a existência desse último e de sua forma imperialista é privar-se de um importante instrumento de entendimento da realidade que se vivencia no sistema capitalista.

Logo, uma questão se faz presente: como pensar as ações do Estado-nação em tempos de uma economia mundializada?

II.3. Uma nova síntese das considerações

O confronto direto com os principais discursos do “Fim do Estado-nação” mostrou as frágeis ilusões em que estes se sustentam. Pura produção ideológica de um tempo de uma sociedade-mercado.

Anteriormente, pela reconstrução histórica apresentada no primeiro capítulo, buscou-se demonstrar a radicalidade desses discursos, que, ao assumirem o fim do Estado-nação, professavam o fim de uma relação que esteve na origem e expansão do sistema capitalista, o fim de um organismo que foi a principal estrutura de organização da sociedade desde então. Além disso, buscou-se entender que transformações este sistema teria sofrido para o surgimento dessa nova realidade.

Neste momento, o reconhecimento da emergência da esfera financeira como a maior força de transformação sistêmica e sua detalhada análise já trouxeram uma importante incógnita, afinal, como conceber o fim do Estado-nação se são as ações

engendradas neste espaço político que permitem a origem e o desenvolvimento da mundialização financeira?

Contudo, era preciso evitar conclusões apressadas. Antes, era necessário entender como esses discursos interpretam tais transformações, pois, só assim, se teria uma argumentação que absorveria seus críticos em suas conclusões. O que foi feito com uma análise destes que se apresentam como os dois principais discursos do “Fim do Estado-nação, o argumento de Ohmae e o de Hardt e Negri.

Neste esforço, a busca por entender como estes discursos interpretam a emergência da esfera financeira acabou por encontrar um vazio revelador: não há elementos específicos desse processo, com o fim do Estado-nação sendo dado ora como desenvolvimento das estratégias das empresas e integração dos mercados, em Ohmae; ora como mudanças na forma do indivíduo construir sua identidade enquanto povo e enquanto nação, em Hardt e Negri, como consequência de mudanças na estrutura de poder do capitalismo, agrupadas no conceito de “globalização”, o que significa, de fato, a aceitação da argumentação de Ohmae.

De qualquer forma, ainda seria necessário apreender tais discursos buscando entender quais seus fundamentos e se resistiriam ao peso da realidade.

E tão logo se fez o confronto direto com esses discursos se revelou sua natureza ideológica: a aceitação do mercado como melhor, e agora único, espaço e instrumento de organização social. A sociedade não só se organizaria através do mercado, o mercado seria a sociedade. Todos seus espaços e todas suas expressões teriam sido absorvidos e se expressam como mercado.

O “Fim do Estado-nação” não é outra coisa senão a forma superior da máquina ideológica do sistema capitalista.

É agora, com o apoio de toda a discussão anterior, que se pode afirmar, indiscutivelmente, que o Estado-nação continua tendo um papel fundamental no sistema capitalista, principalmente em sua relação com a esfera financeira mundializada, tanto quando realiza uma regulamentação pró-mercado, liberando o capital de qualquer controle social, como também quando assume o papel de garantidor último do sistema, e evita seu colapso.

Mas este é apenas o papel que o Estado-nação vem assumindo face à mundialização financeira. Seu potencial de ação, entretanto, é bem maior, bem mais plural. Pode-se reconhecê-lo como capaz de corrigir os danos oriundos da hipertrofia da esfera financeira mundializada e, mais que isso, como capaz de controlá-la e reorientá-la

através de uma regulamentação que tenha como objetivo a estabilidade da economia e a busca do pleno emprego.

A questão que fica, contudo, é: nesta esfera mundializada, em que se observa, não obstante a permanência das relações imperialistas, a existência de uma grande massa de capital que se movimenta pelo mundo explorando as diferenças de valorização oferecidas por diferentes espaços nacionais, que capacidade tem um Estado-nação de realizar essas mudanças?

Há um discurso bastante comum entre os defensores da livre mobilidade de capitais que professa que qualquer tentativa de restrição desta mobilidade pelo Estado-nação acaba por isolá-lo do circuito de capitais mundializados, instaurando os efeitos negativos da quebra de confiança e de um novo arranjo institucional que deixa o espaço da economia nacional menos interessantes aos capitais vis-à-vis outros circuitos.

Logo, para o bem do Estado-nação qualquer tentativa de controle deveria ser rechaçada.

É evidente a carga ideológica que este discurso carrega. O discurso da livre mobilidade de capitais é muito mais alinhado ao corpo ideológico do Mercado do que à qualquer explicação mais convincente da realidade. Desnecessário reescrever agora a estrutura e sustentação desse discurso.

Porém, é fundamental que se confronte essa especificidade, a de que o capital não tolera controles, em busca de um real entendimento do comportamento do capital.

O que uma análise da realidade nos mostra é que muitos países vêm implementando com sucesso políticas de controle de capitais, seja apenas da sua mobilidade, seja da sua forma de inserção na economia nacional. Isto porque os capitais absorvem em seu cálculo de interesses o novo padrão institucional. O que se tem percebido é que, mais do que liberdade, o atributo que os capitais mais valorizam é a estabilidade, afinal, o que acaba por ter certo grau de obviedade para a corrente de pensamento keynesiana, é preciso que tenham confiança no seu cálculo de valorização.

A questão que se avizinha, então, é que não é que um Estado-nação não possa estabelecer com sucesso políticas de controle do capital mundializado, é qual o comportamento sistêmico de controles unilaterais desse capital mundializado.

Afinal, esse capital é movido por diferenças de valorização e, certamente, diferentes padrões institucionais de controle funcionarão por si como geradores de distintos níveis de valorização, o que, frente à um enorme massa de capitais que é

desejada pelos mais diversos Estados-nação, pode tornar tais padrões políticas de atração de capitais.

Logo, em que pese a possibilidade de sucesso de um controle unilateral do capital mundializado, sua adoção sistêmica de forma não-cooperada possivelmente só reproduziria a competição interestatal em outros termos, e as forças de instabilidade e incerteza

Sob essas considerações, há muitos que certamente se perguntam se não há um equívoco nesta lógica, afinal se os controles unilaterais que se construiriam primariam por sua estabilidade, transformá-los em uma política de atração de capitais significaria justamente o abandono desse atributo. Porém, é preciso que se diga que não está em questão um único período de tempo, mas um fluxo temporal que guarda um certo grau de liberdade entre as transformações do padrão institucional e sua qualificação como estrutura estável. Não obstante, se a lógica se transformar do controle à atração de capitais, o aceno com gradações de liberdade pode ser muito mais interessante do que estabilidade.

Ou seja, o que há no sistema não-cooperado é um lugar sistêmico, um ponto de um campo de batalha, um espaço na hierarquia de competição interestatal. É um jogo. Por vezes, uma guerra.

É evidente, então, que o caminho para controlar a esfera financeira mundializada passa necessariamente pela reconstrução de um Estado Keynesiano, mas também é plausível que essa não seja a única condição. A possibilidade de realizar tal transformação passa também pela necessidade de instituir um arranjo de cooperação interestatal em que todos os participantes adotem o mesmo padrão de regulação, controlando, assim, as movimentações de capitais para explorar as diferenças espaciais de valorização.

E, assim, uma nova pergunta se faz presente: quais estratégias em um arranjo de cooperação supranacional devem ser construídas para controlar o capital mundializado?

Nesse sentido, a história ainda pode dizer muito, pois até a institucionalização do padrão dólar-flexível o capital mundializado tinha pouca margem de manobra sobre os Estados-nação. É necessário, então, uma nova visita a essa história, em busca de um aprendizado que ilumine a questão que aqui se busca confrontar.

CAPÍTULO III

REGULAÇÃO SUPRANACIONAL: DO APRENDIZADO HISTÓRICO.

“But once we allow ourselves to be disobedient to the test of an accountant’s profit, we have begun to change our civilization. And we need to do so very warily, cautiously, and self-consciously. For there is a wide field of human activity where we shall be wise to retain the usual pecuniary tests. It is the state, rather than the individual, which needs to change its criterion. It is the conception of the Secretary of the Treasury as the chairman of a sort of joint stock company which has to be discarded. Now, if the functions and purposes of the state are to be thus enlarged, the decision as to what, broadly speaking, shall be produced within the nation and what shall be exchanged with abroad, must stand high among the objects of policy.”

John Maynard Keynes, em “National Self-sufficiency.”

Como se observou, a adoção do padrão dólar-flexível está na origem da emergência da esfera financeira. Antes, dois padrões monetários internacionais deram a forma do espaço político-econômico internacional: o padrão ouro-libra e o padrão ouro-dólar.

Durante esse período, diferentes foram os arranjos políticos que moldaram o papel desses padrões monetários. No padrão ouro-libra, a vivência do liberalismo econômico até seu colapso no entre-guerras. No padrão ouro-dólar, Estados Keynesianos, um arranjo cooperativo interestatal e a vivência da “Era de Ouro” do capitalismo.

De fato, o entendimento da forma que o padrão monetário assume não se resume apenas ao tipo de moeda adotada como referência, mas também ao conjunto de regras, protagonistas e relações que se estabelecem.

Ter isso em mente é fundamental para perceber os aprendizados que esse período guarda em termos de regulação supranacional.

III.1. O padrão ouro-libra.

O padrão ouro-libra passa a vigorar a partir de 1819, construído pelo poderio hegemônico da Inglaterra, que ao exercer sua liderança no comércio internacional faz com que este padrão seja adotado pelas outras economias, como forma destas garantirem suas relações valendo-se da moeda mais forte do sistema.

Serrano (2002) toma como marco para o fim do padrão ouro-libra o início da II Guerra Mundial, quando os EUA consolidam-se enquanto hegemonia global e se

completa o período de transição da libra para o dólar como moeda de referência global, em um sistema monetário ainda relacionado ao preço do ouro.

Nesses quase 100 anos, a Inglaterra valeu-se do poder de emitir a moeda de referência do sistema para equilibrar sua balança de pagamentos pela atração de capitais de curto prazo:

“...Nesse período, grosso modo, a Inglaterra mantém a paridade de sua moeda em relação ao ouro, tem déficit comercial, não tem déficits em conta corrente (durante esse período, a Inglaterra mantém superávits em conta corrente – déficits só começam a aparecer em 1914) e financia todo o seu déficit de balança de pagamentos causado pela saída de capital de longo prazo, recebendo as aplicações de curto prazo do resto do mundo.” (SERRANO, 2002:241)

Adicionalmente, sua hegemonia condicionava as políticas das outras economias que partilhavam dessa estrutura monetária:

“...parece-nos que as políticas econômicas e a evolução das economias centrais que entraram no padrão ouro de fato eram forçadas a seguir, até certo ponto, um ritmo cíclico comum. Esse ritmo, contudo, era dado assimetricamente pelo movimento da economia inglesa, que liderava tanto pela fixação das taxas de juros internacionais, quanto pelos impulsos de demanda efetiva de seu comércio exterior, quanto também pelo papel fundamental dos fluxos de capitais ingleses para o financiamento do comércio mundial. O motivo para essa assimetria era o fato de que o padrão ouro era, na realidade, um padrão ouro-libra, onde a moeda internacional era, na prática, a libra esterlina. O ritmo de expansão do comércio e da liquidez internacional, portanto, não era determinado pelo crescimento das disponibilidades de ouro, e sim pela expansão da economia inglesa e do sistema financeiro internacional baseado na libra.” (SERRANO, 2002:244)

Assim o padrão-ouro foi constituído; uma instituição da hegemonia inglesa: a estabilidade e o desenvolvimento da economia internacional residiam nos rumos que a economia inglesa determinava para si.

Adiante, com a ascensão da economia americana, guardando em suas reservas a maior parte do ouro do mundo, a aceitação global da libra é abalada, pois a Inglaterra já não poderia garantir a sua conversibilidade para o ouro. Inicia-se o período de transição da libra para o dólar como moeda de referência do padrão-ouro. (SERRANO, 2002)

É nesse período de transição, que se estende até o fim da II Guerra Mundial, que acontecem importantes discussões sobre a constituição de um padrão institucional, com múltiplas organizações multilaterais, que pudesse apreender e coordenar ativamente as relações político-econômicas entre os Estados-nação. Nessas discussões, John Maynard Keynes, economista britânico, se consagra como o maior teórico a pensar uma ordem social desse tipo.

Quando do fim da I Guerra, e o conseqüente desmantelamento econômico da Europa, dão-se as rodadas de negociação entre os vencedores e vencidos para decidirem sobre os despojos de guerra. A principal dessas rodadas produziu o “Tratado de Versalhes”, que apresentava à agora fragilizada Alemanha severas punições.

Keynes participou das reuniões preparatórias desse Tratado como membro da delegação britânica, mas retirou-se da redação final do mesmo por não concordar com os rumos que as discussões vinham tomando. A discordância de Keynes se expressava com indignidade acerca das punições à Alemanha, que seria pilhada de tal forma que as gerações futuras ainda seriam vítimas dos termos do Tratado.

Para Keynes, a Alemanha tinha papel fundamental para o re-estabelecimento da economia européia, enquanto os países aliados, principalmente a França e a Inglaterra, fechavam os olhos para esta questão.

Dessa forma, sem encontrar terreno fértil para seus argumentos nas reuniões de construção do Tratado de Versalhes, Keynes retira-se da composição desse e logo publica, em 1921, o livro “As Conseqüências Econômicas da Paz” (2002), no qual apresenta sua discordância ao Tratado de maneira sólida e concisa, ainda na esperança de que seus argumentos fossem aceitos e os termos desse fossem revisados.

Um dos lamentos desse economista é que os egoísmos nacionais dos países vencedores estavam a pôr a perder uma oportunidade singular para a constituição de uma aliança coordenada entre os países, vencedores e perdedores, que pudesse trabalhar para uma rápida reconstrução da Europa e para manter a estabilidade da economia global. (KEYNES, 2002)

Diante da intransigência dos vencedores, principalmente da França, suas últimas lufadas de esperança para corrigir os erros do Tratado residiam na “Liga das Nações”, cuja constituição ficou acordada pelo último dos 14 pontos do acordo de rendição aceito pela Alemanha.

Que se ressalte que, esses 14 pontos do acordo de rendição deveriam ter guiado a formulação do Tratado, o que, a rigor, deveria ter possibilitado um rearranjo que não

permitisse uma pilhagem tão violenta dos derrotados; mas o trabalho dos “sofistas mais refinados” e dos “redatores mais hipócritas” conseguiu violar e distorcer os termos de rendição. (KEYNES, 2002)

Como, para Keynes, a “Liga das Nações” seria o espaço ideal para discussões multilaterais e cooperativas para o desenvolvimento das mais diversas nações, haveria a possibilidade de que tal organismo revisasse os termos do Tratado à medida que seus efeitos fossem se realizando.

Lamentavelmente, os argumentos de Keynes não foram ouvidos, e sua esperança na Liga das Nações mostrou-se uma crença demasiadamente otimista, para não dizer uma romântica ilusão. Mais lamentável, ainda, talvez tenha sido o fato de a história ter lhe dado razão. Em meados da década de 30 restavam sendo cumpridas apenas as cláusulas territoriais do Tratado e os nacionalistas alemães, com o discurso e a postura de negação do Tratado, já haviam chegado ao poder. A economia européia continuava esfacelada e a Alemanha tinha se transformado em um poço de ódio prestes a transbordar. (HOBBSBAWM, 1997)

Assim, já se vislumbrava em Keynes a defesa de uma ordem internacional administrada multilateralmente, uma gestão científica do capitalismo em seu espaço global, em confronto direto com a lógica puramente imperialista das grandes nações que saíram vencedoras da I Guerra.

É também nesse período entre-guerras que Keynes apresenta sua percepção sobre as limitações do padrão-ouro como moeda universal, e suas implicações no desenvolvimento da economia mundial.¹⁹

Em “Considerações sobre o padrão-ouro” (1978a), de 1930, Keynes já desmistificava a pressuposta virtude do ouro como garantidor de estabilidade, e a sua capacidade de garantir “funcionando sistemas monetários desorganizados”, reorientando o foco para as ações dos países que adotaram o padrão-ouro.

Sobre a garantia de estabilidade como algo inerente ao ouro, escreve Keynes:

“A moderna hegemonia do ouro é contemporânea ao desenvolvimento da moeda simbólica. A alegada estabilidade do nível de preços – da qual estamos longe de poder nos orgulhar – que o padrão-ouro pode ter garantido durante os cinquenta anos anteriores à Guerra, deve realmente ser creditada, em

¹⁹ Para uma discussão de como Keynes desenvolveu sua teoria até a concepção de um capitalismo administrado por uma entidade supranacional ver FERRARI FILHO, F. (2006)

grande parte, à administração desenvolvida pelos usuários do ouro.” (KEYNES, 1978a:142)

“...o ouro tem dependido e continuará dependendo, para a estabilização do seu valor, não tanto das condições de sua oferta, como da deliberada regulamentação da sua procura.” (KEYNES, 1978a:142)

Além do mais, em que pese a importância de flutuações sobre a oferta e a demanda do ouro para a estabilidade do padrão de valor, Keynes já tem consciência de que seus efeitos sobre a economia são secundários, pertencendo principalmente ao longo prazo:

“...As mais desastrosas flutuações de preços dos tempos modernos têm sido associadas às inflações ou deflações de lucros (ou mercadorias); e estas, enquanto possam indiretamente estar ligadas às flutuações na oferta do metal ouro, têm dependido diretamente do efeito combinado das políticas dos bancos centrais do mundo tomados em conjunto, sobre a taxa de juros real em relação à taxa nominal. A tendência, a longo prazo, de alta e baixa dos níveis de preços - a qual, mais do que os movimentos de curto prazo, está sujeita a ser influenciada, mesmo com a moeda simbólica, pela oferta a longo prazo do metal - tem menos importância para o bem-estar econômico do que as inflações e deflações dos lucros que caracterizam os períodos curtos e intermediários. Portanto, o padrão-ouro internacional deverá ser mantido ou extinto principalmente por sua capacidade de lidar com estas perturbações....” (KEYNES, 1978a:147)

Já sobre a capacidade do ouro sustentar o funcionamento de sistemas monetários nacionais desorganizados, escreve ele:

“Enquanto um país continuar a aderir ao padrão-ouro, existe verdade nisso. Mas, a experiência - uma experiência cobrindo muito espaço e que praticamente não está sujeita a exceções - mostra que, quando ocorre uma grave tensão, o padrão ouro é geralmente suspenso. Existem poucas evidências a favor da idéia que autoridades às quais não se pode confiar a administração de um padrão nacional, possam ser encarregadas de lidar com um padrão-ouro internacional. Na verdade, a presunção - não pode haver ainda evidências de algo que até agora nunca foi tentado - indica antes o contrário. Isto porque um padrão nacionalmente administrado não sujeitaria a economia interna do país a tensões tão violentas quanto aquelas a que se sujeitaria com a tentativa de continuar a se conformar a um padrão internacional; de modo que as dificuldades inerentes e os sacrifícios necessários serão

menores no primeiro caso do que no segundo.” (KEYNES, 1978a:147)

Essa última citação deixa evidente aquela que aparece na teoria keynesiana como a condição *sine qua non* de uma administração multilateral do capitalismo: que só se pode confiar um padrão internacional de valor à Estados que tenham controle sobre seu padrão nacional de valor.

Condição necessária, mas não suficiente.

A adoção de um padrão internacional já se mostrava possível apenas junto à formação de um arranjo supranacional apoiado diretamente pelos países que dele se valeriam, independente do ouro ser o valor universal. Ainda no referido artigo escreveu Keynes:

“...se pudéssemos, de vez, ultrapassar os inúmeros obstáculos do caminho para um sistema mundial cientificamente administrado, nossas dificuldades não aumentariam muito se lhe déssemos um disfarce de ouro. Contanto que o sistema monetário mundial seja administrado com sabedoria integral por uma entidade supranacional, e desde que, como parte deste esquema, o ouro seja em toda parte excluído da circulação ativa, então – pois poderemos fazer com que o padrão-ouro valha o que quisermos – o padrão de valor ideal, qualquer que ele seja, tornar-se-á compatível com as formas de um padrão-ouro de valor.” (KEYNES, 1978a, pág. 148)

Em 1933, Keynes reafirmaria isso em seu escrito “National Self-sufficiency” (1973), sobre as formas que o nacionalismo dos Estados vinha então assumindo:

“The decadent international but individualistic capitalism, in the hands of which we found ourselves after the war, is not a success. It is not intelligent, it is not beautiful, it is not just, it is not virtuous – and it doesn’t deliver the goods. In short, we dislike it, and we are beginning to despise it. But when we wonder what to put in its place, we are extremely perplexed.” (KEYNES, 1973)

Era época da enorme “variety of politico-economic experiments” dos nacionalismos pós-crise do liberalismo que “appeal to different national temperaments and historical environments”. Então, Keynes já observava que esse processo significava o acirramento da competição capitalista interestatal, com graves conseqüências sobre o desenvolvimento de cada Estado e, inclusive, com a possibilidade de que o mesmo levasse a conflitos e guerras.

“The protection of a country's existing foreign interests, the capture of new markets, the progress of economic imperialism - these are a scarcely avoidable part of a scheme of things which aims at the maximum of international specialization and at the maximum geographical diffusion of capital wherever its seat of ownership. ...There may be some financial calculation which shows it to be advantageous that my savings should be invested in whatever quarter of the habitable globe shows the greatest marginal efficiency of capital or the highest rate of interest. But experience is accumulating that remoteness between ownership and operation is an evil in the relations among men, likely or certain in the long run to set up strains and enmities which will bring to nought the financial calculation.” (KEYNES,1973)

Passados alguns anos, a história não só mostrou sua razão em relação ao Tratado de Versalhes e ao nacionalismo exacerbado, como lhe permitiu uma nova oportunidade para fazer ecoar seus argumentos de um sistema capitalista administrado. A oportunidade apareceu com as reuniões preparatórias para o Acordo de Bretton Woods, mais um que selava compromissos entre vitoriosos e derrotados de guerra.

Garlipp (2004) apresenta uma síntese das proposições de Keynes para o Acordo de Bretton Woods:

“...Quando das negociações de Bretton Woods, Keynes explicita a sua tese sobre a ‘verdade mercantilista’, avançando sobre as relações entre um novo sistema monetário internacional e as moedas, as taxas de juros e o nível de emprego de cada uma das economias nacionais. Nesse sentido, Keynes argumenta favoravelmente a um sistema de controle direto dos fluxos financeiros de curto prazo, por meio da criação de um banco central supranacional (Clearing Union) e de seu Plano Bancor....” (GARLIPP, 2004:38)

“...[Esse novo] sistema monetário internacional poderia impedir o retorno à competição monetária do entre-guerras e ao padrão-ouro, evitando assim que os governos se vissem obrigados a elevar automaticamente suas taxas de juros, contrair o crédito e gerar desemprego como forma de ajustarem seus balanços de pagamentos”. (GARLIPP, 2004:40)

Porém, mais uma vez a história não lhe reservou o lugar dos vencedores. Suas propostas foram preteridas à um desenho institucional mais próximo daquele apresentado pela Comissão Americana, liderada pelo Mr. White, já que mesmo as idéias desse foram sobrepujadas por interesses de homens de negócios, principalmente os estadunidenses, mais preocupados em garantir o desenvolvimento de suas atividades econômicas. (BELLUZO, 1995)

E, assim, nascia o padrão dólar-ouro:

“A solução finalmente adotada na reunião de 1944 ficou mais próxima dos interesses dos credores do mundo. Assim, a Clearing Union perdeu a disputa para o Fundo Monetário Internacional (FMI), cuja capacidade de provimento de liquidez – em caso de desajustes temporários de balanço de pagamentos – estava limitada pelo valor das quotas dos países membros, calculado pela participação de cada um no comércio internacional. O bancor foi derrotado pelo dólar que assumiu o papel de moeda-reserva, ancorado na conversibilidade com o ouro à razão de 35 dólares por onça troy.” (BELLUZO, 2005:25)

Adicionalmente, é com o final do período de guerras mundiais que se inicia a Era de Ouro, um período de estabilidade política mundial e de melhoria do bem-estar social, tanto sob os auspícios do sistema capitalista como também de sua alternativa comunista, guardadas, evidentemente, as diferenças de forma e escala das transformações. Uma fase que se tornaria hoje, no início do novo século XXI, a principal responsável pelos tamanhos questionamentos sob a atual estrutura político-econômica da sociedade mundial, por representar seu melhor contraponto, deixando em contraste as “Décadas de Crises” em que se vive. (HOBBSAWM, 1995)

Sendo assim, antes de se observar os principais eventos que marcaram o caminho do padrão dólar-ouro e do sistema de Bretton Woods é preciso jogar luz sob a Era de Ouro, como uma tentativa de entender as fundações desse notável período.

III.2. A Era de Ouro.

Os anos que se seguiram ao fim da II Guerra Mundial foram anos de incrível desenvolvimento social, com as mais diversas economias do mundo crescendo com estabilidade, com redução das taxas de desemprego, diminuição das desigualdades de renda, ampliação e consolidação de uma teia de proteção social e grande avanço tecnológico.

Hobsbawm é enfático sobre as transformações que se observa neste período:

“...o terceiro quartel do século assinalou o fim dos sete ou oito milênios da história humana iniciados com a revolução da agricultura na Idade da Pedra, quando mais não fosse porque ele encerrou a longa era em que a maioria esmagadora da raça

humana vivia plantando alimentos e pastoreando rebanhos.”
(HOBSBAWM, 1995:18)

Um período, diz esse, onde praticamente todos os Estados-nação passaram a organizar sua economia em torno da atividade industrial e do consumo de massa de suas populações, levando à estas bens e serviços que um observador do período anterior consideraria exclusividade de uma pequena elite.

E se essa fabulosa evolução industrial logrou quadruplicar a produção mundial de manufaturas, entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, se fez acompanhada por um crescimento da produção de alimentos, com base no aumento da produtividade, o que melhorou às condições de vida dos mais pobres.

“Durante as décadas douradas não houve fome endêmica, a não ser como produto de guerras e loucura política, como na China. Na verdade, à medida que a população se multiplicava, a expectativa de vida aumentava em média 7 anos. ...Isso significa que a produção em massa de alimentos cresceu mais rápido que a população, tanto nas áreas desenvolvidas quanto em toda grande área do mundo não industrial.” (HOBSBAWM, 1995:255)

Ademais, sua característica mais marcante foi a rapidez com que “multiplicaram-se não apenas produtos melhorados de um tipo preexistente, mas outros inteiramente sem precedentes, incluindo muitos quase inimagináveis antes da guerra”. Ou seja, a consolidação do progresso tecnológico como dinamismo da expansão industrial, o que significou, também, o fortalecimento do elo virtuoso entre ciência e produção material. (HOBSBAWM, 1995)

Mostraram-se, assim, anos que mereceram ser chamados, após sua ocorrência, de “a Era de Ouro” e “os trinta anos gloriosos dos franceses (les trente glorieuses)”. (HOBSBAWM, 1995).

Por ser uma fase única na história, pela complexidade política de então, porém guardando importantes semelhanças com esse início de século XXI, quais sejam, um mundo de grandes empresas transnacionais e de múltiplos Estados-nação, muitos filhos dessa época, esse período merece detalhada análise, pois é fonte de muitos aprendizados.

A Era de Ouro se faz bi-polarizada entre duas superpotências que organizariam a hierarquia interestatal por décadas, mesmo depois de seu fim, e é no relacionamento destas que estaria um importante apoio para as transformações das mais diversas

sociedades. De um lado os EUA, capitaneando o sistema capitalista, de outro a URSS, mostrando-se ao mundo como uma alternativa a este sistema.

A forma que o capitalismo assumiu neste período garantiu transformar as sociedades capitalistas em sociedades industriais, urbanas e de consumo de massa, ao mesmo tempo em que reduzia os malefícios sistêmicos pela ação de um Estado keynesiano e por uma coordenação das relações internacionais dada pelo Sistema de Bretton Woods.

No outro pólo da nova ordem mundial do pós-guerra estava a URSS, implementando políticas nacionalistas do Socialismo de Mercado, industrializando-se com rapidez.

Contudo, apesar de ser a URSS um espaço de relevantes transformações sociais, não é, senão na sua influência política sobre a sociedade capitalista, que aqui se focalizará. Pois, é no sistema capitalista que são gestadas as forças que encerram a Era de Ouro e consolidam a esfera financeira enquanto elemento de subjugação das políticas nacionais. De fato, como se encontra em Hobsbawm (1995), o processo de transformação da URSS no período não alcançou algumas características que seriam marcantes da Era de Ouro e embriões da mundialização financeira: o avanço tecnológico e a transnacionalização produtiva.

Os termos da relação entre estas duas superpotências comporiam o que se convencionou chamar de “Guerra Fria”, que pode ser dita, de forma geral, como uma batalha política, econômica e cultural, sem confronto militar direto, para, de um lado, expandir o comunismo e, do lado capitalista, contê-lo. Evidentemente, apesar da “estabilidade” entre a existência dos dois modelos sociais, ambos tinham o anseio de sobrepujar o outro, e tornar-se a única ordem mundial – o capitalismo parece ter conseguido.

A importância dessa relação, na análise aqui feita, reside nas ações do *hegemon* capitalista, os EUA, para conter o avanço da URSS sobre as economias esfaceladas do segundo pós-guerra.

Difícil apontar com precisão se foi o apoio político e econômico dos EUA que impediu a transformação de muitas economias capitalistas do pós-guerra em estruturas de socialismo de mercado, porém, havia o receio de que sem este o comunismo se expandisse, e tal apoio foi fundamental para a consolidação de muitas economias nacionais.

Fica, contudo, o aprendizado inicial de que a Era de Ouro do sistema capitalista foi fruto de uma reação à falência do capitalismo liberal e a possibilidade de uma revolução fascista, bem como de uma resposta à alternativa externa que se colocava ao sistema, o Socialismo de Mercado Soviético, com a ação de um Estado Democrático Keynesiano.

Como anota SERRANO (2004):

“O que hoje em dia é visto por muitos como um período de sucesso da economia de mercado, da assim chamada ‘globalização’ foi, na realidade, resultado de um arranjo internacional baseado em políticas econômicas altamente intervencionistas e inteiramente baseadas numa postura muito ‘generosa’ da potência capitalista dominante. A ‘idade de ouro’ do capitalismo certamente não foi um processo espontâneo de mercado. Se observássemos a Europa, o Japão e o restante da Ásia em 1945, não se poderia projetar nenhuma ‘idade de ouro’ para as décadas seguintes.”
(SERRANO, 2004:188)

III.3. O padrão ouro-dólar.

Valendo-se de sua hegemonia, agora questionada apenas pela URSS, o que significava, na prática, a inquestionabilidade desta pelos Estados capitalistas, os EUA conseguiram transformar sua moeda na moeda de referência do sistema, estruturando o arcabouço institucional acordado em Bretton Woods de forma a manter essa condição hegemônica.

“A posição dos EUA neste momento era muito forte, pois praticamente todos os países aliados haviam tomado empréstimo nos EUA durante a guerra, além de que uma boa parte das reservas de ouro do mundo estava nos EUA. Ao vencer a II Guerra Mundial, a vitória militar americana não foi somente contra o eixo Alemanha-Japão-Itália mas, do ponto de vista econômico, os EUA derrotaram de vez toda a Europa Ocidental. Foi com essa posição inicial de poder, particularmente assimétrica dos EUA, que foi construída a ordem financeira e monetária internacional do pós-guerra.”
(SERRANO, 2004:182)

Para Belluzo (2005), os objetivos do imediato segundo pós-guerra para os EUA se apresentavam em três esferas: a estratégico-militar – “suportar a maior parte dos custos da aliança militar formalizada no Acordo do Atlântico Norte”; a econômica –

permitir “a expansão da indústria americana e de seu estilo tecnológico (o fordismo)”;

e a financeira – expandir seu sistema financeiro e dar “maior raio de manobra para a política monetária do Federal Reserve”.

Para alcançar esses objetivos, Belluzo (2005) considera que houve um “compromisso implícito” entre os EUA e os demais países membros do Sistema de Bretton Woods para que o dólar fosse aceito como moeda reserva:

“...o sistema de Bretton Woods nasceu de um compromisso implícito: o benefício da seignorage concedido ao país emissor da moeda reserva, os Estados Unidos, foi compensado pela liberdade, atribuída aos demais países membros de adotar políticas ‘keynesianas’ internas e estratégias neo-mercantilistas de comércio exterior.” (BELLUZO, 2005:26)

Nesse sentido, é imprescindível reconhecer o espaço político que permitiu a instituição desse compromisso.

Hobsbawm (1995) descreve tal espaço como constituído a partir de uma triangulação: uma base era dada pelo colapso da economia no entreguerras; outro pela ameaça de expansão comunista; e a última, pela forma que os interesses do *hegemon* assumiram.

O colapso da economia havia sido provocado pelo desenvolvimento desenfreado das forças de livre mercado, e a possibilidade de sua repetição significava dar margem à transformações de seus sistemas políticos em direção ao Fascismo. Por sua vez, o receio de expansão do socialismo reforçava o entendimento de que era preciso construir um sistema capitalista fundado na inclusão social permitindo o desenvolvimento de forma mais sólida e menos concentradora dos benefícios de sua vivência. Ademais, a multiplicação dos Estados keynesianos, significaria a adoção de políticas garantidoras da demanda efetiva essenciais à exponenciação da transnacionalização produtiva das empresas estadunidenses (HOBSBAWM, 1995).

Beluzzo acompanha Hobsbawm no reconhecimento deste “espírito do tempo”:

“A experiência negativa dos anos 20 e 30 deixou uma lição: o capitalismo da grande empresa e do capital financeiro levaria inexoravelmente a sociedade ao limiar de outras aventuras totalitárias, caso não fosse constituída uma instância pública de decisão capaz de coordenar e disciplinar os megapoderes privados.

As forças sociais e os homens de poder incubidos de reconstruir as instituições capitalistas do pós-guerra estavam prenhes desta convicção. Para evitar a repetição do desastre era necessário,

antes de tudo, constituir uma ordem econômica internacional capaz de alentar o desenvolvimento, sem obstáculos, do comércio entre as nações, dentro de regras monetárias que garantissem a confiança na moeda-reserva, o ajustamento não-deflacionário do balanço de pagamentos e o abastecimento de liquidez requerido pelas transações em expansão. Tratava-se, portanto, de erigir um ambiente econômico internacional destinado a propiciar um amplo raio de manobra para as políticas nacionais de desenvolvimento, industrialização e progresso social.” (BELLUZO, 1995:13)

Esse era o “espírito” de então: a consciência da necessidade de reformulação do sistema capitalista, ou em outros termos, a consciência de que o sistema capitalista deixado ao comando da “mão invisível”, como um arranjo harmônico de egoísmos, provoca, inevitavelmente, o colapso social.

Não obstante, a despeito da força dessa consciência entre aqueles que “reformulariam” a velha ordem, o novo mundo já nasceria sob forte influência de interesses particulares de homens de negócios não tão inclinados à um capitalismo sob forte controle social, ainda mais um controle social não limitado aos espaços de suas economias nacionais.

“Em suma, na medida em que tentavam construir um conjunto de instituições funcionais para dar vida a seus projetos, os planejadores do admirável mundo novo fracassaram. O mundo não emergiu da guerra sob a forma de um eficiente sistema internacional, multilateral, de livre comércio e pagamentos, e as medidas americanas para estabelecê-lo desabaram dois anos após a vitória. Porém, ao contrário das Nações Unidas, o sistema internacional de comércio e pagamentos deu certo, embora não do modo originalmente previsto ou pretendido. Na prática, a Era de Ouro foi a era do livre comércio, livres movimentos de capital e de moedas estáveis que os planejadores do tempo da guerra tinham em mente. Sem dúvida isso se deveu basicamente à esmagadora dominação econômica dos EUA e do dólar, que funcionou como estabilizador....” (HOBBSAWM, 1995:269)

“O enfraquecimento do Fundo [Monetário Internacional], em relação às idéias originais, significou a entrega das funções de regulação de liquidez e de empréstador de última instância ao Federal Reserve. O sistema monetário e de pagamentos que surgiu do Acordo de Bretton Woods foi menos ‘internacionalista’ do que desejariam os que sonhavam com uma verdadeira ‘ordem econômica mundial’. O problema do FMI não é seu poder excessivo, mas sua deplorável submissão ao poder e aos interesses dos Estados Unidos” (BELLUZO, 1995:13)

Em síntese, Bretton Woods foi uma construção possibilitada por uma combinação de diversas forças sociais que se coadunaram de tal forma que encontraram uma estratégia comum de realização de seus interesses na ação de um Estado keynesiano e na adoção de uma coordenação supranacional liderada pelos Estados Unidos.

E, nesse sentido, a forma que os interesses hegemônicos da economia estadunidense assumiram, com esta valendo-se de seu poderio para moldar a economia mundial aos seus interesses, e com os outros Estados-nação se valendo do desenvolvimento da economia americana para se desenvolverem, foram essenciais para que a Era de Ouro do capitalismo assim fosse denominada. Uma combinação de força de imposição e estrutura de co-sustentação nucleadas pelo poder da economia americana.

Assim, é lamentável, mas forçoso dizer que, em que pese a consciência alcançada da necessidade de regular as forças sistêmicas do capitalismo, o sucesso da Era de Ouro se deveu a um momento singular em que os interesses do capital hegemônico se aproximaram à construção de um capitalismo regulado.

Tanto é que esse arranjo societário acabaria vítima de seu próprio sucesso. O rápido desenvolvimento das economias esfaceladas pela guerra, principalmente do Japão e da Alemanha, levaria à exacerbação da competição interestatal, à crise do “acordo implícito” de Bretton Woods e a “retomada da hegemonia americana”. (BELLUZO, 1995; TAVARES, 1997)

Hobsbawm (1995) nos conta que os EUA durante o segundo pós-guerra não vivenciaram uma era tão dourada como os demais países, crescendo menos do que tinham crescido anteriormente, quando eram os principais abastecedores da economia de guerra.

“... considerando o tamanho e avanço da economia americana, seu desempenho de fato durante os Anos Dourados não foi tão impressionante quanto a taxa de crescimento de outros países, que partiram de uma base bem menor. Entre 1950 e 1953, os EUA cresceram mais devagar que qualquer outro país, com exceção da Grã-Bretanha, e, o que é mais a propósito, seu crescimento não foi maior que nos mais dinâmicos períodos anteriores de seu desenvolvimento. ... Na verdade, para os EUA essa foi, econômica e tecnologicamente, uma época mais de relativo retardo que de avanço. A distância entre ele e outros países, medida em produtividade por homem-hora, diminuiu, e se em 1950 desfrutavam de uma riqueza nacional (PIB) per

capita que era o dobro da França e da Alemanha, mais de cinco vezes a do Japão, e mais da metade maior que a da Grã-Bretanha, os outros estados se aproximavam rapidamente, e continuaram a fazê-lo nas décadas de 1970 e 1980.”(HOBSBAWM, 1995:254)

Logo, o que pode parecer um paradoxo, já que a hegemonia americana teria moldado Bretton Woods, é o reflexo direto da forma que possuíam aqueles interesses. A fortalecida economia americana tinha na reconstrução do velho mundo, no desenvolvimento de outros Estados, a possibilidade de conquistar o mundo, e a materialização dessa estratégia se deu com a transnacionalização das empresas e dos bancos estadunidenses que, lastreadas nas políticas keynesianas dos Estados a que se dirigiam, lograram o desenvolvimento desses espaços.

Dessa forma, o poder americano se amplia enormemente durante a Era de Ouro, a despeito de sua economia não apresentar o mesmo vigor que apresentara no período imediatamente anterior. Isso porque esse novo poder se baseia na sua moeda, que nesses anos se consolida quase como uma exclusividade dos meios de pagamentos internacionais.

Serrano (2002) reforça a perda relativa de competitividade dos EUA:

“Ao longo da década de 1960 vai ficando claro para o governo americano que um realinhamento cambial se torna necessário para desacelerar o declínio relativo da competitividade dos Estados Unidos.

No entanto, a desvalorização do dólar via aumento do preço do dólar em ouro trazia em si o risco de uma fuga para o ouro. Com isso vinha o perigo da reintrodução da restrição de balança de pagamentos para a economia americana, à medida que pagamentos internacionais passassem a ser feitos diretamente em ouro em vez de dólar.” (SERRANO, 2002:249)

Contudo, o privilégio de emitir a moeda de referência do sistema reside no fato de, assim, não possuir “restrição global de balanço de pagamentos” e de que sua política monetária acaba por determinar “*unilateralmente* a taxa de juros mundial. Era claro que os Estados Unidos não queriam perder esse privilégio.” (SERRANO, 2002)

“...o país que emite a moeda-chave num padrão referido ao ouro de fato pode fechar o saldo de sua balança de pagamentos em sua própria moeda nacional. Isso permite que esse país

tenha déficits globais da balança de pagamentos de praticamente qualquer tamanho.” (SERRANO, 2002:238)²⁰

Os EUA desejavam outra relação entre as taxas de câmbio, que lhe fosse mais favorável. Porém, como não conseguiram negociar uma relação mais favorável com outros países, recorreram a quebra de paridade mudando as regras do jogo, evento que acontece em 1971 com a adoção do dólar-flexível.

Assim, mais poderosa, hegemônica, a economia americana pôde, quando ameaçada, mudar as regras do jogo, quebrando a paridade com o ouro e estabelecendo um novo padrão monetário internacional, o dólar-flexível, que liberta as forças especulativas e transforma a esfera financeira no principal meio de valorização do capital, constituindo um espaço supranacional de relações político-econômicas fora do alcance direto das políticas dos Estados-nação.

III.4. Os aprendizados em síntese.

Um importante aprendizado metodológico que se pode extrair desse relato histórico é o entendimento da atividade regulatória como um processo contínuo, dinâmico. Ao menos se pretende permanecer realizando os objetivos que preconiza, deve ser. Pois, diante de uma estrutura de regulação, os agentes envolvidos tratam de absorvê-la de acordo com seus interesses, muitas vezes subvertendo-a, erodindo-a e destituindo-a de funcionalidade.

As inovações institucionais que sobrepujaram Bretton Woods, exemplos dessa capacidade de absorção, são realizações específicas daquilo que é somente a natureza do capital. Sua lógica procura se realizar sempre buscando a maior valorização, seja se valendo dos núcleos de valorização já existentes, seja os produzindo.

Outro importante aprendizado diz respeito à postura que o Estado-nação assume. É imprescindível que este tenha controle sobre a sua moeda, sobre seu padrão de valor, para que possa ter algum poder sobre os rumos que toma.

Adicionalmente, é fundamental para que os Estados-nação permaneçam em uma trajetória de sólido desenvolvimento que se arranje uma cooperação entre estes. Uma instituição supranacional, que estabeleça a coordenação das estratégias desses dentro da

²⁰ O país só não poderia incorrer em “déficits de conta corrente crônicos” e não poderia desvalorizar sua moeda. Sob estas condições o país apresentaria risco zero de moratória e a “taxa de juros seria determinada exogenamente pelas autoridades monetárias desse país”, determinando, assim, a taxa de juros básica da economia internacional. (SERRANO, 2002)

estrutura de competição interestatal, reduziria os efeitos negativos que esse espaço engendra.

A adoção de um arranjo supranacional poderia ordenar como prioritária a busca pelo pleno emprego e uma melhor distribuição de renda na totalidade dos Estados-nação.

Nesse sentido há um aprendizado inestimável: não se pode permitir que um Estado-nação tenha a moeda de referência do sistema. Tanto a Inglaterra como os Estados Unidos acabaram se valendo desse poder para realizar sua hegemonia, e condicionar todo crescimento do mundo ao seu ritmo de crescimento.

O poder que um Estado-nação tem ao emitir a moeda de referência do sistema é demasiadamente elevado para que se espere desse algo mais que não apenas o compromisso inabalável de buscar garantir que continuará tendo esse poder.

É um conflito frontal com a idéia de cooperação interestatal.

Dessa forma, a proposta de Keynes de instituição da União Internacional de Compensação (*International Clearing Union*) e da moeda universal (bancor) se apresenta como a estratégia ideal a ser empreendida para o controle da esfera financeira.

Evidentemente, deve ser pensada com elementos adicionais, principalmente relativos ao controle da mobilidade de capitais, que na proposta original deveria ficar sob responsabilidade de cada país julgar se era ou não necessário e qual a sua forma.

Certamente, dada a atual forma do capitalismo, o controle de capitais é imprescindível à um arranjo interestatal que busque reorientar as finanças de seus circuitos de valorização especulativa para os investimentos produtivos e acabar com a instabilidade sistêmica. Um arranjo que tenha como características fundamentais a instituição de uma norma comum de regulação entre as diversas economias nacionais, com ênfase sobre a redução da velocidade de circulação do capital.

Logo, em tempos de uma esfera financeira mundializada que submete os mais diversos e relevantes espaços sociais aos seus desígnios, e que traz consigo instabilidade crônica e piora do nível de bem-estar social, a construção de aparato de regulação supranacional é um imperativo que apenas os interesses egoístas e imediatistas, de indivíduos ou Estados-nação, podem negar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“...Even today I spend my time--half vainly, but also, I must admit, half successfully--in trying to persuade my countrymen that the nation as a whole will assuredly be richer if unemployed men and machines are used to build much needed houses than if they are supported in idleness. For the minds of this generation are still so beclouded by bogus calculations that they distrust conclusions which should be obvious, out of a reliance on a system of financial accounting which casts doubt on whether such an operation will "pay." We have to remain poor because it does not "pay" to be rich. We have to live in hovels, not because we cannot build palaces but because we cannot "afford" them. ”

...

“If I had the power today, I should most deliberately set out to endow our capital cities with all the appurtenances of art and civilization on the highest standards of which the citizens of each were individually capable, convinced that what I could create, I could afford--and believing that money thus spent not only would be better than any dole but would make unnecessary any dole. For with what we have spent on the dole in England since the war we could have made our cities the greatest works of man in the world.”

John Maynard Keynes, em “National Self-sufficiency”.

Ventos intensos de mudança se fizeram presentes na segunda metade do século XX, questionando de forma significativa a capacidade dos Estados-nação de controlar o rumo de suas economias. Vivem-se tempos difíceis, de instabilidade crônica e de ampla incerteza. O sistema capitalista construiu uma nova fase para si, caracterizada fundamentalmente pela hipertrofia da esfera financeira, com a exponenciação da mobilidade de capitais pelo mundo. É o surgimento do capital mundializado, resultado da integração dos mais diversos mercados com a multiplicação frenética das inovações financeiras.

Se antes era tempo do capitalismo industrial, onde a mobilidade de capitais estava envolta no estandarte de sua nacionalidade, e este estava intimamente relacionado às fronteiras de seu Estado-nação, valendo-se em grande parte apenas deste para se desenvolver, agora vivem-se tempos em que os capitais escondem sua bandeira no manto genérico de uma supranacionalidade, movimentando-se com agilidade pelas economias dos Estados-nação, diluindo suas fronteiras sob a égide da financeirização e ampliando o leque de Estados-nação de que se vale em um dado momento para realizar seus interesses. De fato, a integração dos mais diversos Estados-nação, realizada gradativamente nas últimas três décadas do século XX, como uma força gravitacional que os atraiu para um novo universo, permite que nesse início de novo século o capital

mundializado tenha uma capacidade de submeter, com força e rapidez, um número cada vez maior desses Estados.

Os efeitos deste novo poder trazem caos e destruição em seu bojo para muitos espaços político-econômicos. Naturalmente envolvidos em incerteza, o aumento da complexidade de suas relações, com o distanciamento crescente entre propriedade e a capacidade de decidir o destino final do capital, torna a esfera financeira particularmente instável: sua realização, marcada crescentemente por inovações financeiras para ampliação do circuito de valorização do capital, instituiu, gradativamente, novas condições sistêmicas, instaurando crises regulares.

São estas inovações que significam a inclusão de cada vez mais relações sociais no complexo circuito de valorização. O que se apresenta, em essência, como a constituição de uma nova etapa do processo de mercantilização da vida social, através da ampla e silenciosa participação daqueles que nem são donos dos meios de produção nem do grande capital nessa esfera.

Ademais, a esfera financeira configura um novo arranjo entre capital e trabalho, entre geração e distribuição de renda e riqueza, que denota uma maior inclinação do sistema à concentração desses fatores nas mãos de uns poucos.

Não obstante, as crises que o sistema engendra têm se caracterizado por se darem com maior frequência e com danos sociais cada vez mais elevados. Cada vez mais economias nacionais, fruto das organizações sociais de seus povos, têm, então, seu destino determinado por forças exógenas, o que tem se traduzido, principalmente, em perda de bem-estar desses.

Logo, controlar essa força sistêmica é imperativo.

Contudo, os esforços de estabelecer um debate nesse sentido se confrontam, logo de início, com uma relevante postura que essa esfera financeira cuida de fazer acreditar: a de que o Estado-nação teria chegado ao seu fim.

Dessa forma, reconhecendo o papel histórico da relação entre capital e Estado, com o fim desse não haveria alternativas à inserção cega nas novas teias sistêmicas que a esfera financeira estruturou.

Dentro dessas perspectivas destacam-se duas linhas de argumentação sustentadas por grupos que se localizam em espaços políticos tidos como diametralmente opostos: as argumentações de Kenich Ohmae e de Hardt e Negri.

Porém, apesar dessa distância entres estes no espaço político e da grande diferença nas linhas que suas argumentações assumem encontra-se uma fundação

comum: a crença no “Fim do Estado-nação” é a crença na vitória do Mercado reescrita - a crença na vitória do Mercado como espaço único de organização social, como meio e fim da realização de interesses.

Desse ponto comum acabam por partir diferentes estratégias de ação, cada uma mais alinhada ao espaço político que buscam orientar, sem, contudo, se apresentarem como soluções plausíveis para as “décadas de crise” que vivencia-se nesses tempos. Ohmae espera que o mercado traga benefícios à todos, e Hardt e Negri esperam que a “Multidão” se erga para destruir o “Império”.

A argumentação de Ohmae é uma argumentação restrita ao que acontece ao mercado guiado pelos interesses de empresas. Toda ela aponta para ganhos sociais com as empresas, com total liberdade de movimentação, e em um livre fluxo de informações, decidindo onde, quanto e quando, produzir e empregar. Sua relação com a ideologia que o Mercado engendra é direta, de fácil identificação. O Estado-nação teria acabado por que hoje as pessoas consomem bens e serviços independentemente de onde eles tenham sido produzidos, contanto que lhe apresente melhor relação preço/qualidade.

Já o discurso de Hardt e Negri não estabelece uma relação tão direta com a ideologia de mercado. O fim do Estado-nação é encontrado no colapso da idéia de povo que funda a nação. Afinal, a vivência no mundo “globalizado” teria jogado por terra o contraste racial dualista que identificaria a unidade de uma raça, de um povo e de um Estado-nação. Assim, ao estabelecer a fundação dessa unidade político-econômica nessa estruturação, deriva seu fim por acreditar que se vivenciaria hoje relações de hibridismo racial e um reconhecimento de que as diferenças com outros povos não seriam produto das diferenças de raça.

É evidente, então, o desconhecimento das relações que o sistema capitalista engendra na animação do Estado-nação. As relações de produção, de exploração, de controle e propriedade etc.; enfim, as relações que dão forma ao sistema não são consideradas na análise, tornando a conclusão do “Fim do Estado-nação” uma ilusão ingênua.

Ademais, não só a história nos conta uma relação intrínseca entre Estado e capital desde a fundação do sistema capitalista, como mesmo uma breve análise das transformações que levaram à emergência da esfera financeira, e a forma como esta se consolidou e se mantém, revela como o Estado-nação foi e continua sendo imprescindível ao capital.

Há muito tempo já é evidente que na base da solidez da esfera financeira estiveram ações como as dos Estados Unidos, que ao instituir o fim da relação entre o ouro e o dólar, buscando retomar sua hegemonia e, posteriormente, reafirmando-a com a elevação súbita e unilateral de sua taxa de juros, lhe foram essenciais para a forma e o poder que desfrutava.

Adicionalmente, a crescente transferência de recursos para o circuito financeiro mundializado, fortalecendo-o, permitiu que os agentes financeiros conseguissem junto aos Estados-nação engendrar o processo de regulamentação pró-mercado financeiro, para libertar suas ações das forças de contestação e resistência desses, permitindo a esfera financeira um poder decisório sem precedentes sobre os rumos das economias nacionais.

De fato, o poderio político-econômico dos Estados-nação é um importante instrumento na construção e manutenção das formas de mercado global que sejam interessantes ao capital, a saber, um mercado livre, que permita ao capital se realizar de forma cada vez mais rápida, onde sua propriedade seja aceita como cada vez mais inviolável por todos, e onde se multipliquem as possibilidades e a intensidade de extração da mais-valia.

Não obstante, a esfera financeira acaba por servir de instrumento no jogo de imperialismo, sendo influenciada pelos mais poderosos Estados-nação, com quem guarda a estreita relação de simbiose de servi-los, para a constituição de seu poder, e de utilizá-los como poder político que aja a favor de seus interesses.

Assim, os Estados-nação têm sua capacidade de coerção e controle destinada a conformação deste mercado global, atuando sobre si para se inserir neste, e sobre os outros quando estes são guiados por interesses divergentes, através de relações imperialistas.

Entretanto, em que pese o reconhecimento da manutenção das relações de imperialismo junto à esfera financeira, é fundamental que se reconheça que há transformações que escapam ao enquadramento de estratégias imperialistas.

Tais transformações estão expressas na constituição de uma massa de capital originada de uma massa de pequenos agentes que aportam nessa esfera recursos que lhe são excedentes, mas que sequer fazem desse espaço de valorização do seu capital sua principal fonte de recursos. São trabalhadores, pequenos proprietários, aposentados e pensionistas, que respondem por grande parte dos recursos que alimentam o circuito financeiro, e cuja única lei é se valorizar, independente do lugar e da forma que o faça.

Dessa forma, reconhece-se não apenas o imperativo de uma regulação supranacional como o papel central que o Estado-nação tem nesse ato.

E assim, considerando as limitações que o sistema impõe para a adoção de medidas unilaterais como forma não só de competir no espaço interestatal, mas como a construção de um arranjo societário que possa orientar o sistema capitalista como um todo a favor da produção e do pleno emprego, há o reconhecimento maior de que a alternativa para essa realidade reside na adoção de uma cooperação interestatal.

De certo, um arranjo internacional entre os Estados-nação teria poder suficiente para reorganizar a economia mundial e impor limites às vontades do capital. E a história há muito já revela importantes ensinamentos que a teoria keynesiana já tratou de apreender.

Nesse sentido, a questão que se avizinha é, então, sobre as reais possibilidades de um amplo arranjo supranacional entre os mais diversos Estados-nação do globo. E, nesse sentido, vale anotar a impossibilidade de um arranjo de grande envergadura, por conta do desejo de alguns Estados-nação, os mais poderosos, em manter ou até mesmo ampliar seu poder na hierarquia interestatal. Além do mais, qualquer arranjo cooperativo está diretamente relacionado à credibilidade dos seus membros em fazer o que acordaram. Isso significa que, com a competição acirrada que vem se observando nesse espaço, o arranjo supranacional torna-se algo de difícil construção e manutenção. Com efeito, vale ainda observar a possibilidade de acordos menores, regionais, como potencialidade que os blocos geopolíticos já exercitam, mesmo que, em sua maioria, limitadamente.

Cabe, aqui e por fim, a reafirmação imperativa da necessidade de um arranjo supranacional como forma de reconstruir a sociedade em torno de valores que reafirmem o homem, e não o Mercado, como fim da economia e da política.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, P. *As origens da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

ANDERSON, P. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto: Edições Afrontamento, 1984.

BARUCO, G.C.C. e GARLIPP, J.R.D. Neoliberalismo, Consenso e Pós-Consenso de Washington: a primazia da estabilidade financeira. *Anais do X Encontro Nacional de Economia Política*. Campinas: Sociedade de Economia Política – SEP, maio de 2005.

BELLUZO, L.G. Prefácio. CHESNAIS, F. (Org.). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo: Boitempo Editorial, pp. 7-33, 2005.

BELLUZZO, L.G. As transformações da economia capitalista no pós-guerra e a origem dos desequilíbrios globais. *Política Econômica em Foco*. Campinas: IE/UNICAMP. n. 7, pp. 24-41, nov.2005/abr.2006.

BELLUZZO, L.G. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados ‘globalizados’. *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, vol. 4, n. 2, pp. 11-20, junho 1995.

BOBBIO, N. Premissa. BOBBIO, N. e BOVERO, M. *Sociedade e Estado Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Editora Brasiliense, 4ª Ed., pp. 7-10, 1994.

BORON, ATILIO A. *Imperio e Imperialismo: una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 1ª ed. 6ª reimp., 2004.

BORON, ATÍLIO A. *O império e a teoria marxista do imperialismo*. Disponível em: http://resistir.info/argentina/boron_19mar04_port.html. Acesso em: julho de 2008.

BRESSER-PEREIRA, L.C. *Globalização e Estado-nação*. São Paulo: mimeo, 2007

BUKHARIN, N. I. *A Economia Mundial e o Imperialismo – Esboço econômico*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1984.

CAMPOS LEME, H.J. de. *Hegemonia em Gramsci: alcance e limites do conceito*. São Paulo: mimeo, 1988.

- CARNOY, M. *Estado e Teoria Política*. Campinas: Papirus, 4ª Ed., 1994.
- CARVALHO, F. J. C. Keynes como reformador social: o debate em torno de How to Pay for the War. In: F. Ferrari Filho. (Org.). *Teoria Geral Setenta Anos Depois. Ensaios sobre Keynes e Teoria Pós-Keynesiana*. Porto Alegre: UFRGS, pp. 45-60, 2006.
- CASANOVA, P. G. Império e Imperialismos. O imperialismo, hoje. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: EDUFF, vol. 9, nº18, pp. 65-75, 2005.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, F. Introdução Geral. CHESNAIS, F. (Org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, pp. 11-33, 1998.
- CHESNAIS, F. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. CHESNAIS, F. (Org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, pp. 249-293, 1998
- CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. CHESNAIS, F. (Org.). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo: Boitempo Editorial, pp. 35-67, 2005.
- DEL ROIO, M. *O Capital além do Imperialismo*. Disponível em: http://www.mhd.org/artigos/delroio_imperialismo.html. Acesso em: março de 2008.
- DOBB, M. Do Feudalismo para o capitalismo. HILTON, R. et al. (Orgs.). *A transição do feudalismo para o capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 4ª Ed., 1995.
- DUMENIL, G. e LÉVY, D. O Imperialismo na Era Neoliberal. Andréia Galvão et al. (Orgs.). *Marxismo e Socialismo no Século 21*. Campinas: UNICAMP/IFCH: Xamã, pp 07-28, 2005.
- FERRARI FILHO, F. A economia de Keynes e as proposições keynesianas de política econômica. Fernando Ferrari Filho. (Org.). *Teoria Geral, setenta anos depois: ensaios sobre Keynes e teoria pós-keynesiana*. Porto Alegre: UFRGS, pp.15-43, 2006.
- FIORI, J.L. Depois da retomada da Hegemonia. FIORI, J.L. e MEDEIROS, C. (Orgs.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, pp. 9-35, 2001.
- FIORI, J.L. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: FIORI, J.L. (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2ª Ed., pp.11-64, 2004.

- FIORI, J.L. Globalização e democracia. FIORI, J.L. (Org.). *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997a.
- FIORI, J.L. Globalização, Estados Nacionais e Políticas Públicas. FIORI, J.L. (Org.). *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, pp. 195-214, 1995b.
- FIORI, J.L. Globalização, hegemonia e império. TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, pp.87-147, 1997.
- FIORI, J.L. O novo papel do Estado frente à globalização. FIORI, J.L. (Org.). *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997b.
- FIORI, J.L. O Poder Global dos Estados Unidos Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: FIORI, J.L. (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª Ed., pp.11-64, 2004.
- FIORI, J.L. Sobre a Crise Contemporânea: uma nota perplexa. FIORI, J.L. (Org.). *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, pp. 177-193, 1995a.
- GAGO, VERÓNICA. *A derrota dos EUA é política, diz Negri*. Disponível em: <http://revistaglobal.wordpress.com/2005/11/01/a-derrota-dos-eua-e-politica-diz-negri/#more-4>. Acesso em: julho de 2008.
- GARLIPP, J.R.D. *Economia desregrada. Marx, Keynes e Polanyi e a riqueza no Capitalismo Contemporâneo*. Tese de Doutorado. Campinas: IE/UNICAMP, 2001.
- GARLIPP, J.R.D. *Economia desregrada*. Xavier, C.L. (Org.). *Desenvolvimento desigual*. Uberlândia: Edufu, pp. 09-73, 2004.
- GIDDENS, ANTHONY. *O Estado-nação e a Violência: segundo volume de uma crítica ao materialismo histórico*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- GOLDMAN, MARCIO. Poder e resistência: um ensaio sobre a dimensão conceitual do "Império". *Revista Mana*, Rio de Janeiro: vol.9, nº 2, out/2003.
- HARDT, M. e NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 5ª ed., 2003.
- HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2ªEd., 2005.

- HIRST, P. e THOMPSON, G. *Globalização em questão – a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- HOBSEBAWM, E.J. *A Era do Capital. 1848 – 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 9ª ed., 1996.
- HOBSEBAWM, E.J. Do Feudalismo para o capitalismo. HILTON, R. et al. (Orgs.). *A transição do feudalismo para o capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 4ª Ed., 1995.
- HOBSEBAWM, E.J. *Era dos Extremos. O breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSEBAWM, E.J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Editora Ática, 2ª Ed., 2004.
- KEYNES, J.M. National Self-sufficiency (1933). MOGGIDGE, D. (Org.). *The Collected Writings of John Maynard Keynes. Vol. XXI – Activities 1937-1939*. London: Macmillan, pp.233-246, 1973.
- KEYNES, J.M. Considerações sobre o padrão ouro (1930). SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *John Maynard Keynes: economia*. São Paulo: Ática, pp. 138-149, 1978a.
- KEYNES, J.M. As possibilidades econômicas de nossos netos (1930). SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *John Maynard Keynes: economia*. São Paulo: Ática, pp. 150-159, 1978b.
- KEYNES, J.M. Como pagar a guerra (1940). SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *John Maynard Keynes: economia*. São Paulo: Ática, pp. 189-196, 1978c.
- KEYNES, J.M. A União Internacional de Compensação (1943). SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *John Maynard Keynes: economia*. São Paulo: Ática, pp. 197-207, 1978d.
- KEYNES, J.M. O Fundo Monetário Internacional (1944). SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *John Maynard Keynes: economia*. São Paulo: Ática, pp. 208-218, 1978e.
- KEYNES, J.M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.
- KEYNES, J.M. *As conseqüências econômicas da paz*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Ed. UnB, 2002.

KOHAN, NÉSTOR. O Império de Hardt & Negri: para além de modas, “ondas” e furores. BORON, ATILIO A. (Org.). *Filosofia Política Contemporânea: controvérsias sobre civilização, império e cidadania*. São Paulo: CLACSO/USP, pp. 347 – 368, 2006.

KURZ, ROBERT. O complexo de Harry Potter. *Caderno Mais. Folha de São Paulo*. 30/10/2005.

LÊNIN, V.I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 2ªEd., 1982.

LÊNIN. Prefácio. BUKHARIN, N. I. *A Economia Mundial e o Imperialismo – Esboço econômico*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, pp. 9-13, 1984.

LUZ, AFONSO. *Paulo Arantes e Peter Pál Pelbart discutem "Império", de Negri e Hardt*. Disponível em: <http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/1668,1.shl>. Acesso em: julho de 2008.

MARTINS, C.E. Da globalização da economia à falência da democracia. *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP. v. 6, n. 2, pp. 1-23, junho 1997.

MARX, KARL. O Capital. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Volumes I e II, 6ª Ed., 1980.

MATTAR, M. E. et al. 'É preciso retomar o contato com as bases'. [Entrevista com Antônio Negri]. Disponível em: [http://www.universidadenomade.\(Org.\).br/](http://www.universidadenomade.(Org.).br/). Acesso em: julho de 2008.

MEDEIROS, C. Rivalidade estatal, instituições e desenvolvimento econômico. FIORI, J.L. e MEDEIROS, C. (Orgs.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, pp. 77-102, 2001.

MIGLIOLI, J. Imperialismo, Exploração, Dominação. Andréia Galvão et al. (Orgs.). *Marxismo e Socialismo no Século 21*. Campinas: UNICAMP/IFCH: Xamã, pp 153-166, 2005.

MOLLO, M. de L.R. e AMADO, A.M. Liberalização e financeirização das economias: a teoria da preferência pela liquidez e a necessidade de controles regulatórios. FERRARI FILHO, F. (Org.). *Teoria Geral, setenta anos depois: ensaios sobre Keynes e Teoria Pós-keynesiana*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MORAES, J. Q. de. *A nova face do Imperialismo*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nee/A%20NOVA%20FACE%20DO%20IMPERIALISMO%20JQM%20homepage.htm>. Acesso em: março de 2008.

MORAES, REGINALDO C.C. de. *Estado, Desenvolvimento e Globalização*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

OHMAE, K. *O fim do Estado-Nação. – A ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

OHMAE, K. *O mundo sem fronteiras. – Poder e estratégia em uma economia global*. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.

PELBART, PETER P. *Biopolítica e Biopotência no coração do Império*. Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/spip.php?article41>. Acesso em: julho de 2008.

RUSH, ALAN. A teoria pós-moderna do Império (Hardt & Negri) e seus críticos. BORON, ATILIO A. (Org.). *Filosofia Política Contemporânea: controvérsias sobre civilização, império e cidadania*. São Paulo: CLACSO/USP. pp. 307 – 327, 2006.

SALAMA, P. A financeirização excludente: as lições das economias latino-americanas. CHESNAIS, F. (Org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, pp. 211-247, 1998.

SERRANO, F. Do ouro imóvel ao dólar flexível. *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, v. 11, n. 2 , pp. 237-253, jul/dez 2002.

SERRANO, F. Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. FIORI, J.L. (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes. 2ª Ed., pp.179-222, 2004.

TAVARES, M. C. *O Movimento Geral do Capital. (Um contraponto à visão da auto-regulação)*. Disponível: http://www.cebrap.org.br/index.asp?Fuseaction=Conteudo&ParentID=391&Menu=377,391,0,0&Materia=1161&str_busca=. Acesso em: março de 2008.

TAVARES, M.C. A retomada da hegemonia norte-americana. TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, pp.27-53, 1997.

TAVARES, M.C. e BELLUZO, L.G. A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. FIORI, J.L. (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2ª Ed., pp.111-138, 2004.

TAVARES, M.C. e MELIN, L.E. Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia norte-americana. TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, pp.55-86, 1997.

VULLIAMY, ED. *Comentarios - 'Imperio' devuelve el golpe*. Disponível em: <http://www.iade.org.ar/modules/noticias/article.php?storyid=529>. Acesso em: julho de 2008.

WOOD, E. M. O que é (anti)capitalismo? *Revista Crítica Marxista*. Campinas: CEMARX/ Ed. Revan, nº 17, pp. 37 - 50, jul-dez, 2004.